

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

123

123

SALVADOR • AGOSTO DE 2004



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

PAULO GANEM SOUTO

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

ARMANDO AVENA

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI

CESAR VAZ DE CARVALHO JUNIOR

CONSELHO EDITORIAL

Cesar Vaz de Carvalho Junior

José Ribeiro Soares Guimarães

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Roberta Lourenço de Souza (Bolsista FAPES)

EQUIPE TÉCNICA

Elissandra Alves de Brito (Bolsista FAPES)

Alynson dos Santos Rocha (Bolsista FAPES)

Carla Janira Souza do Nascimento (Bolsista FAPES)

Fabiana Karine Pacheco dos Santos (Bolsista FAPES)

Joseanie Aquino Mendonça (Bolsista FAPES)

João Paulo Caetano Santos (Estagiário)

Nícia Moreira da Silva Santos (Estagiária)

NORMALIZAÇÃO

Gerência de Documentação e Biblioteca - GEBl

REVISÃO

Dina Beck

PRODUÇÃO GRÁFICA

Dóris Serrano

DESIGNER GRÁFICO

Humberto Farias

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

HBTO Comunicação e Arte

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte.

Esta publicação está indexada no Ulrich's International Periodicals Directory e no Qualis.

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO, v.1 - (1994-)
Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2004.

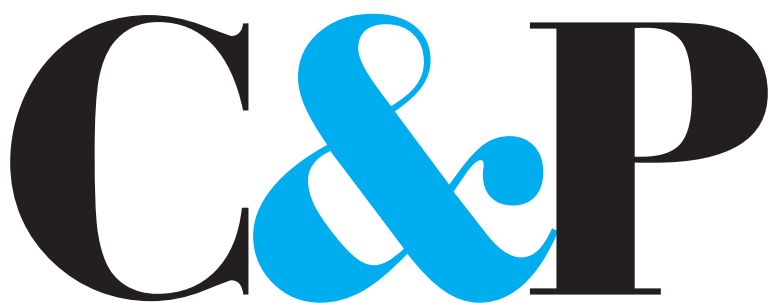
Mensal

ISSN 1413-1536

CDU - 338(814.2)



Av. Luiz Viana Filho, 435 - 4ª Avenida - 2º and. - CAB
Cep: 41.750-300 - Salvador - Bahia
Tel.: (71) 3115 4823/4822 Fax: (71) 371 1853
www.sei.ba.gov.br/sei@sei.ba.gov.br



CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

Sumário

Economia em Destaque

Comércio varejista mantém ritmo de crescimento Núcleo de conjuntura da SEI	4
---	---

Conjuntura Econômica Baiana	8
-----------------------------------	---

Artigos

O processo de globalização financeira e seus reflexos recentes na conta capital e financeira do Brasil Breno Lobo	18
--	----

Perspectivas para o comércio eletrônico no Brasil Elissandra Britto Joseanie Mendonça	24
---	----

A demanda residencial de energia elétrica na Bahia Eduardo Wanderley Garcez Gervásio Ferreira dos Santos	30
--	----

Micro e pequenas empresas na Bahia: uma análise da sobrevivência e geração de empregos Marcos Luís Cerqueira da Silva	36
--	----

Investimentos na Bahia

Investimentos industriais previstos totalizam R\$ 25,5 bilhões	40
---	----

Notícias	44
----------------	----

Legislação	46
------------------	----

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos	50
Indicadores Sociais	56
Finanças Públicas	65

Carta do Editor

O saldo da balança comercial brasileira de US\$ 18,5 bilhões, até julho de 2004, levou o governo a projetar para o ano um superávit de US\$ 30 bilhões. Após a crise de 1999, o país mudou o regime cambial e iniciou um esforço exportador em busca de novos mercados, como a China, que passou a ser nosso terceiro importador, para reduzir de maneira acentuada a vulnerabilidade externa que comprometia o crescimento mais acelerado da economia.

Os resultados desse esforço foram bastantes positivos e se refletiram também no saldo em transações correntes que, pelo segundo ano consecutivo, será superavitário. Os mais otimistas chegam a afirmar que a vulnerabilidade externa deixou de ser uma restrição ao crescimento sustentável. Claro que devemos comemorar esses resultados, embora com cautela.

Ao olharmos para a conta de capital, vemos que a situação externa do Brasil não é tão confortável como se apregoa, o que pode ser constatado nesta edição da Conjuntura & Planejamento, no artigo "O processo de globalização financeira e seus reflexos recentes na conta capital e financeira do Brasil", que destaca os resultados da conta capital e financeira do balanço de pagamentos neste primeiro semestre de 2004, além de fazer uma retrospectiva histórica sobre as transformações do capitalismo contemporâneo.

Para que as exportações continuem crescendo, pois o País tem potencial e competitividade na agropecuária, siderurgia, papel e celulose e indústria aeronáutica, para citar alguns segmentos, precisamos melhorar a infra-estrutura econômica e social. Então poderemos elevar as exportações para, no mínimo, US\$ 100 bilhões, o que permitiria, também, ampliar as importações.

A expansão do comércio exterior seria um indutor do investimento estrangeiro, permitindo, finalmente, que se reduza a restrição externa, possibilitando uma trajetória de crescimento sustentável para os próximos anos.

Comércio varejista mantém ritmo de crescimento

Núcleo de Conjuntura da SEI*

Em maio de 2004, a Pesquisa Mensal de Comércio, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apurou mais um resultado positivo do comércio varejista do País. A taxa de 10,0% para o volume de vendas, com relação a maio de 2003, representa uma gradativa recuperação do comércio, que se repete pelo sexto mês consecutivo. No acumulado dos cinco primeiros meses de 2004, a variação alcançou 8,5%; e 1,8% para o acumulado dos últimos 12 meses. Esse desempenho favorável do comércio reforça a tendência de crescimento econômico para o país em 2004.

Na Bahia, o resultado apresentado pelo Comércio varejista também foi positivo (8,9%) pelo quinto mês consecutivo. No mês de maio, todos os segmentos que compõem o Indicador do Volume de Vendas registraram variação positiva, sendo destaque o segmento de Móveis e eletrodomésticos, com um incremento de 41,0% em relação ao mesmo mês do ano passado. A melhoria das condições do crédito, com juros menores e prazos maiores, é a explicação para mais um resultado satisfatório. No acumulado do ano, o segmento apresenta uma taxa de 37,0% e, para o acumulado dos últimos 12 meses, 15,3%.

O segundo melhor desempenho é apresentado pelo segmento de Tecidos, vestuário e calçados, com uma variação positiva de 22,2% em relação a igual mês do ano passado. Contribuiu para isso, além do quadro de recuperação econômico, o fraco desempenho nas vendas dos produtos do gênero em maio de 2003. Embora essa taxa tenha sido determinante para o setor acumular, nos primeiros cinco meses, variação positiva de 3,6%, não foi o suficiente para reverter a tendência de queda para o acumulado dos últimos 12 meses (-4,5%).

Nos segmentos que dependem da renda e emprego o ritmo de crescimento é mais lento. De acordo com os dados da PMC, o grupo de Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo apuraram expansão de 6,4% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Para o acumulado do ano, o resultado foi positivo em 2,4% em comparação a igual período de 2004. Entretanto, para o acumulado dos últimos 12 meses, o segmento ainda continua registrando taxa negativa (-3,6%).

Quanto aos maiores estabelecimentos, representados pelo subgrupo de Hipermercados e supermercados, verifica-se que as vendas mantêm comportamento ascendente desde dezembro de 2003. Em maio, esses estabelecimentos apresentaram incremento de 5,7% no Volume de Vendas. Esse resultado é creditado às constantes promoções empreendidas pela acirrada concorrência entre as grandes redes de varejo. Em decorrência das constantes retrações nas vendas em 2003, o setor acumulou, nos últimos 12 meses, uma variação negativa de 3,9%.

Para o ramo de Combustíveis e lubrificantes, em maio de 2004 a expansão no ritmo de negócios foi bastante sutil (0,2%), em relação a igual período de 2003. Entretanto, o resultado para os primeiros cinco meses deste ano foi uma taxa negativa em -0,6%, tomando-se como base igual período do ano anterior. No acumulado dos últimos 12 meses, a taxa de decréscimo da atividade foi de -0,7%.

* Elissandra Britto é economista, mestranda em economia pela UFBA, subgerente da GEAC/SEI.

A pesquisa do IBGE revela ainda que o segmento de Veículos, motos, partes e peças apresentou, para o mês de maio, um resultado positivo de 29,9% relacionado a igual mês do ano anterior, mas esse grupo não compõe o Indicador do Volume de Vendas do Comércio Varejista. Para o acumulado do ano, registrou-se um crescimento de 25,3%; e de 22,2% para o acumulado dos últimos 12 meses. Os dados apurados para quatro, dos oito segmentos varejistas baianos, encontram-se na Tabela 1.

Confirmando uma conjuntura mais favorável para o comércio varejista, a Serasa, que é uma empresa de análise de crédito, tem divulgado uma retração no volume de cheques devolvidos por falta de fundos, tendo como

consequência uma redução na inadimplência. Essa queda nas devoluções é reflexo da retomada da atividade econômica, que aumentou a contratação de pessoal, permitindo uma melhora na renda do trabalhador.

De acordo com fontes do Bacen, a inadimplência pela emissão de cheques sem fundo na Bahia apresentou uma redução, no mês de maio, de 5,9% em relação ao mesmo mês do ano anterior, confirmando uma leve melhoria nas condições de emprego e renda da população brasileira, conforme se observa no Gráfico 1.

Para o acumulado do ano, a tendência à devolução de cheques por insuficiência de fundos também foi declinante em -1,0%. Esse resultado reflete, ao contrário

Tabela 1
Pesquisa Mensal de Comércio - PMC - Variação no volume de vendas no varejo¹
Bahia: Maio/2004

%

Classes e Gêneros	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no ano ⁴	Acumulado 12 meses ⁵
Comércio Varejista	6,1	8,9	5,9	0,2
Combustíveis e Lubrificantes	7,7	0,2	-0,6	-0,7
Hipermercados, supermercados, prod. alimentícios, bebidas e fumo	2,2	6,4	2,4	-3,6
Hipermercados e supermercados	0,8	5,7	4,6	-3,9
Tecidos, vestuário e calçados	21,5	22,2	3,6	-4,5
Móveis e eletrodomésticos	17,6	41,0	37,0	15,3
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	6,4	nd	nd	nd
Livros, jornais, revistas e papelaria	-18,1	nd	nd	nd
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-18,2	nd	nd	nd
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	0,9	nd	nd	nd
Veículos, motos e peças	14,5	29,9	25,3	22,2

Fonte: IBGE/ Diretoria de Pesquisas / Departamento de Comércio e Serviços

¹ Dados deflacionados pelo IPCA

² Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

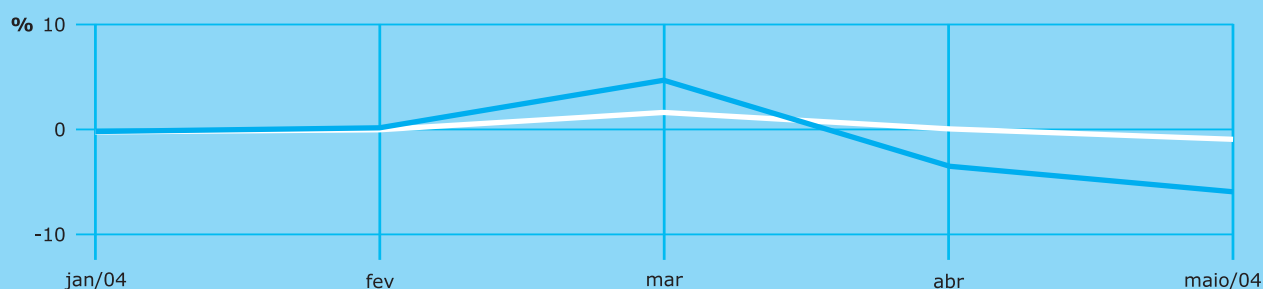
³ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

Gráfico 1
Quantidade de cheques sem fundos - Bahia, jan-maio/2004



Fonte: Bacen
Elaboração: GEAC / SEI

da atribuição dada à estagnação da economia e à diminuição na demanda por crédito como de costume, uma preocupação do consumidor em saldar os seus compromissos, fato que cria a expectativa de que o consumo deverá crescer no futuro próximo.

A despeito dos resultados favoráveis apresentados pelo comércio varejista serem creditados, em grande parte, ao efeito da base de comparação, espera-se que nos próximos meses o comércio continue crescendo. Em decorrência do fraco desempenho apresentado pelo comércio varejista, no primeiro semestre de 2003, os resultados tiveram um desempenho mais satisfatório. Assim, uma expansão real no volume de vendas nos próximos meses indicará que o país está retomando o caminho do crescimento econômico.

A melhoria das condições do crédito, com juros menores, crediário com maiores prazos, produção da indústria em alta e crescimento do total de pessoas ocupadas, apontam para um quadro mais animador da conjuntura econômica do país. Dessa forma, a perspectiva é que os resultados apresentados pelo comércio varejista nos cinco primeiros meses deste ano sejam repetidos no segundo semestre de 2004 e, assim, com um cenário mais otimista, a confiança do consumidor na economia possa ser melhorada. ■

A Bahia ocupa 6,64% do território brasileiro e 36,34% da região nordeste.

Seu principal ramo de exportação é o químico e petroquímico.

27,1% da população baiana têm renda de até 1 salário mínimo.

1,6% da população baiana ganham mais de 20 salários.

Quer saber mais sobre a Bahia?



Leia a revista *Bahia em Números 2003* e conheça os principais aspectos territoriais e sócio-econômicos do estado referentes ao último ano. Um retrato estrutural da Bahia em forma de mapas e números.

Confira no site www.sei.ba.gov.br ou adquira o seu exemplar na biblioteca Rômulo Almeida (SEI).



Adquira seu exemplar na Biblioteca Rômulo Almeida da SEI
Tel: (71) 3115 4847 www.sei.ba.gov.br



Conjuntura Econômica Baiana

A produção industrial baiana e o comércio varejista obtiveram resultados positivos nos primeiros meses de 2004, indicando uma retomada de crescimento da atividade econômica, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Seguindo essa trilha de crescimento, a balança comercial mantém desempenho satisfatório, principalmente no que se refere às importações.

A produção da indústria baiana de transformação, segundo a PIM-IBGE, registrou, no acumulado do ano até maio, variação positiva de 8,0% em relação ao mesmo período de 2003. O desempenho das indústrias de refino de petróleo e produção de álcool (13,2%), produtos químicos (6,0%) e de metalurgia básica (16,1%) foram determinantes na formação da taxa da indústria de transformação. Por outro lado, influenciou negativamente o resultado da indústria de alimentos e bebidas (-3,2%).

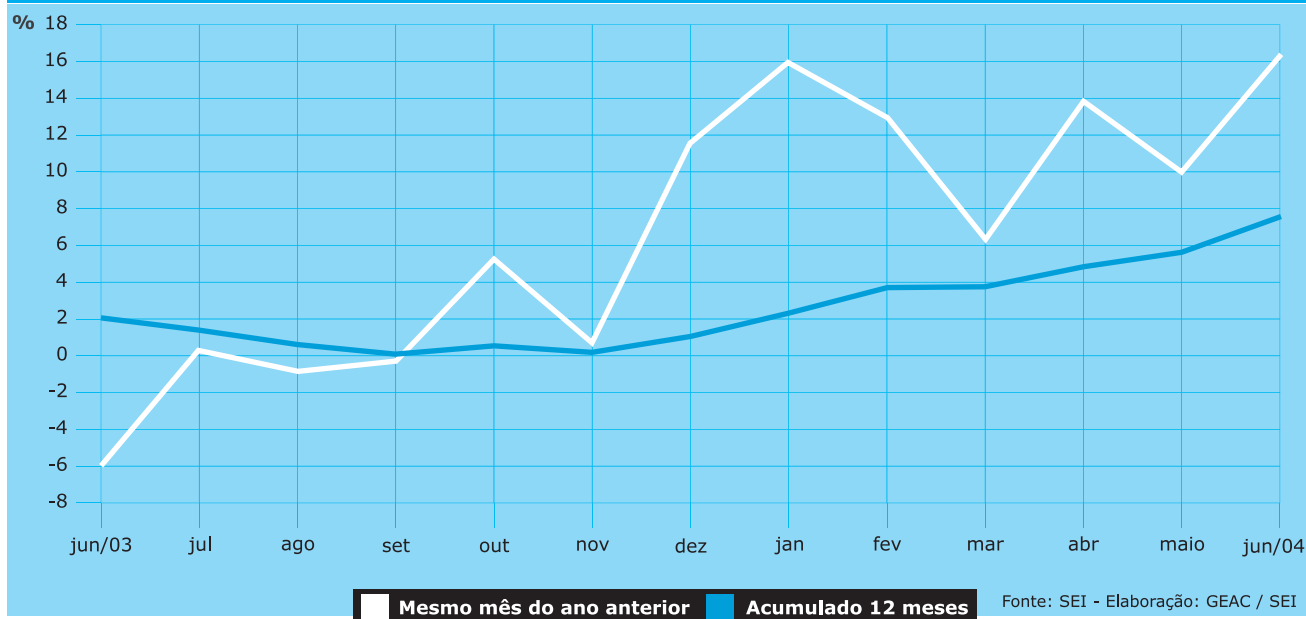
No comércio exterior, o ano de 2004 voltou a apresentar resultados satisfatórios na comparação com o mesmo período do ano anterior. Segundo dados do SECEX-MDIC, no período compreendido entre janeiro e junho, as exportações acumularam crescimento de 7,9%, enquanto que as importações aumentaram 30,1%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Com esse resultado, a balança comercial encerrou o período com saldo acumulado de US\$ 492,157 milhões.

No comércio varejista, de acordo com a PMC-IBGE, a variação no volume das vendas, no acumulado do ano de 2004 até maio, apresenta taxa positiva de 5,9%. Contribuem para esse crescimento os segmentos de móveis e eletrodomésticos (37,0%) e hipermercados e supermercados (4,6%). Já as vendas de veículos, motos e peças acumulam acréscimo de 25,3% no ano.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI) para Salvador, que registrou inflação de 0,71% em junho, variou 0,66 em julho. No período de janeiro a julho, Salvador apresentou alta nos preços de 4,6%. Nesse mesmo período, em 2003, o IPC-SEI teve alta de 7,6%. Os grupos que possuem taxa abaixo da inflação geral, nos sete meses de 2004, são: alimentos e bebidas (4,7%), artigos de residência (6,9%) e despesas pessoais (7,0%).

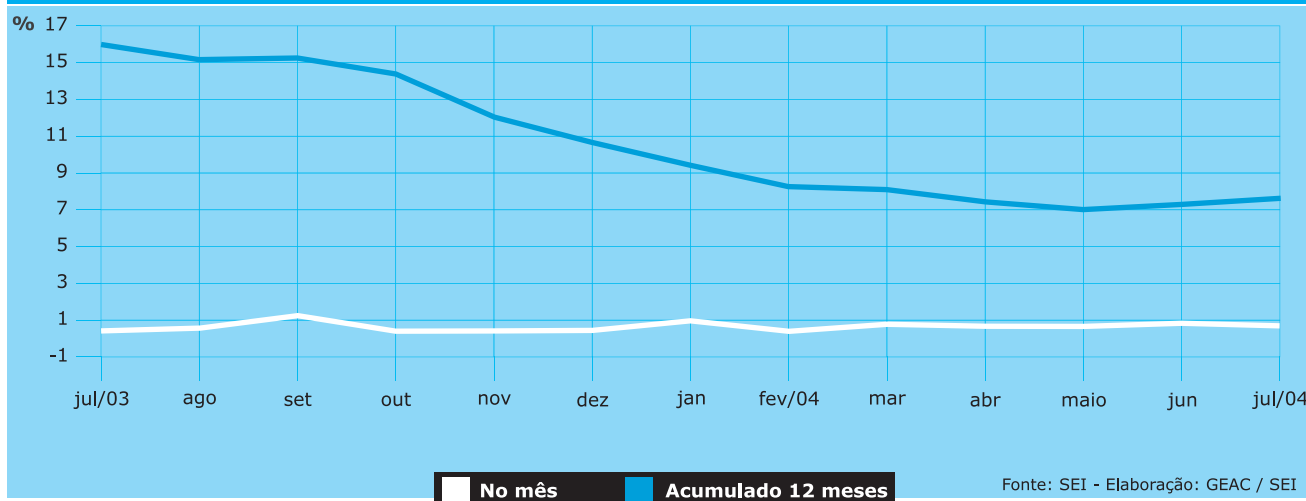
Com relação ao mercado de trabalho, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/DIEESE/SEADE), a taxa de desemprego total na RMS ficou em 25,5%, em junho de 2004, com queda de 0,2 p.p. em relação ao mês anterior, apresentando-se, no ano, com uma taxa média de 26,2%. No que se refere à taxa de desemprego aberto, caiu de 15,5%, em maio, para 15,0%, em junho. No mesmo período, a taxa de participação caiu de 62,2% para 62,0%. O número de ocupados cresceu 0,4% (de 1.261 para 1.266 pessoas) e houve um decréscimo de 0,2% na PEA.

Índice de Movimentação Econômica - IMEC - Salvador



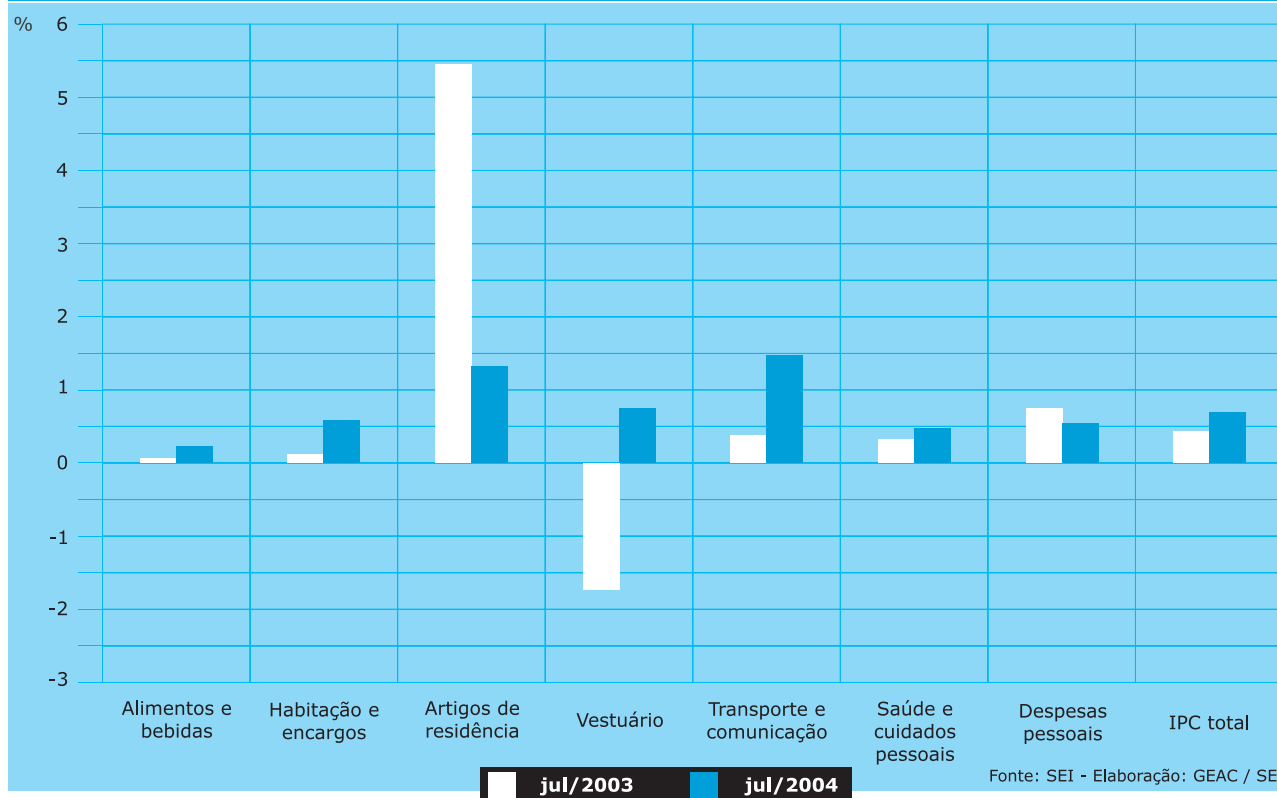
O Indicador de Movimentação Econômica de Salvador (IMEC-SSA), que indica a tendência da atividade econômica do município, mostra que o mês de junho de 2004, em comparação com o mês de junho de 2003, apresentou acréscimo de 16,4%, resultado que acumula, no ano, crescimento de 12,4%. No acumulado dos últimos 12 meses, o índice apresentou taxa positiva de 7,5%. Esse desempenho sinaliza a retomada do nível de atividade econômica de Salvador, propiciada pela redução na taxa de desemprego, bem como da recuperação da renda.

Taxa de variação do IPC - SEI - Salvador



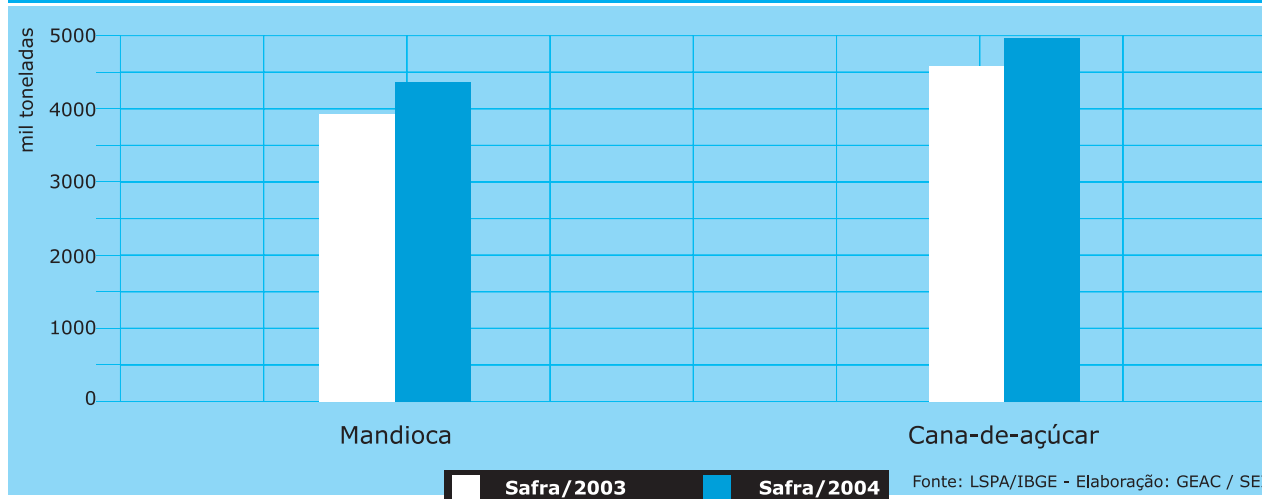
O Índice de Preços ao Consumidor – IPC, divulgado pela SEI, registrou, no mês de julho, taxa de 0,66%, inferior ao resultado alcançado em junho (0,71%). Já no acumulado dos doze meses, o índice fechou em 7,6%, abaixo do acumulado nos 12 meses até o mês de junho (7,3%), indicando recuo dos preços em Salvador. Os grupos transporte e comunicação (10,6%) e alimentos e bebidas (4,7%) foram os que mais pressionaram o índice; artigos de residência (6,9%) foi o grupo que menos pressionou o índice, no mesmo período.

Taxa de variação do IPC-SEI: Grupos selecionados - Salvador



No mês de julho, transporte e comunicação (1,5%), artigos de residência (1,3%) e vestuário (0,7%) obtiveram os maiores aumentos de preços. Dentro desses grupos, os subitens assinatura de telefone (10,1%), móveis e utensílios (1,7%) e agasalho masculino (8,9%) apresentaram as maiores altas. O destaque ficou para o grupo alimentos e bebidas, que apresentou a menor taxa de inflação (0,2%). A maior queda neste grupo ficou por conta do subitem óleos e gorduras (-4,0%), destacando-se o decréscimo em óleo de soja (-6,5%) e azeite de oliva (-2,6%).

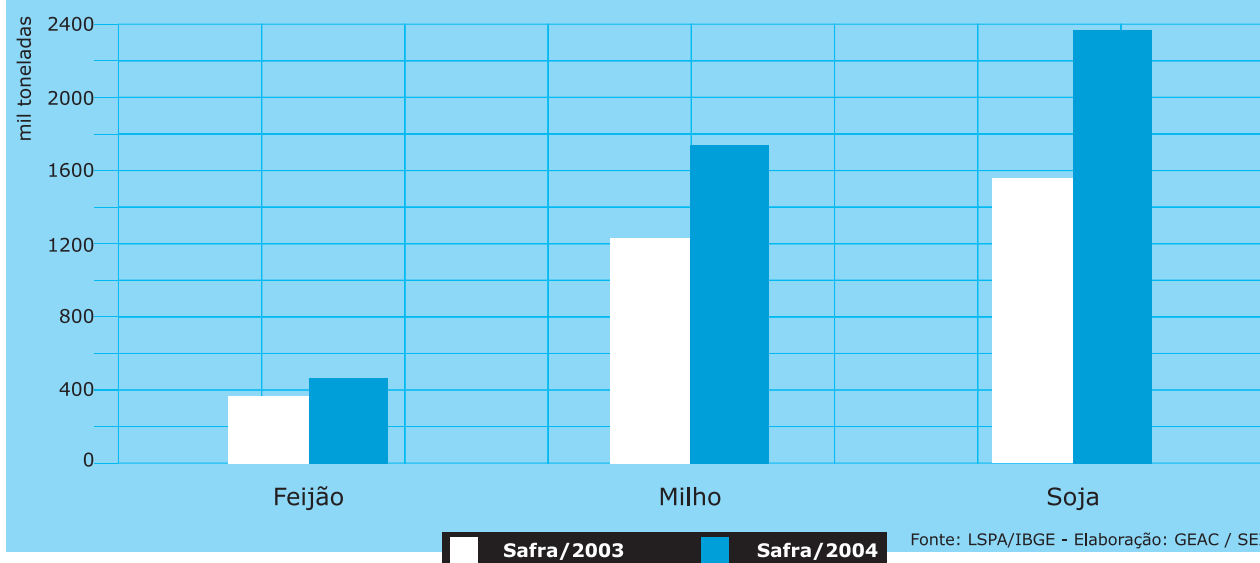
Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar - Bahia



As estimativas do LSPA/IBGE para a safra 2004, realizadas em julho, comparando-se à safra 2003, reafirmam a elevação da produção de mandioca em 11,9%. Esse resultado ainda reflete o aumento de demanda e a retomada da produção. Para a cana-de-açúcar, as estimativas indicam aumento da produção em 8,7%, conseqüência da conjuntura dos preços do açúcar e álcool.

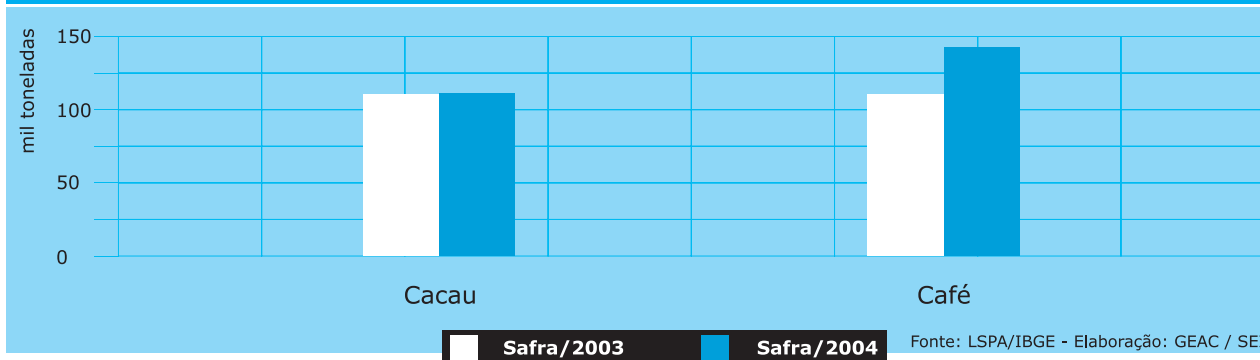
Recentes estímulos às exportações de açúcar e as expectativas de preços formadas pelos produtores podem reverter-se em expansão da lavoura.

Estimativa de produção agrícola: feijão, milho e soja - Bahia



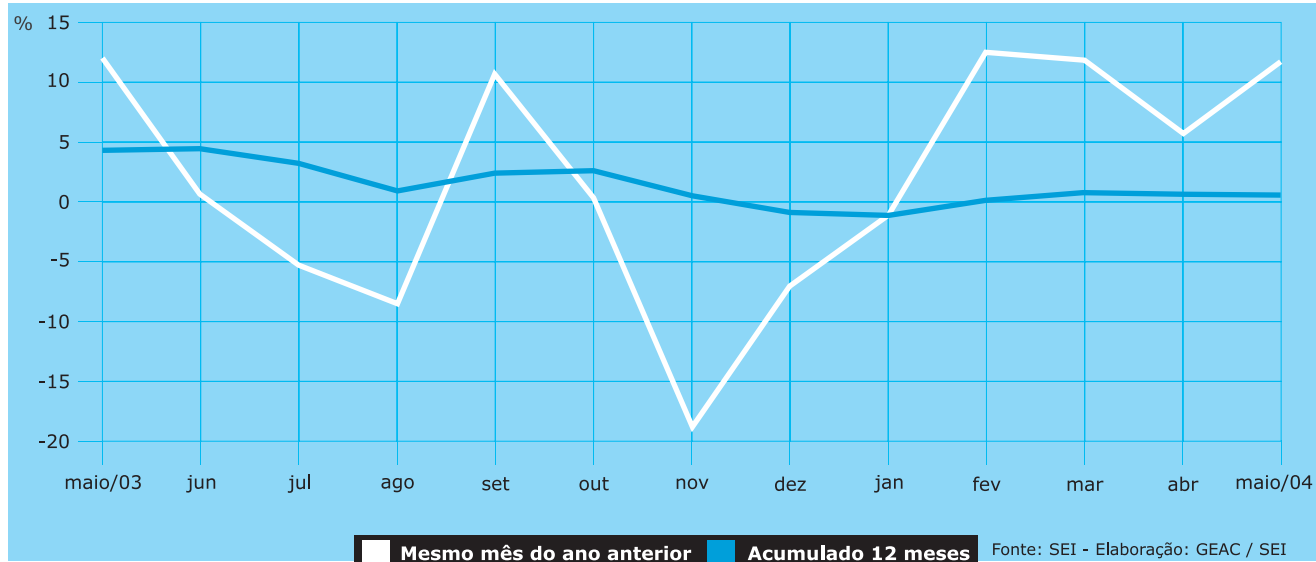
Para o feijão, mantêm-se as estimativas de aumento da produção em 27,6%, em relação a 2003. O clima favorável (chuvas em volume suficiente e bem distribuídas) durante os tratos culturais justifica as expectativas. Para o milho, estima-se aumento de 42,6% na produção em 2004, devido à conjuntura de preços internos e às expectativas quanto ao milho safrinha. A soja apresenta aumento de 51,9% da produção. Apparently, as recentes questões dos mercados internacionais não afetaram significativamente a lavoura de soja baiana.

Estimativa da produção agrícola: cacau e café - Bahia



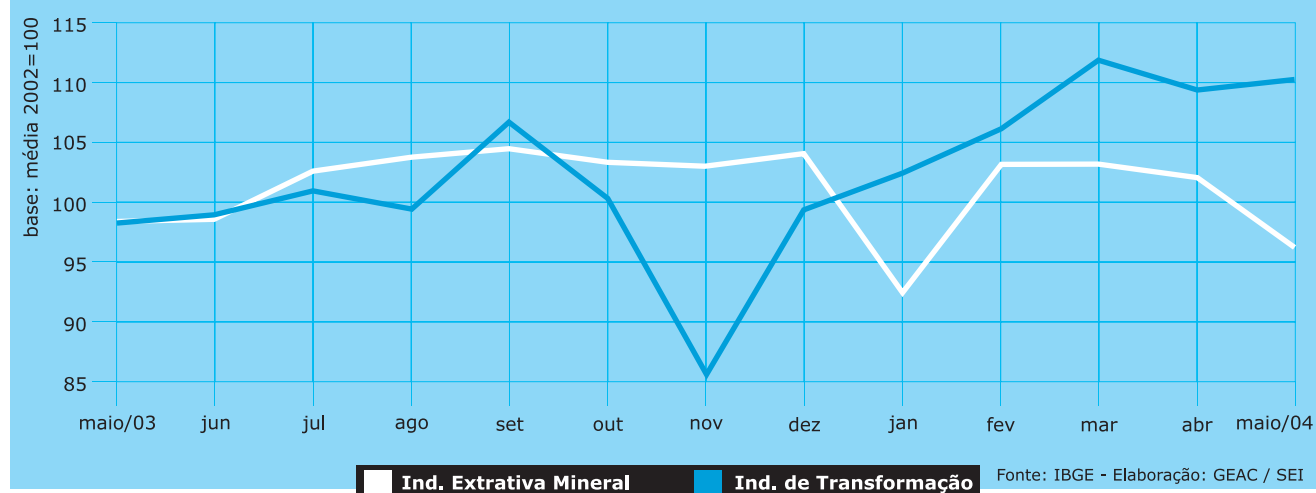
Para a lavoura cacaujeira, as estimativas, em julho de 2004, continuam sinalizando aumento de apenas 0,9% da produção. Existem expectativas de novos investimentos e manejos na lavoura, sobretudo a partir do aparato institucional da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Agronegócio do Cacau. Para o café, as estimativas do LSPA/IBGE apresentam elevação da produção em 30%, comparando-se a 2003. O dinamismo observado, especialmente nas exportações (devidos aos preços favoráveis da *commodity*), repercute nas lavouras do grão.

Taxa de variação da produção física da indústria de transformação - Bahia



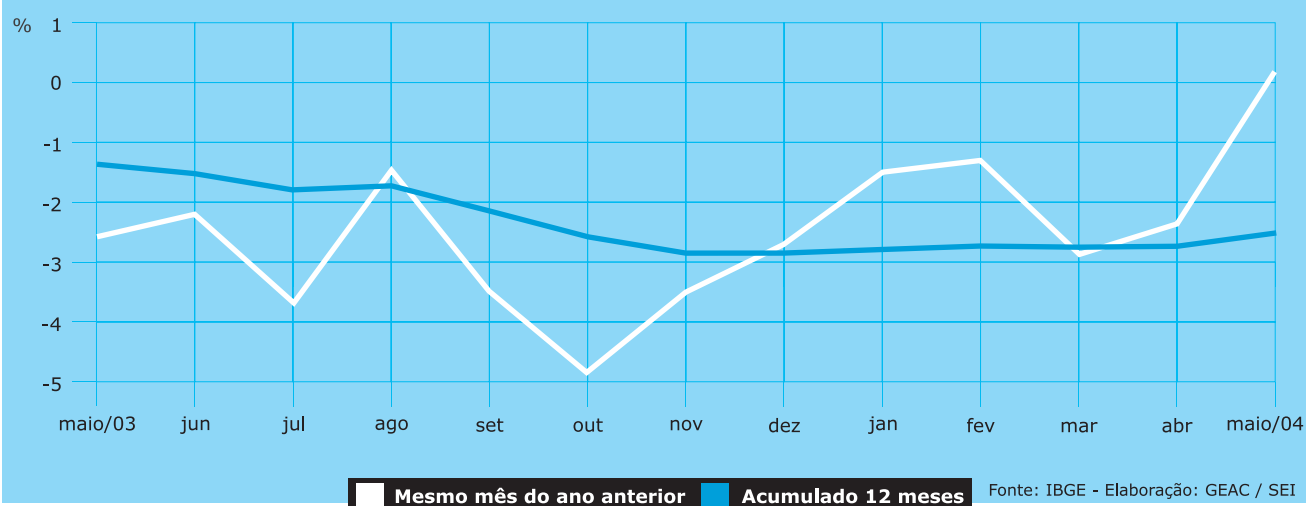
A Pesquisa Industrial Mensal do IBGE mostra que, em maio, a produção industrial do setor de transformação baiano registrou crescimento de 11,9% na comparação com o mesmo mês de 2003, mantendo a trajetória de expansão iniciada em fevereiro. Esse resultado fez com que a taxa acumulada nos 12 meses atingisse 0,7%. A trajetória recente da indústria de transformação revela que o setor encontra-se em recuperação, derivada, sobretudo, pelo bom desempenho dos setores de produtos químicos (13,7%), refino de petróleo e álcool (15,8%) e alimentos e bebidas (7,0%).

Índice dessazonalizado de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral - Bahia

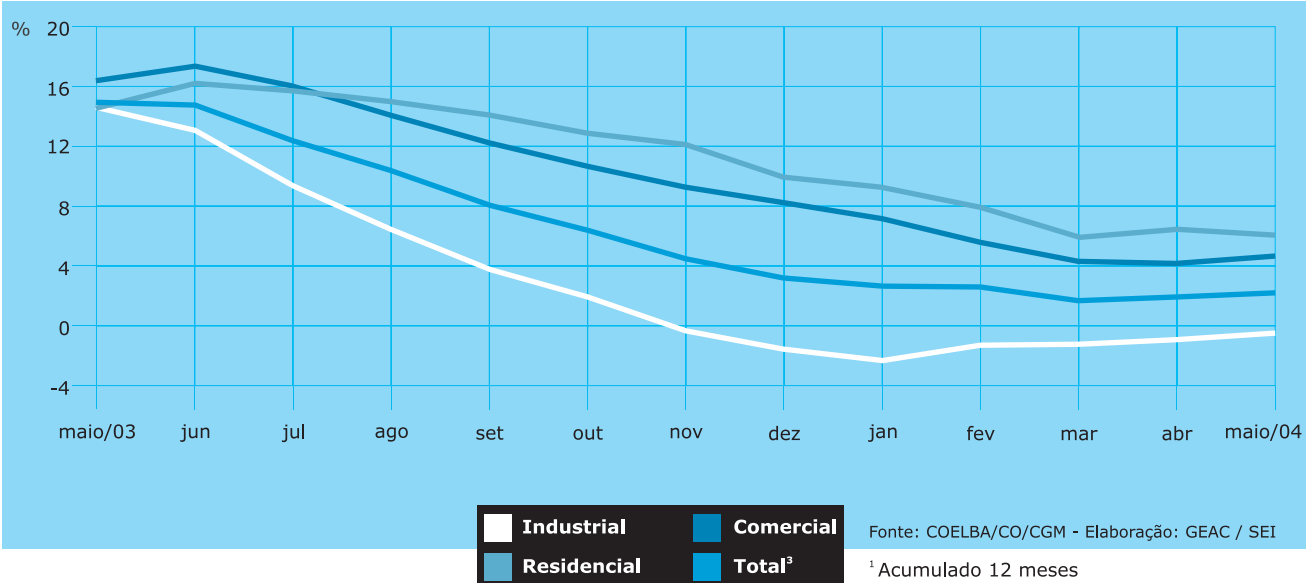


A série livre de influências sazonais da produção física da indústria de transformação, em maio, mostrou acréscimo de 0,9%, com relação ao mês de abril. Os segmentos que apresentaram as maiores taxas no mês foram: papel, celulose e produtos de papel (29,6%) e refino de petróleo e produção de álcool (13,0%). O setor extrativo mineral obteve significativo decréscimo entre abril e maio de 5,9%. O desempenho na indústria de transformação baiana é bastante satisfatório, tendo em vista as taxas positivas obtidas pelo setor desde janeiro.

Taxa de variação de pessoal ocupado - Indústria de transformação - Bahia



O nível de emprego na indústria de transformação baiana, apesar de continuar apresentando resultados pouco satisfatórios, apresenta uma trajetória de recuperação. Em maio, a taxa foi nula; no mês anterior, observou-se uma queda de 2,7%. Nos últimos doze meses, o emprego industrial acumula queda de 2,9%. Nesse indicador, os setores que apresentam os maiores incrementos de pessoal ocupado são: calçados e couro (18,8%), fumo (9,6%) e têxtil (6,9%), enquanto que vestuário (-24,7%), papel e gráfica (-17,4%) e madeira (-15,8%) registraram as maiores reduções no nível de emprego.

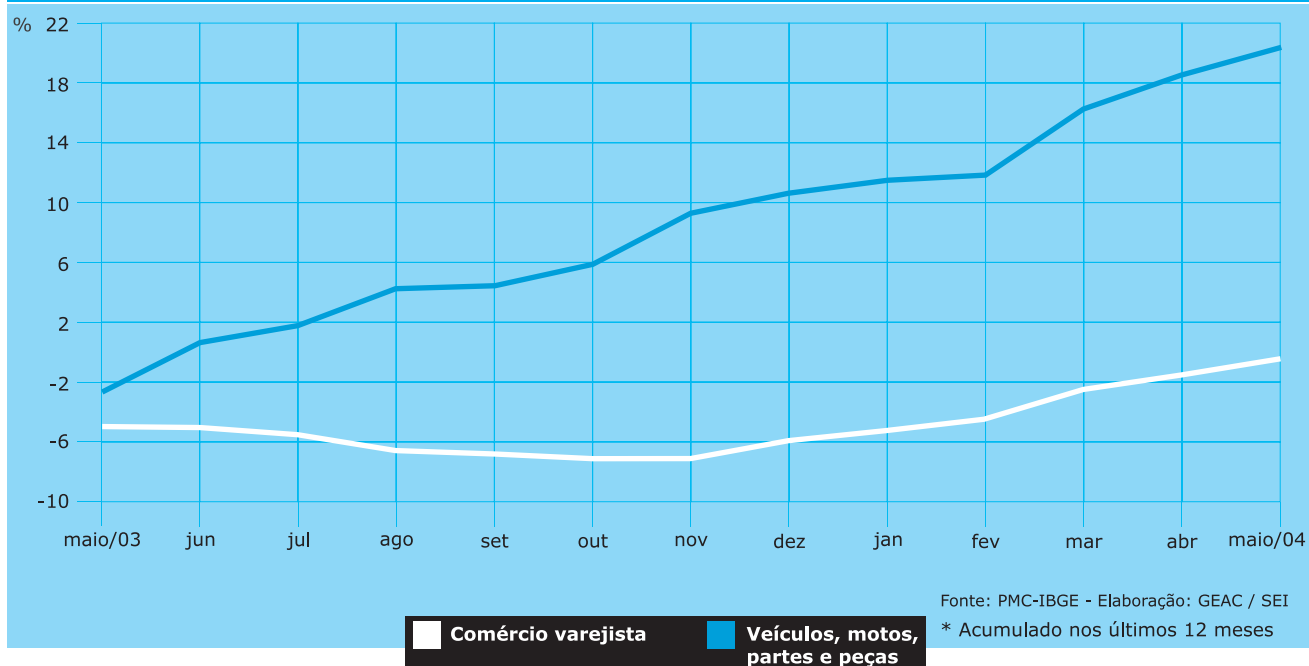
Taxa de variação do consumo de energia elétrica¹ - Bahia

¹ Acumulado 12 meses

² Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. Pública + S. Público + Concessionária. O consumo industrial corresponde a COELBA, CHESF e COPENE

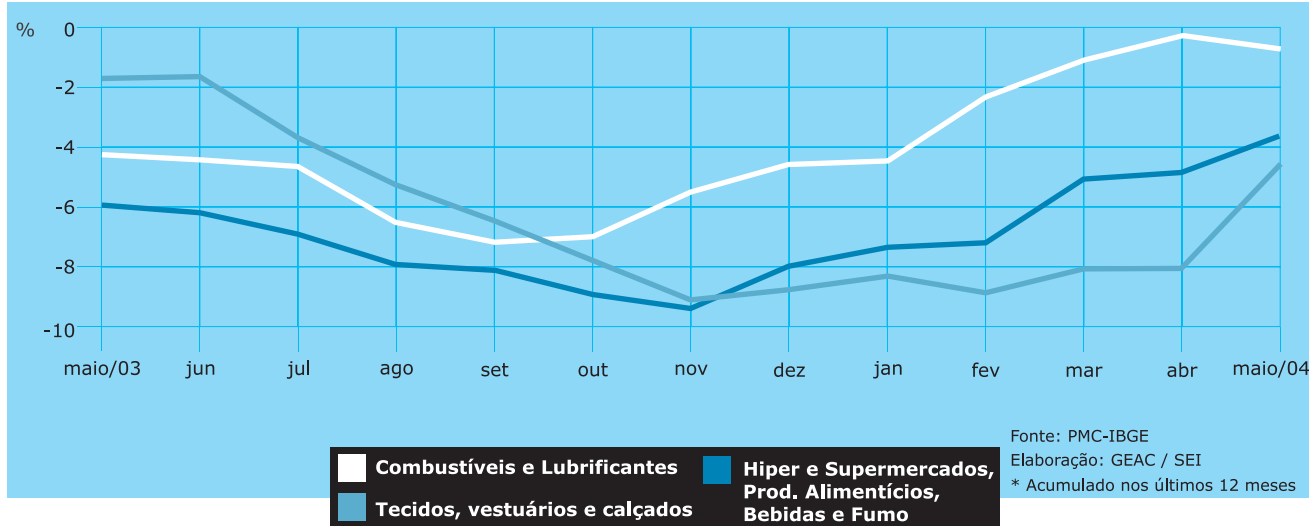
O consumo total de energia elétrica no Estado da Bahia apresentou, em maio, crescimento de 6,5% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Dentre os principais setores, o comercial foi o que apresentou maior crescimento no período (6,7%). No acumulado dos doze meses, o índice apresenta variação positiva de 2,3%. De acordo com esse mesmo índice, os setores comercial e residencial apresentam crescimento de 4,7% e 6,1%, enquanto que o setor industrial, de maior peso no consumo total, continua apresentando resultado negativo (-0,5%).

Taxa de variação de volume de vendas no varejo* - Bahia



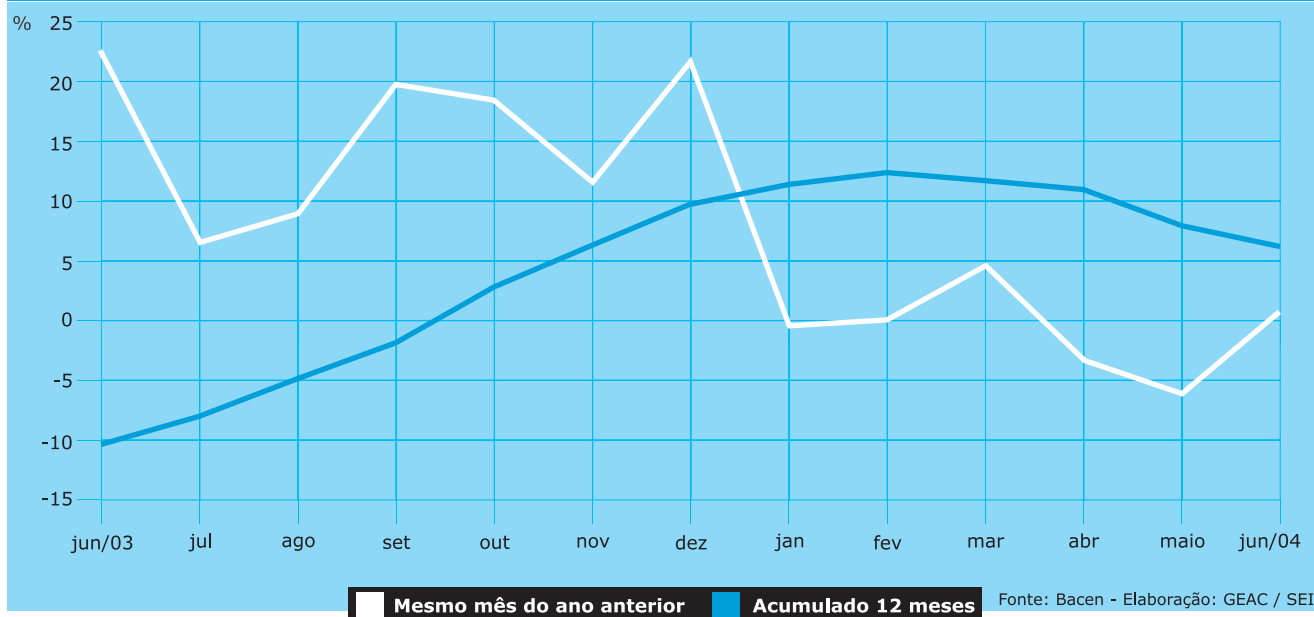
Segundo dados da Pesquisa do Comércio (IBGE), em maio, o volume de vendas do comércio varejista registrou desempenho positivo de 8,9%, comparado com maio de 2003. No acumulado dos últimos 12 meses, as vendas físicas reverteram a trajetória de queda, apresentando a taxa positiva em 0,2%. As vendas do segmento de veículos, motos e peças registraram acréscimo de 29,9% em relação ao mês de abril de 2003, acumulando variação positiva de 22,2% nos últimos 12 meses.

Taxa de variação do volume de vendas no varejo*: principais segmentos - Bahia



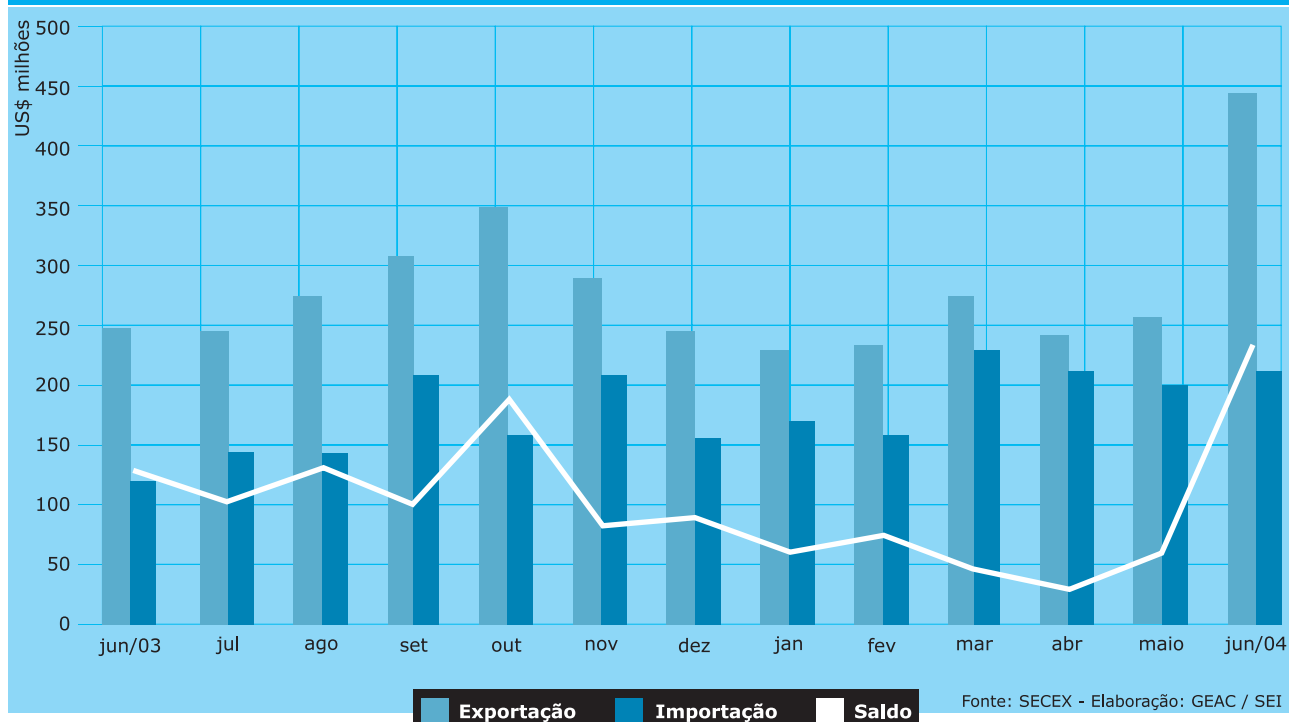
No mês de maio de 2004, todos os segmentos que compõem o Indicador de Volume de Vendas registraram variação positiva, sendo destaque, novamente, o segmento de móveis e eletrodomésticos, com um incremento de 41,0% em relação ao mesmo mês do ano passado. Esse segmento acumulou no período uma taxa positiva de 37,0% e, para os últimos 12 meses, de 15,3%. Todos os demais segmentos do varejo apresentam queda para o acumulado dos últimos 12 meses.

Quantidade de cheques sem fundos - Bahia

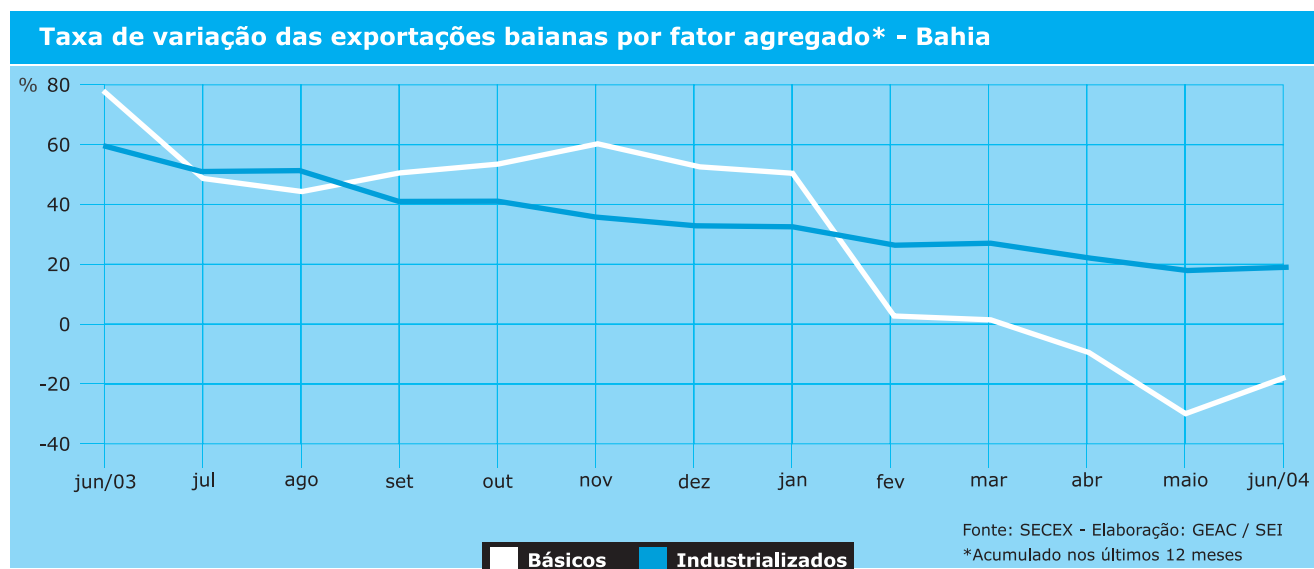


Em junho, o número de cheques sem fundos emitidos na Bahia registrou crescimento de 0,8% na comparação com o mesmo mês do ano anterior, totalizando 363 mil unidades. Em maio, a taxa apresentou queda de 5,9%. Apesar do ligeiro crescimento, no acumulado dos doze meses o índice continua apresentando tendência de queda, uma vez que, pelo quinto mês consecutivo, houve redução no indicador. Para os doze meses, a taxa acumulada está em 6,2%, contra 7,9% registrada em maio.

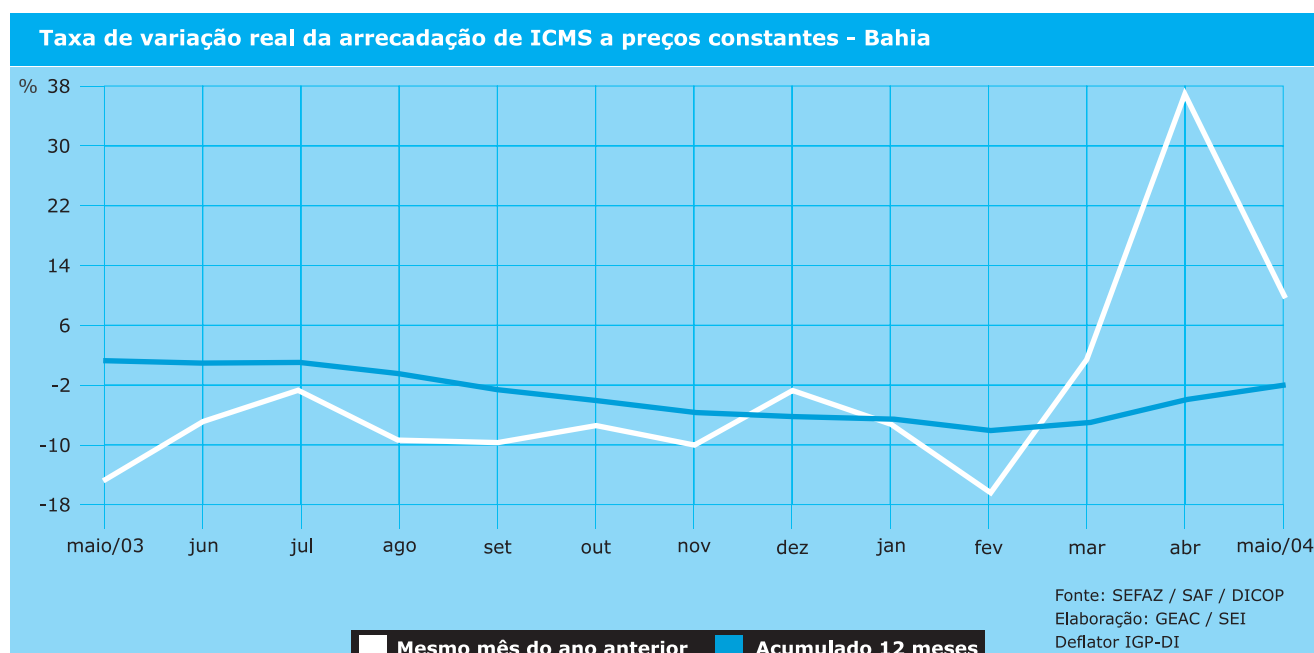
Balança comercial - Bahia



A balança comercial da Bahia registrou, em junho de 2004, um superávit de US\$ 234,5 milhões, em decorrência das exportações, no valor de US\$ 444,5 milhões, e importações, no valor de US\$ 210,0 milhões. As exportações registraram um recorde nos últimos doze meses, indicando uma tendência de recuperação das vendas externas, especialmente para os países do Mercosul, ALADI e Ásia. Com relação às importações, destacam-se as compras oriundas da ALADI, principalmente do Chile.

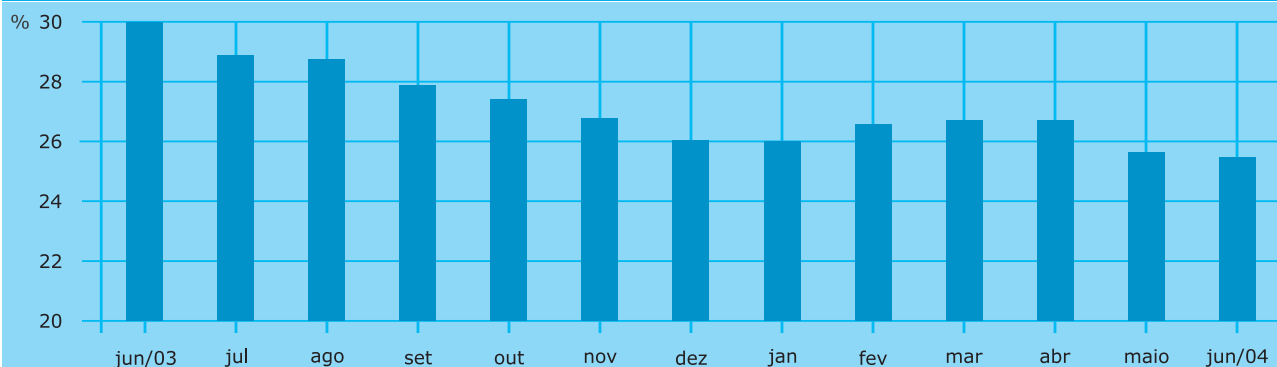


Segundo os dados das exportações baianas por fator agregado, a variação dos últimos doze meses para os produtos básicos registrou uma taxa negativa de 17,6%, em decorrência da queda nas vendas no período. Apesar desse resultado, as exportações de produtos básicos alcançaram US\$ 124,2 milhões, representando mais de 50% do valor alcançado no primeiro semestre de 2004. Dentre os produtos básicos, destacou-se a soja e, entre os produtos industrializados, os automóveis, os derivados de cobre e os produtos químicos.



No mês de maio de 2004, a arrecadação de ICMS no estado da Bahia apresentou crescimento de 10,1%, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Em abril, esse resultado havia sido de 36,8%. Em maio, a arrecadação real, deflacionada pelo IGP-DI, foi de R\$ 532,3 milhões. Para o período dos doze meses, a taxa continua apresentando resultado negativo (-2,1%), porém com tendência de recuperação já nos próximos meses, visto que, no ano, a taxa acumula crescimento de 4,8%.

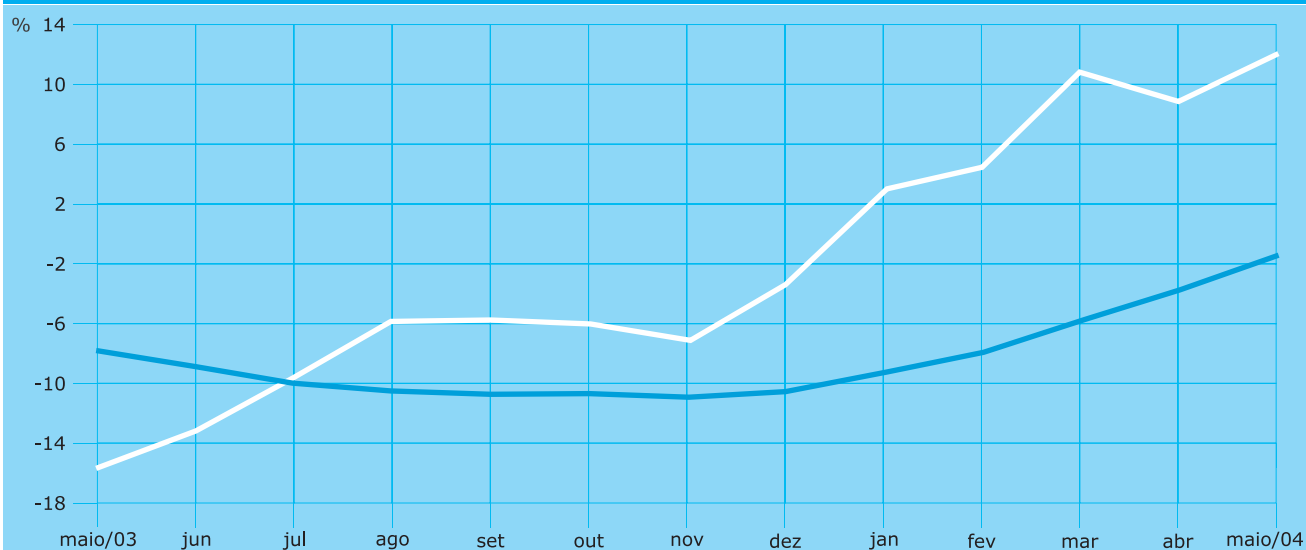
Taxa de desemprego total - RMS



Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
Elaboração: GEAC / SEI

A taxa de desemprego total, na RMS, medida pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), alcançou 25,5% da PEA, em junho/04, revelando redução de 0,8% comparando-se com maio do mesmo ano. Esse resultado é explicado pela criação de 5 mil postos de trabalho no período, revelando um crescimento de 0,4% no nível global da ocupação. Os setores que contribuíram para esse aumento na ocupação foram a Indústria (2,8%) e Serviços (1%).

Taxa de variação do rendimento médio real* - RMS



Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
Elaboração: GEAC / SEI
*Ocupados no trabalho principal

O rendimento médio real dos ocupados na RMS, medido pelo índice dos rendimentos da PED, apresentou crescimento de 11,7% em maio/04, comparando-se a maio/03, significando uma redução de 1,8 ponto percentual na comparação com o mês anterior. O que pode ser explicado pela desaceleração do IPC/SEI em abril/04. Entretanto, no acumulado dos últimos 12 meses, verificou-se taxa negativa de 3,8% até abril/04.

O processo de globalização financeira e seus reflexos recentes na conta capital e financeira do Brasil*

Breno Lobo**

Desde o início da década de 1960, o capitalismo vem passando por uma transição no seu regime de acumulação, que culminou em uma nova estruturação do sistema produtivo, agora sob a égide do capital financeiro. Esse processo, que se convencionou chamar de globalização financeira, começou a incorporar os países periféricos à sua esfera de influência, a partir da necessidade do capital em criar novos espaços para perpetuar seu movimento de valorização. Nesse sentido, o Brasil passou a se inserir nesse processo a partir do começo dos anos 90, através da liberalização financeira e abertura do país aos fluxos internacionais de capitais. Os reflexos dessa inserção do Brasil nessa nova ordem mundial podem ser vislumbrados através da conta capital e financeira do balanço de pagamentos brasileiro. Dessa forma, o objetivo central deste texto é analisar o resultado da conta capital e financeira do Brasil no primeiro semestre de 2004, à luz das recentes transformações ocorridas na estrutura do modo de produção capitalista.

Chesnais (1998) divide em três as etapas da liberalização e da mundialização financeira. Segundo este

autor, esse processo se inicia ainda na década de 1960, com a formação do mercado de eurodólares, que cria um meio suplementar de liquidez a partir da *city* de Londres, como uma tentativa do grande capital de se desvencilhar das regras e controles existentes no sistema monetário internacional sob a arquitetura acordada, em 1947, em Bretton Woods.

Contudo, foi apenas com o fim do sistema de Bretton Woods, em 1971, e a adoção de um regime mundializado de taxas de câmbio flexíveis, a partir de 1973, seguidos, posteriormente, de um conjunto de medidas de cunho liberal emanadas dos Estados Unidos e da Inglaterra, que o sistema capitalista de produção entrou, de fato, na fase de hegemonia do capital financeiro. Nesse período, sob os governos de Reagan e Thatcher, respectivamente, Estados Unidos e Inglaterra atuaram firmemente como paladinos de políticas que visavam ao fim do controle do movimento de capital e a desregulamentação monetária e financeira, a fim de promover uma expansão e interligação mundial dos mercados acionários e de bônus¹.

A essência dessa nova fase do capitalismo, que se generalizou nos países centrais na década de 80,

Estados Unidos e Inglaterra atuaram firmemente como paladinos de políticas que visavam ao fim do controle do movimento de capital e a desregulamentação monetária e financeira.

* Texto para discussão na reunião do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC), do dia 04/08/2004 (versão revisada e modificada).

** Graduando em Economia (FCE/UFBA) e bolsista do NEC. O texto foi escrito sob a orientação de Celeste Maria Philigret Baptista, professora da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE/UFBA) e coordenadora do NEC.

¹ Essa política veio à tona como uma solução para os problemas de financiamento dos déficits orçamentários por que vinham passando os países da OCDE. A expansão dos mercados financeiros permitiu que esses países passassem a financiar seus déficits com muita facilidade através da emissão de títulos e bônus do Tesouro (processo de securitização da dívida pública e privada).

passa pela modificação no regime de acumulação do capital: este começa a ser comandado pelas novas e gigantescas formas de centralização de capitais (organizados, sobretudo, nos fundos de pensão e nos fundos mútuos de investimento anglo-saxônicos), que se reproduzem principalmente na esfera financeira, através da comercialização de títulos, objetivando a maior rentabilidade possível associada a maior liquidez (CHESNAIS, 1996).

Ao lado da desregulamentação e liberalização financeira, outros dois elementos passaram a constituir o núcleo característico da globalização financeira: o processo de desintermediação, em que novas fontes de financiamento assumem a posição das tradicionais redes e instituições financeiras, e a abertura dos mercados financeiros nacionais, que passam a uma posição de subordinação frente ao mercado mundializado (CHESNAIS, 1996). Essa generalização da arbitragem e a incorporação dos mercados emergentes, que se inicia ainda em 1986, constituem exatamente a terceira e atual etapa do processo de globalização financeira (CHESNAIS, 1998).

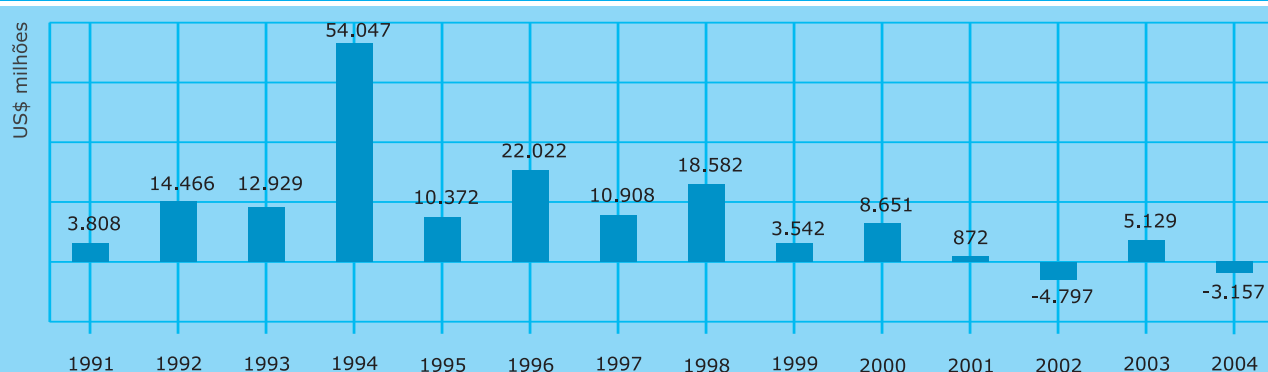
O Brasil passa a fazer parte dessa nova ordem mundial apenas a partir dos anos 90, através da opção de se beneficiar da enorme liquidez internacional e da retomada dos fluxos de capital, para conter os problemas inflacionários enfrentados pelo país ao longo da década de 80. Nesse sentido, o que se aplicou no decorrer dos anos 90 foram políticas macroeconômicas ortodoxas de estabilização acompanhadas de uma série de reformas estruturais liberalizantes, engendrando a formação de um novo modelo de desenvolvimento, baseado na subordinação e dependência frente ao mercado financeiro mundializado (FILGUEIRAS, 2001).

O IEC é muito instável, tornando no mínimo perigoso a adoção de uma estratégia de financiamento do balanço de pagamentos baseado na atração desse tipo de capital.

Esse processo de abertura financeira pode ser visualizado na dinâmica dos fluxos de Investimento Estrangeiro em Carteira (IEC) e de Investimento Estrangeiro Direto (IED), a partir do início dos anos 90. Apesar da série histórica do IEC (modalidade de investimento característico dessa nova fase do capitalismo, altamente especulativo e volátil) registrar entradas de capital desde 1969, valores significativos (superiores a US\$ 1 bilhão por ano) só começaram a surgir em 1991. O que se pode notar, dos dados do Gráfico 1, é que o IEC é muito instável, o que não permite o delineamento de uma tendência futura (o certo é que, desde 1999, vem registrando entradas líquidas inferiores a US\$ 10 bilhões e, até mesmo, saídas líquidas), tornando no mínimo perigoso a adoção de uma estratégia de financiamento do balanço de pagamentos baseado na atração desse tipo de capital.

Já o fluxo de IED, que se manteve relativamente estável entre 1973 e 1995 (entradas líquidas variando sempre entre US\$ 1 bilhão e US\$ 3 bilhões), começou a se intensificar a partir desse último ano, com a criação de um ambiente interno mais favorável, através do Plano Real (uma inflação controlada é condição essencial para que um país consiga atrair IEDs). Esse movimento se acentuou em 1996, com

Gráfico 1
Investimento Estrangeiro em Carteira - Brasil: 1991- 2004*



Fonte: Banco Central do Brasil
*Acumulado até junho

Os fluxos de IED começaram a minguar para o Brasil, devido, principalmente, à retração da liquidez internacional e ao aumento da concorrência dos países asiáticos, principalmente China.

o início das privatizações, ao mesmo tempo em que aumentava significativamente o ingresso de capitais autônomos, sendo que, em 2000, US\$ 32,8 bilhões em IEDs entraram no país. Contudo, a partir de 2001, os fluxos de IED começaram a minguar para o Brasil, devido, principalmente, à retração da liquidez internacional e ao aumento da concorrência dos países asiáticos, principalmente China, que atualmente estão sendo preferidos relativamente aos países latino-americanos. A diminuição desse capital autônomo foi acompanhada pelo fim do ciclo de privatizações, que começou a definhir em 2001 e se completou em 2003. Portanto, a entrada de IED no Brasil passou a ser explicada, desde 2002, pelo aumento da participação relativa das conversões de dívidas na entrada líquida total – representavam apenas 5% da entrada líquida de IED em 2000, chegando a 51,1% e 51,4% em 2002 e 2003, respectivamente (no primeiro semestre desse ano, 39,1% dos IEDs entraram no país via conversões). O problema das conversões é que elas não significam novo ingresso de capital no

país, são apenas dívidas já existentes, convertidas em investimento internamente.

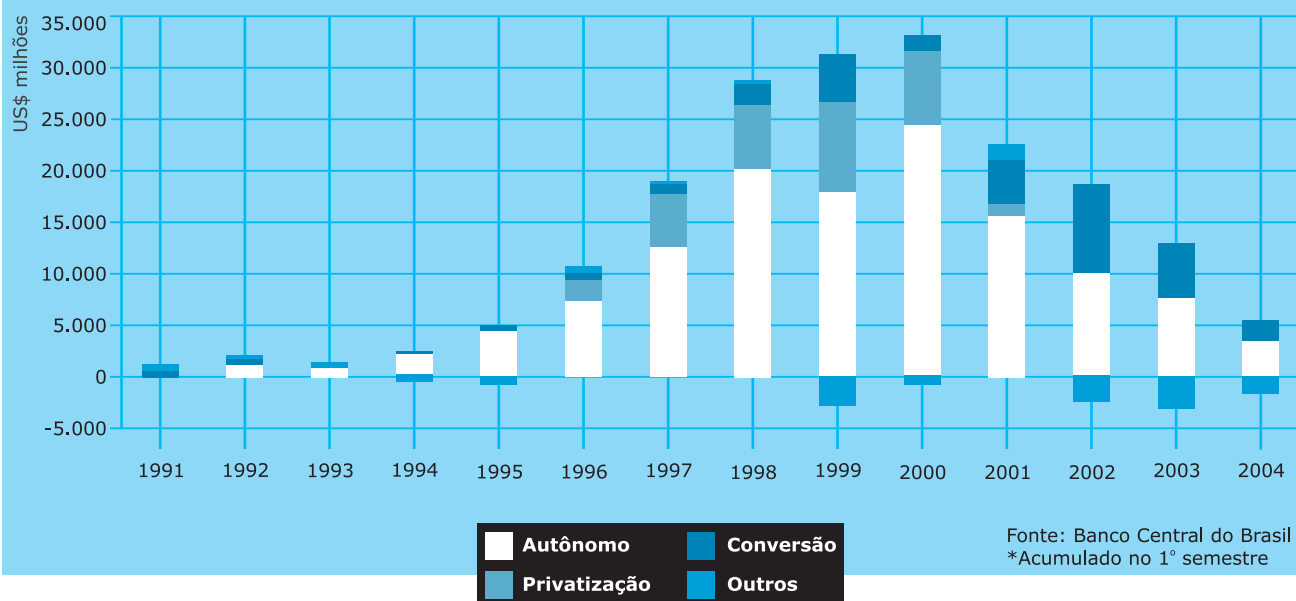
Apesar dos sucessivos superávits recordes obtidos mensalmente nas transações correntes do seu balanço de pagamentos, em virtude do permanente incremento das exportações, que estão conferindo saldos crescentes em sua balança comercial², o Brasil ainda se encontra longe da independência dos fluxos internacionais de capitais.

Essa necessidade de se atrair capitais estrangeiros para equilibrar o balanço de pagamentos, a despeito das transações correntes superavitárias, decorre do elevado montante de amortização da dívida externa que o país deve pagar – esses valores já estão comprometidos *a priori*, sendo que o país deve financiá-los via transações correntes e, o que faltar, via atração de capitais internacionais.

Pelo Quadro 1 percebe-se que, a despeito do expressivo superávit em transações correntes no primeiro se-

² O saldo em transações correntes, no primeiro semestre de 2004, foi de US\$ 4,4 bilhões (1,6% do PIB), superior ao superávit de US\$ 4,0 bilhões (0,81% do PIB) registrado em todo o ano de 2003 (no primeiro semestre do ano passado, o saldo acumulado foi de US\$ 0,5 bilhões, correspondentes a 0,21% do PIB). Esse superávit decorreu, sobretudo, do incremento de 44,7% do saldo comercial (passou de US\$ 10,4 bilhões no primeiro semestre de 2003 para US\$ 15,0 bilhões no mesmo período deste ano). Apesar do significativo crescimento das importações neste primeiro semestre (crescimento de 25%, passando de um acumulado de US\$ 22,6 bilhões no primeiro semestre de 2003, para US\$ 28,2 bilhões no mesmo período deste ano), as exportações continuaram num ritmo acelerado de expansão (cresceram 31,2% no período considerado – passaram de US\$ 33,0 bilhões para US\$ 43,3 bilhões), o que garantiu o expressivo resultado da balança comercial brasileira.

Gráfico 2
Investimento Estrangeiro Direto (composição) - Brasil: 1991 - 2004*



Quadro 1
Usos e fontes de recursos – Brasil jan-jun/2004

US\$ bilhões

Período	2004 ¹	
	Jan-Jun	Ano ²
Usos	-12,5	-34,3
Transações correntes	4,4	2,5
Balança comercial	15,0	26,0
Exportações	43,3	83,0
Importações	-28,3	-57,0
Serviços e rendas	-12,2	-26,5
Juros	-6,9	-13,6
Lucros e dividendos	-3,6	-7,2
Viagens internacionais	0,4	0,0
Demais	-2,1	-5,7
Transferências unilaterais correntes	1,6	3,0
Amortizações de médio e longo prazos	-16,9	-36,8
Bônus, <i>notes</i> e <i>commercial papers</i>	-8,7	-20,3
Crédito de fornecedores	-1,2	-2,6
Empréstimos	-7,1	-13,9
Fontes	12,5	34,3
Conta capital	0,4	0,7
Investimentos estrangeiros diretos	4,0	12,0
Inv. em papéis domésticos de longo prazo e ações	0,9	3,0
Desembolsos de médio e longo prazos	10,2	29,3
Bônus, <i>notes</i> e <i>commercial papers</i>	5,1	16,5
Crédito de fornecedores	0,5	1,3
Empréstimos	4,7	11,5
Ativos brasileiros no exterior	0,2	-8,3
Empréstimos ao Banco Central (FMI)	-2,7	-4,3
Curto prazo e demais	0,8	0,0
Ativos de reservas	-1,3	1,9

Fonte: Banco Central

¹ Dados preliminares.² Projeção.

mestre deste ano, as amortizações de médio e longo prazo chegaram a US\$ 16,9 bilhões, o que implicou uma necessidade de financiamento externo de US\$ 12,5 bilhões nos primeiros seis meses do ano. Observando-se as projeções do Banco Central para todo o ano de 2004, verifica-se que essa situação só tende a se deteriorar, com a necessidade de atração de capitais internacionais chegando a US\$ 34,3 bilhões (ainda que a projeção para as transações correntes seja extremamente conservadora), em virtude de um total de US\$ 36,8 bilhões de amortizações que devem ser pagas no ano.

Dessa forma, o Brasil permanece, apesar da evidente diminuição de sua vulnerabilidade externa, altamente dependente dos fluxos internacionais de capitais, o que implica uma perda de autonomia das políticas

macroeconômicas nacionais que, de acordo com a opção do governo, devem sempre se ajustar às expectativas do mercado financeiro para criar um ambiente interno que favoreça o ingresso desses capitais no país. O problema é que, não obstante todos os esforços e medidas ortodoxas implementadas desde o Governo Fernando Henrique, e que se prolongam pelo Governo Lula, o movimento internacional de capitais possui uma lógica própria que, muitas vezes, ignora os “fundamentos econômicos” (reformas e políticas de cunho liberal) dos países.

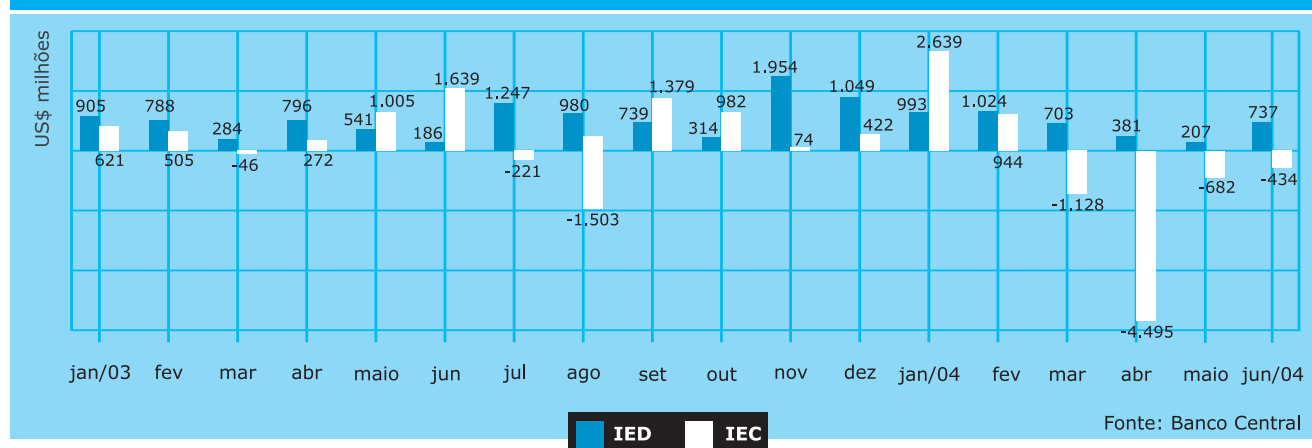
Analisando-se o ingresso de investimentos estrangeiros diretos e de investimentos estrangeiros em carteira, nos últimos dois anos, percebe-se claramente esse fato. Apesar da política econômica do Governo

Lula ter permanecido a mesma desde a sua posse, tanto o IED quanto o IEC têm uma variância bastante elevada, oscilando mês a mês, de acordo com a conjuntura internacional. O comportamento do IEC, que possui um caráter mais especulativo, durante os meses de abril, maio e junho deste ano – período de intensa volatilidade no mercado internacional de capitais devido às incertezas quanto à elevação dos juros norte-americanos e quanto ao aumento do preço do petróleo – reflete bem essa constatação.

Essa retração da liquidez internacional, que começou a se configurar a partir de março, mas que até agora não tomou uma tendência definida (as oscilações, apesar de mais brandas, permanecem nos mercados financeiros: ainda existem incertezas quanto à política monetária dos Estados Unidos e, principalmente, quanto aos rumos do preço do petróleo), pode explicar o péssimo desempenho do país na atração tanto de IED quanto de IEC no primeiro semestre desse ano.

dos investimentos envolve operações de baixos valores – 73,2% das operações realizadas foram com valores abaixo de US\$ 100 milhões. Os Estados Unidos continuam sendo o país que mais investe no Brasil via IED: 25,6% das participações no capital (uma das modalidades do IED) foram realizadas com recursos advindos dos EUA – seguidos dos Países Baixos, Alemanha e Ilhas Cayman, com participação relativa de 11,7%, 11,6% e 8,9%, respectivamente. Esses investimentos destinaram-se, majoritariamente, ao setor de serviços da economia brasileira, que recebeu 57,3% dos IEDs no primeiro semestre de 2004 (destaque para correio e telecomunicações, com 17,4% do total dos IEDs, eletricidade com 10,9%, gás e água quente, 10,7%, e comércio e serviços prestados a empresas, 7,7%), enquanto a indústria recebeu 35,6% (fabricação e montagem de veículos automotores recebeu 11,6% do total de IEDs) e, a agricultura, 7% (3,5% do total de IEDs foram para a extração de minerais metálicos)³.

Gráfico 3
Investimento Estrangeiro Direto (IED) e Investimento Estrangeiro em Carteira (IEC)
Brasil: jan/03-jun/04



Apesar do IED ter crescido 15,5% em relação ao mesmo período do ano passado – US\$ 4,0 bilhões no acumulado entre janeiro e junho deste ano contra US\$ 3,5 bilhões nos seis primeiros meses de 2003 –, esse montante pode ser considerado extremamente baixo para as necessidades e potencialidades do país. Para que a previsão do Banco Central, de entrada de US\$ 12,0 bilhões até o final do ano, se concretize, vai ser necessário que a situação internacional volte a se estabilizar, o que independe das ações de política pública implementadas pelo Governo Federal.

Do total de IED que ingressou no país, no primeiro semestre deste ano, percebe-se que a grande maioria

Já o IEC, muito mais sensível às instabilidades no mercado internacional de capitais, teve um desempenho ainda mais desastroso. Contrastando com o ingresso de US\$ 5,13 bilhões em 2003 (US\$ 4,0 bilhões apenas no primeiro semestre), entre janeiro e junho deste ano saíram US\$ 3,16 bilhões, o que comprova o caráter extremamente volátil e especulativo dessa modalidade de investimento, que é baseada numa lógica de valorização curto-prazista. O que chama a atenção nesses dados é a dificuldade que o Brasil vem tendo em rolar suas dívidas. Em todos

³ Essa distribuição por setor é praticamente a mesma verificada para 2003.

os componentes do IEC considerados (notadamente dos títulos de renda fixa, principal responsável pelo déficit dessa conta), as amortizações superaram os desembolsos⁴, o que reflete a mudança de posição dos investidores internacionais nesse primeiro semestre, procurando se desfazer de títulos dos países emergentes, de maior risco, em busca de uma maior segurança nos títulos dos países centrais.

Quadro 2
Investimentos Estrangeiros em Carteira
Brasil: jun/04

Ítems	US\$ bilhões	Tx de rolagem (desembolsos/amortizações)
Total	-3,16	-
Investimentos em ações	0,81	-
Títulos de renda fixa	-3,97	-
Negociados no exterior	-4,04	-
Bônus	-1,75	-
Privados	-0,05	66,7%
Públicos	-1,69	57,0%
<i>Notes e commercial papers</i>	-1,84	59,7%
Títulos de curto prazo	-0,46	29,1%

Fonte: Banco Central

Portanto, percebe-se claramente que, apesar do espetacular desempenho das exportações, que estão conseguindo sustentar superávits significativos nas transações correntes do Brasil, o país ainda está distante de conseguir se desvencilhar de sua dependência perante os fluxos internacionais de capitais. O grande problema da perpetuação dessa dependência é que os fluxos de investimento direto já não são mais os mesmos da segunda metade da década de 90. O ciclo de privatizações já se encerrou e, com uma liquidez menor e uma concorrência internacional mais acentuada, o Brasil vem encontrando sérias dificuldades para continuar atraindo esse tipo de in-

vestimento. Por outro lado, não se pode confiar nos fluxos de IEC que são, por sua própria natureza, altamente voláteis e guiados por uma lógica própria. Assim, ainda há um longo caminho a ser trilhado, que passa necessariamente pela consolidação dos saldos comerciais brasileiros – diversificação da pauta de exportações, maior independência em relação aos preços internacionais, processo de substituição de importações – para que o Brasil possa, efetivamente, reduzir sua vulnerabilidade externa.

Referências:

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Indicadores econômicos consolidados e séries temporais. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 26 jul. 2004.

CHESNAIS, François (Coord.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

FILGUEIRAS, Luiz. Da substituição de importações ao Consenso de Washington. In: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA. *Reflexões de economistas baianos*. Salvador: CORECON, 2001. p.17-42. ■

Apesar do espetacular desempenho das exportações, o país ainda está distante de conseguir se desvencilhar de sua dependência perante os fluxos internacionais de capitais.

⁴ Em 2003, apenas a conta *Notes e commercial papers* teve a taxa de rolagem inferior a 100%.



Perspectivas para o comércio eletrônico no Brasil

Elissandra Britto*

Joseanie Mendonça**

A Internet – rede mundial de computadores – expandiu-se no final da década de 60, para atender à necessidade de interligação entre laboratórios de pesquisa. Cerca de duas décadas depois, essa rede suplantou os limites acadêmicos e obteve autorização para ser usada comercialmente. Com isso, a Internet disseminou-se de tal forma que, calcula-se, seja formada, nos dias atuais, por um conjunto de 40 mil redes (computadores conectados entre si) no mundo inteiro.

Inicialmente, o uso da rede mundial de computadores visava o acesso à informação e à comunicação, verificando-se a popularização do correio eletrônico (*e-mail*), utilizado para o envio de textos, programas e imagens. Alcançando o *status* de meio de comunicação muito mais rápido que as outras mídias (o rádio alcançou 50 milhões de habitantes em 38 anos, a televisão alcançou esse número de pessoas em 14 anos e, a Internet, em apenas 5 anos), a Internet conta com cerca de 14 milhões de internautas no Brasil.

Ante o crescimento do número de pessoas conectadas, nos últimos anos a Internet vem se consolidando também como canal de comercialização de mercadorias e serviços. Através de portais e *sites* próprios, as empresas podem hoje cambiar seus produtos e serviços com outras empresas, chamado comércio *business to business* (B2B), ou mesmo com o consumidor final, pessoa física, o chamado comércio *business to consumer* (B2C), ou varejo virtual. Nesse contexto, o comércio eletrônico vem apresentando cifras e volumes relevantes, até porque a Internet permite uma customização do mercado, pouco possível para o comércio tradicional.

O objetivo deste artigo é investigar a evolução do comércio *business to consumer* (B2C), para o consumidor final, e verificar possíveis perspectivas do setor.

Panorama do comércio eletrônico no Brasil

Ainda não existem estatísticas oficiais sobre o comércio eletrônico no Brasil. Entretanto, essa lacuna vem sendo preenchida pelos relatórios da E-bit Consultoria, empresa de pesquisa e marketing on-line, e pela Câmara-e.net (Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico), composta por cem das principais empresas do Brasil que atuam nesse ramo.

A E-bit Consultoria realiza pesquisas desde o ano 2000, através do sistema *bitRate*, com cerca de 400 *sites* brasileiros de vendas (exceto venda de passagens aéreas, veículos e leilões). Os questionários *on-line* são respondidos pelos e-consumidores logo após o processo de compra, cujos resultados compõem relatórios mensais, trimestrais e anuais (Relatório *Webshoppers*). Além disso, a E-bit realiza pesquisas trimestrais de hábitos e tendências de consumo, em parceria com o Instituto PROVAR (FIA/USP), que não foram utilizados para este estudo.

Analisando-se os relatórios *Webshoppers* da E-bit, pode-se verificar que 2001 foi o ano de “maturidade” do comércio eletrônico no Brasil e que 2002 pode ser considerado o ano de “consolidação” desse segmento.

* Economista, mestranda em economia pela UFBA, sub-gerente da GEAC/SEI.

** Economista, bolsista FAPES.

**2001 foi o ano de “maturidade”
do comércio eletrônico no Brasil e
2002 pode ser considerado o ano de
“consolidação” desse segmento.**

Tabela 1
Evolução dos e-consumidores e internautas - Brasil, 2001-2003

Anos	E-consumidores	Internautas (mil pessoas)	Tíquete médio (R\$)	Faturamento ¹
2001	800 mil	12.000	200	600 milhões
2002	1,4 milhão	14.000	230	900 milhões
2003	2,5 milhões	—	300	1,18 bilhão

Fonte: E-bit

¹ Não inclui venda de passagens aéreas, sites de leilão e automóveis.

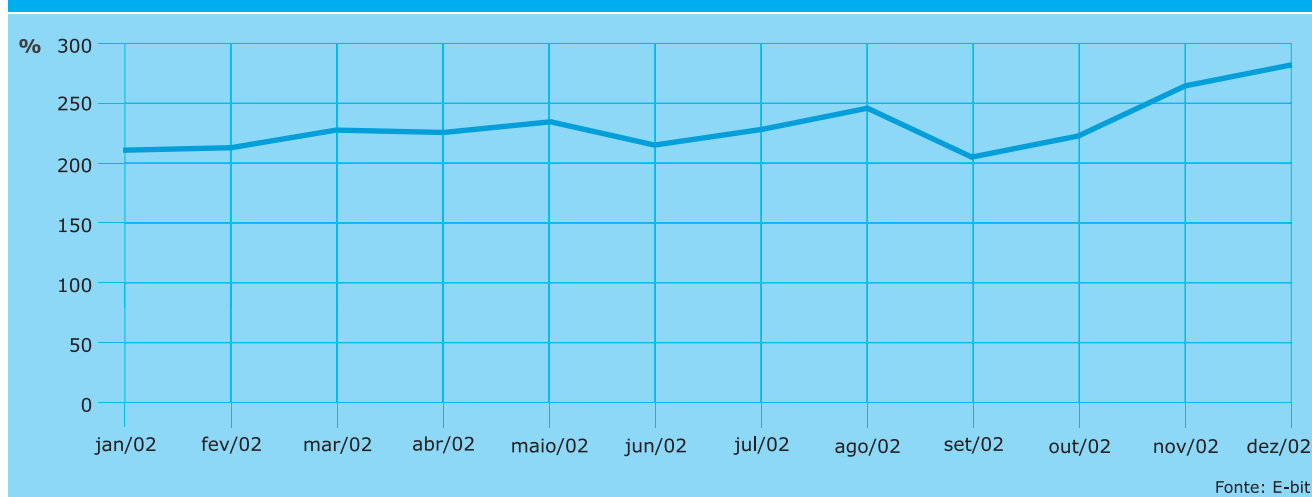
Pela Tabela 1, observa-se um crescimento de cerca de 70% no número de e-consumidores, ou seja, um aumento no número de pessoas que tiveram pelo menos uma experiência de compra pela Internet. O mesmo ocorreu com o número de internautas (pessoas que têm acesso à web), como também no volume de faturamento, que saltou de R\$ 600 milhões, em 2001, para R\$ 1,18 bilhão, em 2003.

O tíquete médio, valor gasto em média em cada compra feita, cresceu 15%, entre 2001 (R\$ 200) e 2002 (R\$ 230). O gráfico 1 apresenta a evolução do tíquete médio no ano de 2002, que saltou de R\$ 209 em janeiro, para R\$ 281 em dezembro.

Pelo gráfico 2, verifica-se que, no ano de 2002, considerado o de consolidação do comércio eletrônico, o índice de satisfação cresceu de 84,6% em janeiro, para 87,2% em julho, fechando o último mês do ano com 86,2%. Entre os motivos que explicam o crescimento no índice de satisfação, um dos principais é a melhoria no cumprimento dos prazos de entrega dos produtos¹.

O crescimento do índice de satisfação do e-consumidor pode revelar uma tendência de crescimento no tíquete médio, uma vez que esse consumidor, por confiar na entrega em tempo hábil dos produtos comprados, poderá utilizar ainda mais a Internet para realizar suas compras, o que pode levá-lo, até

Gráfico 1
Evolução do tíquete médio - Brasil, jan-dez/2002



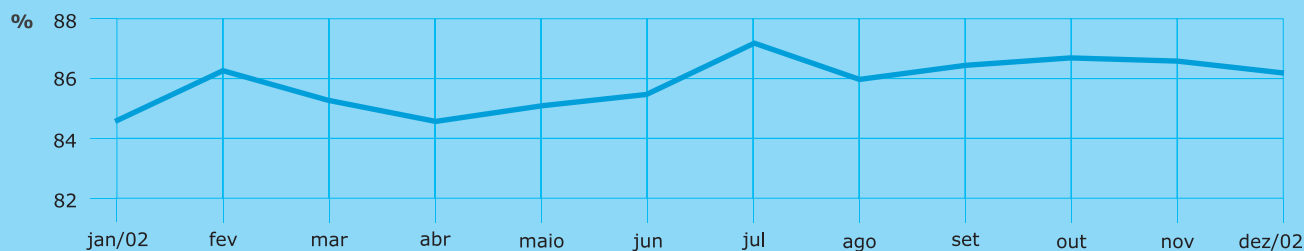
O incremento do tíquete médio foi acompanhado pelo índice de satisfação do e-consumidor no mesmo período. Esse índice é resultado de duas pesquisas feitas pela E-bit. Uma realizada logo após o processo de compra e, outra, no prazo de entrega do produto (pós-venda). Na primeira pesquisa, as questões envolvem itens como facilidade de comprar no site, navegação e preços dos produtos, entre outros, e na segunda pesquisa os quesitos são sobre entrega no prazo, qualidade do atendimento etc.

mesmo, a substituir as lojas físicas pelas lojas virtuais que oferecem muito mais comodidade.

Essa euforia do comércio virtual foi registrada na Pesquisa de Orçamentos Familiares da Fundação Getúlio Vargas 2002-2003 (POF/FGV), realizada nas doze

¹ O caso brasileiro está em sintonia com o avanço global das práticas comerciais pela Internet. O mercado mundial de comércio eletrônico movimentou US\$ 1,2 trilhão em 2002, 125,7% a mais que no ano anterior (GAZETA MERCANTIL, 03 jun. 2003, "A consolidação do varejo virtual").

Gráfico 2
Evolução do índice de satisfação do e-consumidor - Brasil, jan-dez/2002



Fonte: E-bit

principais capitais do país, com catorze mil famílias, com rendimentos entre 1 e 33 salários mínimos².

Segundo a POF/FGV 2002-2003, de cada R\$ 100 de renda, o brasileiro compromete em média R\$ 1,30 com arroz e feijão, R\$ 0,57 com Internet e R\$ 0,90 com TV a cabo. No período de análise dessa pesquisa, o maior aumento de gastos foi com Despesas Diversas (28,32%), seguido por vestuário (6,03%), alimentação (2,37%) e habitação (2,2%). Vale ressaltar que a média, não representa uma distribuição justa entre todos os elementos da amostra, o que significa que os consumidores com renda mais baixa, por razões óbvias, não podem ser considerados nessa divisão dos gastos citada. Portanto, o brasileiro que consome serviços de TV a cabo e Internet participa das classes mais abastadas.

Apesar da crise cambial e do impacto inflacionário verificados no período da pesquisa, a proporção das despesas com Internet aumentaram cerca de onze vezes, de 0,048% para 0,58% dos rendimentos totais das famílias brasileiras, enquanto, com TV por assinatura, os gastos subiram de 0,4% para 0,91%. Somados, arroz e feijão participaram com 1,3% dos orçamentos familiares, enquanto Internet e TV por assinatura representaram 1,49% do consumo.

Observando-se o comportamento de grandes varejistas virtuais tem-se também bons resultados. É o caso do Magazine Luiza, por exemplo, cujas operações virtuais renderam R\$ 48,5 milhões em 2001, o que representou 10% do faturamento de todo o grupo. O portal Submari-

no, um dos mais conhecidos e visitados por internautas, registrou faturamento de R\$ 76,6 milhões em 2001. Vale ressaltar que, ainda hoje, alguns segmentos encontram dificuldades para expandirem-se no comércio eletrônico, como o segmento de vestuário e supermercados, sobretudo porque os consumidores ainda exigem o contato físico na hora de escolher a roupa que vão comprar ou, ainda, as frutas que vão consumir.

Resultados de final de ano para o comércio eletrônico

O final do ano é, normalmente, a data mais forte para o varejo em geral. Essa tendência se confirmou também para o varejo virtual. Captados no período de 15 de novembro a 23 de dezembro, os dados do comércio eletrônico ratificam a euforia.

Com o crescimento no número de e-consumidores, verifica-se um faturamento de R\$ 204 milhões durante as festas natalinas em 2003. Quanto ao tíquete médio, cresceu apenas R\$ 9, portanto, o volume do faturamento se deve muito mais ao crescimento na base de e-consumidores.

Nesse período, entre os produtos mais vendidos pela Internet, ainda predominam os de menor valor unitário; entretanto, se observa um crescimento na comercialização de eletroeletrônicos.

Os cd's, vídeos e dvd's, somados, representavam 68% das compras realizadas pela Internet no ano de 2001, enquanto os eletroeletrônicos eram 21% dessas compras. Em 2003, os cd's responderam por 33% das compras. Um indicativo de que os demais produtos estão crescendo em participação: somando-se eletro-

Alguns segmentos encontram dificuldades para expandirem-se no comércio eletrônico, como o segmento de vestuário e supermercados.

² A Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE, ainda não considera os gastos com Internet.

Tabela 2
O Natal para o comércio virtual¹ - Brasil, 2002/2003

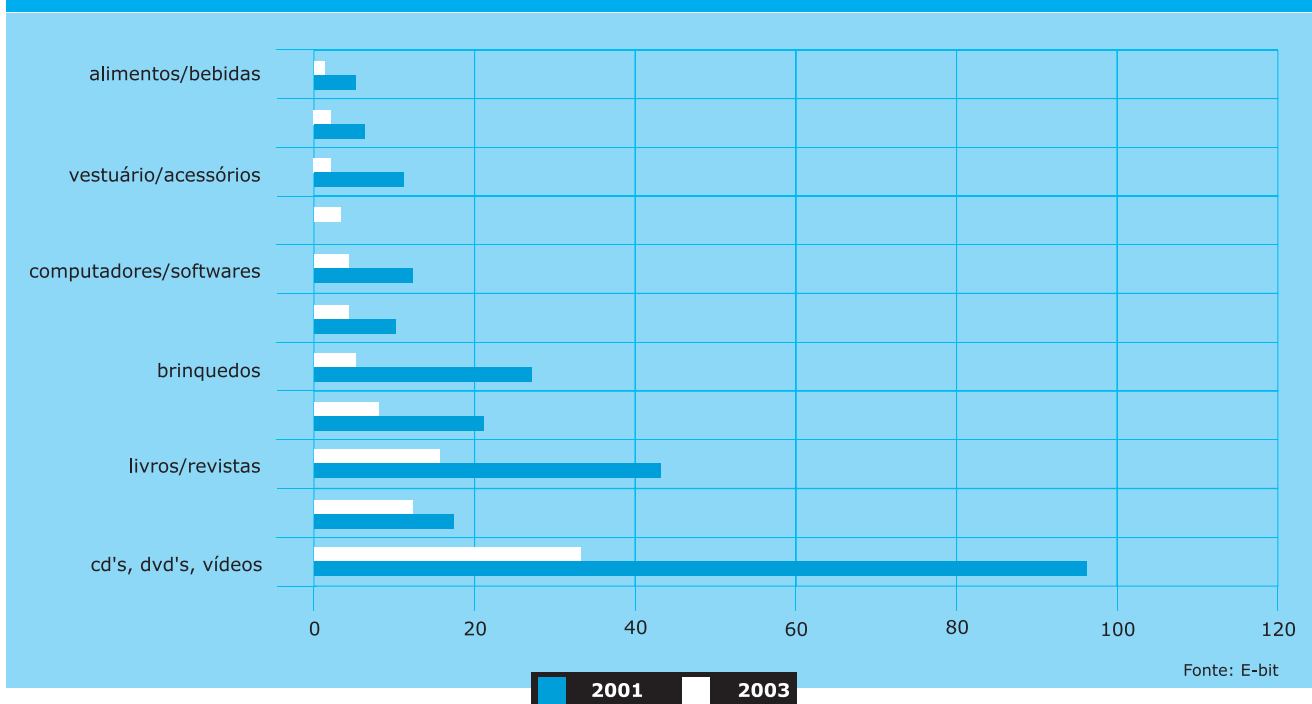
Período	E-consumidores (pessoas)	Faturamento (R\$)	Tíquete médio (R\$)
Natal de 2002	1,7 milhão	132 milhões	300
Natal de 2003	2,5 milhões	204 milhões	309

Fonte: E-bit

¹ Não inclui venda de passagens aéreas, sites de leilão e automóveis.

Gráfico 3
Produtos mais vendidos pela Internet - Brasil, 2001/2003

%



eletrônicos e eletrodomésticos, tem-se 16% dos produtos vendidos no ano de 2003.

O crescimento do comércio eletrônico nacional deu-se num ano de retração para o varejo nacional e crescimento quase inexpressivo para o país. Isso é explicado, em grande parte, porque o consumidor da Internet é representado por um público de maior poder aquisitivo, com renda média familiar de cerca de R\$ 3.900³, e os produtos de maior venda, como livros, cd's, dvd's, possuem baixo valor unitário, tendo, portanto, suas vendas menos afetadas pela retração geral.

Perspectivas para o comércio eletrônico

Para o ano de 2004, a E-bit prevê que as vendas do varejo virtual continuarão a crescer, mas num ritmo mais lento: acredita-se num incremento de 30%, elevando

o faturamento para R\$ 1,6 bilhão, o que poderá ser resultado do aumento da base de e-consumidores.

Mesmo que as ações voltadas para a inclusão digital se multipliquem neste ano – com o início da liberação do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), que prevê o acesso rápido à Internet nas escolas públicas –, o impacto no varejo virtual não será imediato. Calcula-se que um novo internauta leve dois anos para realizar sua primeira compra por esse canal; além disso, o público-alvo das ações de inclusão digital são populações carentes e de renda mais baixa, o que por si só é um limitador do poder de compra.

Acrescente-se, ainda, que o conceito de “inclusão digital” não se restringe ao acesso a computador ou a Internet, abrange também o uso das novas tecnolo-

³ Segundo pesquisa realizada pela E-bit, em abril/2004, o perfil do e-consumidor é: indivíduo do sexo masculino, com renda familiar média de R\$ 3.900, idade entre 25 e 49 anos, superior completo ou com pós-graduação.

gias como ferramenta de empregabilidade e de exercício da cidadania. Portanto, a evolução desse segmento de comércio está atrelada muito mais à renda do usuário do que à mera acessibilidade à tecnologia. Nesse aspecto, dentre os fatores determinantes do crescimento do comércio eletrônico pode-se dizer que a logística tem papel fundamental.

A confiança do e-consumidor será alcançada, ou não, ante o compromisso firmado de entrega dos produtos, o que poderá se refletir em novas transações e até na fidelização desse cliente. Dessa forma, "a possibilidade de criar um diferencial mercadológico, através de estratégias logísticas, inclui operadores que centralizem o recebimento e distribuem mercadorias de várias empresas em uma determinada região, reduzindo os custos dessas operações" (BNDES, 2000).

O gerenciamento de estoques on-line pode aprimorar a relação da empresa com o fornecedor e o sistema de entregas. O diferencial dessa logística, com auxílio da rede eletrônica, baseia-se no gerenciamento dos estoques e na integração da cadeia de operação, desde o fornecedor até o consumidor (BNDES, 2000).

Para que o varejo virtual obtenha maior êxito, observa-se que deve alçar esforços no sentido de melhorar a logística, o que envolve, por exemplo, a criação de uma rede de centrais de distribuição, a partir da qual poderá conquistar consumidores satisfeitos e possivelmente fiéis. Atualmente, cerca de 70% das entregas são realizadas pelo serviço Sedex dos Correios (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos); devido à legislação brasileira, as empresas multinacionais instaladas no país não podem competir com os Correios.

Acredita-se que os problemas logísticos, em sua maioria, possam ser revertidos pelo aumento da demanda nesse segmento, que justificaria o surgimento de redes de distribuição etc. Entretanto, existem questões relacionadas à segurança nas grandes cidades brasileiras, que se tornam óbices a esse desenvolvimento.

Além disso, o varejo virtual ainda representa um nicho para pequenas e médias empresas, uma vez que cerca de 90% das operações on-line são realizadas por 20 grandes lojas, segundo a Câmara-e.net.

Conclusão

O varejo virtual brasileiro apresenta-se como promissor canal de distribuição de mercadorias e serviços. No ano de 2003, esse segmento movimentou R\$ 1,18

bilhão representando 0,75% de todo o varejo nacional, estimado em R\$ 160 bilhões. Considerando-se as dificuldades encontradas por esse canal, como a desconfiança do consumidor e os problemas logísticos, o varejo virtual vem crescendo muito rapidamente, na contramão da crise econômica.

Considerado o termômetro da economia do país, o varejo tradicional responde muito rapidamente às pressões inflacionárias e aos demais choques sofridos pela economia. De outro lado, o varejo virtual não vem respondendo dessa forma, porque os consumidores desse segmento possuem alto poder aquisitivo e os produtos comercializados têm baixo valor unitário. Entretanto, acredita-se num crescimento nas vendas de produtos de maior valor para os próximos anos e num aumento dos volumes negociados, impulsionados pelo incremento da base de pessoas que transacionam pela Internet.

Referências

- AGÊNCIA FOLHA DE SÃO PAULO. Brasileiro reduz gastos com arroz e feijão. Valor, 12/01/2994.
- BNDES. B2C: a importância da logística. Informe setorial n.18, BNDES: Rio de Janeiro, junho/2000.
- O COMÉRCIO eletrônico através da Internet. *Informe Setorial*, Rio de janeiro: BNDES, 2001.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Gasto com Internet supera o arroz e feijão, 09/01/2004, p.B-10.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGA S, Pesquisa de Orçamentos Familiar 2002-2003, FGV: Rio de Janeiro, Janeiro/2004.
- GAZETA MERCANTIL, Comércio eletrônico, 03/06/2003, p. A-14.
- _____. Caderno TI, "Comércio eletrônico faz a festa", 16/12/2003.
- _____. "Câmbio e renda menor mudam hábitos", 09/01/2004, p. A-5.
- _____. "O sucesso do comércio emergente", 22/02/2004, p. A-22.
- _____. "Cartões reinam no e-commerce brasileiro", 13/05/2004, p. B-1.
- VALOR. "Vendas on-line atingem meta, com alta de 40%", 12/01/2004.
- Panorama e-commerce, Câmara-e.net. Disponível em www.câmara-e.net, acesso em 22/07/2004.
- Relatório Webshoppers. Raio X – 2002. Disponível em www.webshoppers.com.br, acesso em 22/07/2004.
- Relatório Webshoppers. Raio X – 2003. Disponível em www.webshoppers.com.br, acesso em 22/07/2004. ■

Condicionantes socioeconômicos da demanda residencial de energia elétrica na Bahia

Eduardo Wanderley Garcez*

Gervásio Ferreira dos Santos**

Este artigo pretende analisar a evolução do consumo de energia elétrica no espaço residencial do estado da Bahia nos anos 90. O aumento do acesso à eletricidade, o nível de rendimento e a estrutura tarifária foram alguns dos elementos condicionantes na determinação da trajetória da demanda por eletricidade na última década. A análise desses condicionantes socioeconômicos é importante para traçar um perfil do consumidor doméstico de energia elétrica, sobretudo, no longo prazo.

A energia é um bem essencial, fundamental para a execução de grande parte das atividades na sociedade contemporânea. O consumo residencial de energia elétrica é influenciado por diversos elementos; no entanto, o fator renda é o elemento que condiciona o uso de serviços que demandam eletricidade. Por ser de caráter determinante para o nível de consumo, o dispêndio por eletricidade está vinculado ao valor cobrado pelo acesso à energia elétrica e ao seu consumo.

O consumo residencial de energia elétrica

O mercado de energia elétrica na Bahia é atendido por três concessionárias, CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco, COELBA – Companhia de

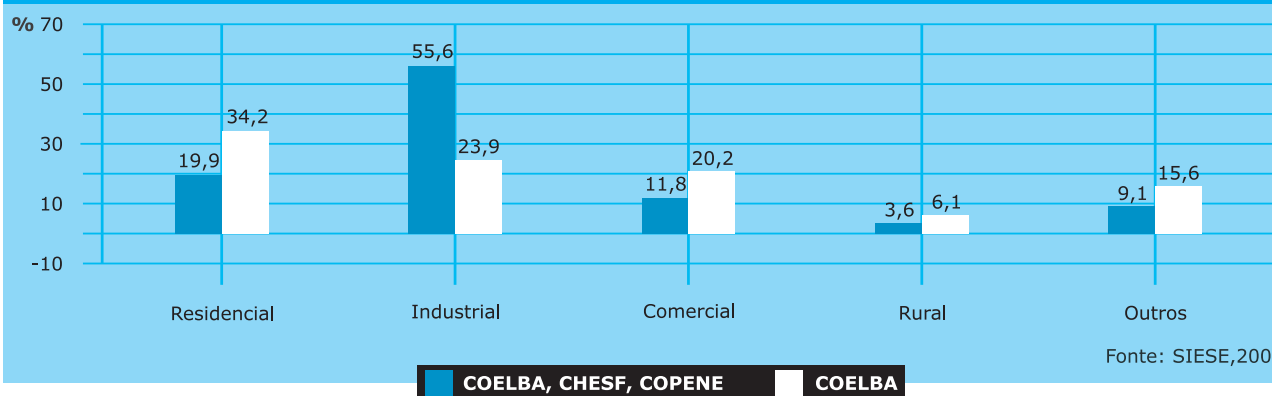
Eletricidade do Estado da Bahia e SULGIPE – Companhia Sul Sergipana de Eletricidade, da permissionária COPENE – Companhia Petroquímica do Nordeste, que atua no Pólo Petroquímico de Camaçari, e de alguns autoprodutores. A COELBA possui concessão para a distribuição de energia elétrica em 415 dos 417 municípios da Bahia; Jandaíra e Rio Real são atendidos pela SULGIPE. O setor residencial é quase que exclusivamente atendido pela COELBA. A Companhia Hidrelétrica do São Francisco realiza o fornecimento de energia para a maioria dos consumidores da classe industrial e, a COPENE, também consumidora da CHESF, distribui energia para as empresas do Pólo Petroquímico de Camaçari.

O Gráfico 1 representa o mercado de energia elétrica da Bahia, dando ênfase à participação da COELBA sob os diferentes segmentos de consumo de eletricidade. Nota-se que a classe residencial representa, aproximadamente, 35% do consumo de energia elétrica da COELBA e 20% do mercado consumidor da COELBA, CHESF e COPENE. Ressalta-se que o

* Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia. ewgarcez@hotmail.com

** Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia, técnico da SEPLAN. gfsantos@seplan.ba.gov.br

Gráfico 1
Estrutura do mercado de eletricidade por segmento de consumo - Bahia, 2001



consumo industrial de energia elétrica vem perdendo espaço no consumo total de eletricidade, passando de 64,4%, em 1990, para 55,6%, em 2000.

Observa-se, no Gráfico 2, que a taxa de participação do consumo residencial de eletricidade no consumo total tem se elevado. A participação do consumo residencial aumentou de 11,4%, em 1980, para 15,9%, em 1990, atingindo 19,9%, em 2000. O aumento da participação desse segmento se deu, sobretudo, ao maior uso de eletrodomésticos. A taxa de crescimento médio anual, para a classe residencial, no período 1990-2000, situou-se em 6,3% a.a.. Para esse mesmo período, a taxa de crescimento médio, para o segmento industrial, correspondeu a apenas 1,4% a.a (SISTEMA DE INFORMAÇÕES ..., 2003). Na década

de 90, o setor industrial brasileiro sofreu decréscimo do consumo de energia elétrica, enquanto o segmento residencial elevou seu nível de consumo. Embora o consumo residencial tenha crescido nos últimos anos, o consumo médio por residência se manteve praticamente estável. Em todas as estatísticas do setor elétrico, o ano de 2001 foi atípico, devido ao programa de racionamento instituído pelo governo federal. Nesse ano, além da queda do nível de demanda de eletricidade, o valor das tarifas foi elevado fora do previsto por lei antes do racionamento, de maneira a subsidiar as perdas financeiras das concessionárias. O consumo residencial *per capita* de eletricidade manteve-se praticamente estável, com uma elevação no início do Plano Real e, nos últimos anos, retornando para a média da década de 90.

Gráfico 2

Taxa de participação do consumo de eletricidade por segmento - Bahia, 1990-2000

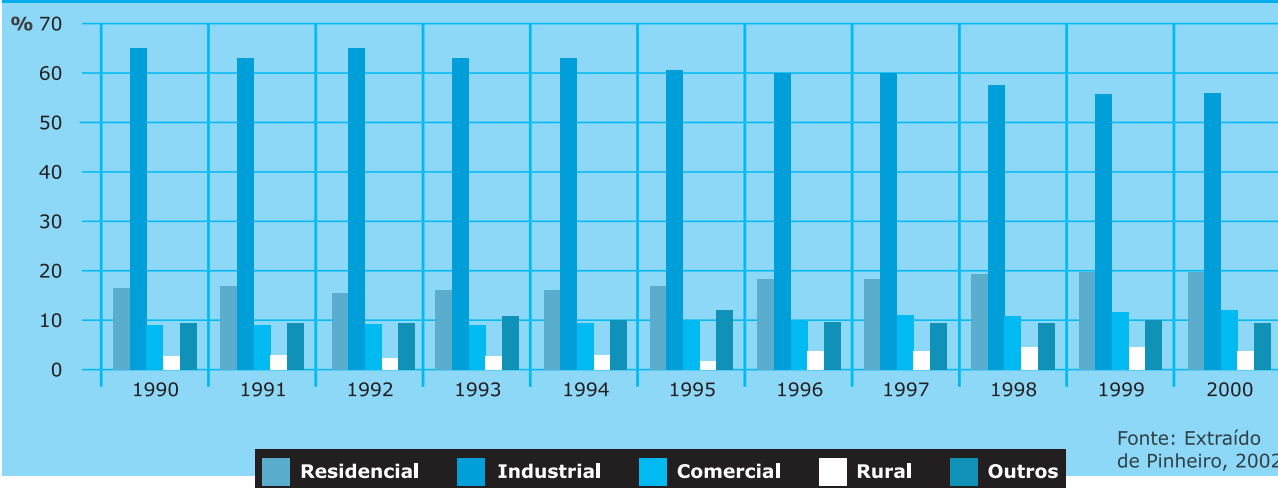
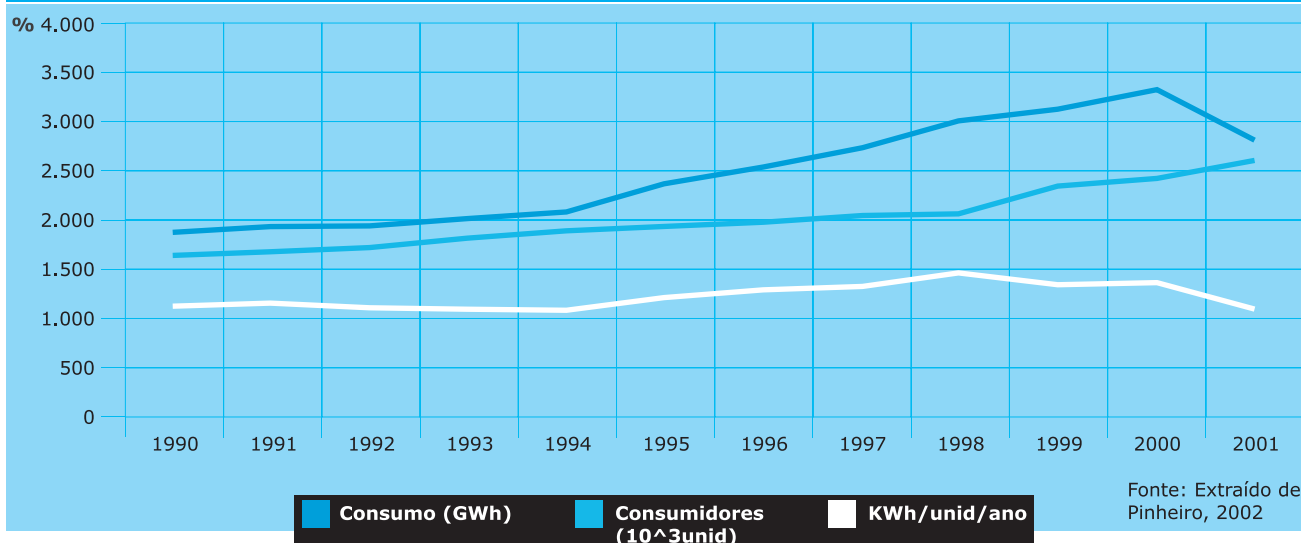


Gráfico 3

Evolução do consumo residencial de eletricidade - Bahia, 1990-2001



O número de consumidores residenciais ligados à rede elétrica aumentou durante a década de 90 devido ao processo de universalização do acesso à eletricidade, e pelo crescimento populacional.

O número de consumidores residenciais ligados à rede elétrica aumentou durante a década de 90 no estado da Bahia, seja devido ao processo de universalização do acesso à eletricidade, seja pelo crescimento populacional. Observa-se que, a partir de meados dos anos 90, com o advento do Plano Real de estabilização econômica, o consumo residencial de energia elétrica se eleva significativamente. Como o número de consumidores mantém uma taxa de crescimento praticamente constante, entre os anos de 1994 a 1998, a elevação do consumo residencial de eletricidade implicou aumento do consumo *per capita* (Gráfico 3).

O período que vai de 1998 a 2000 se caracteriza por uma taxa de crescimento do número de consumidores maior do que o crescimento do consumo residencial total de eletricidade, provocando redução nos níveis de consumo *per capita*. No ano de 2001, a queda da demanda residencial de eletricidade, devido ao racionamento, foi determinante para a redução acentuada no consumo residencial *per capita* de energia elétrica,

situando-se abaixo do menor consumo da década de 90. Os anos de 1994 e 1998 são marcos representativos da década de 90, o primeiro indicando uma elevação abrupta do consumo *per capita* de energia elétrica, enquanto, o segundo, sinaliza uma tendência de queda da demanda para o final dos anos 90. Esse cenário não se restringe ao mercado de energia elétrica do estado da Bahia, ocorrendo também em várias partes do Brasil, com maior ou menor intensidade (Gráfico 4).

O consumo residencial *per capita* de eletricidade na região Nordeste manteve-se abaixo da média brasileira (e de qualquer outra região do país) entre 1995 e 2001. Em média, a região Sudeste é a que possui o maior consumo *per capita*, seguida pelas regiões Centro-Oeste, Sul, Norte e Nordeste. As regiões Sudeste e Sul situam-se acima da média nacional de consumo residencial *per capita* de eletricidade (Gráfico 4). Como o consumo residencial *per capita* de energia elétrica do estado da Bahia situa-se abaixo da região Nordeste, buscou-se verificar em que posição se encontrava o estado em relação ao seu nível de demanda por eletricidade (Gráfico 5).

O consumo residencial *per capita* de energia elétrica do estado da Bahia é um dos mais baixos da região Nordeste. A Bahia apresentou, no período 95-01, consumo inferior aos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas e Pernambuco. Em 2001, a Bahia e demais estados da região apresentaram queda vigorosa, demonstrando, mais uma vez, que o racionamento de eletricidade afetou o nível de consumo residencial de todas as regiões e estados da federação (Gráfico 4 e Gráfico 5).

Gráfico 4
Consumo residencial de eletricidade entre as regiões do Brasil, 1995-2001

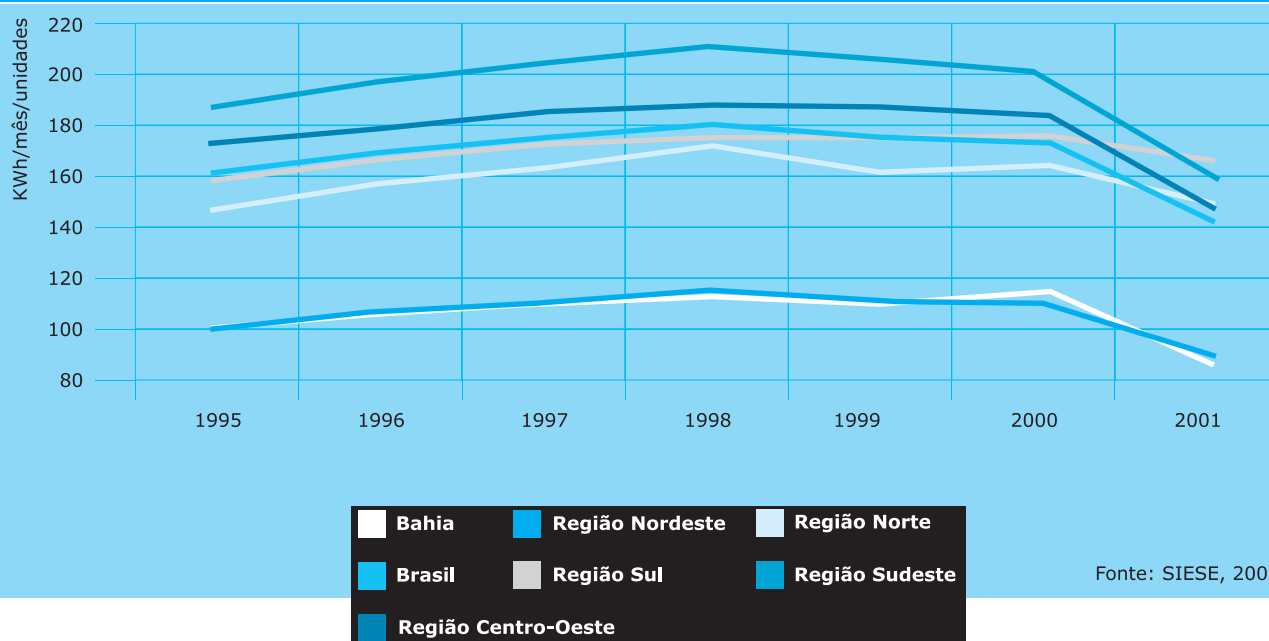
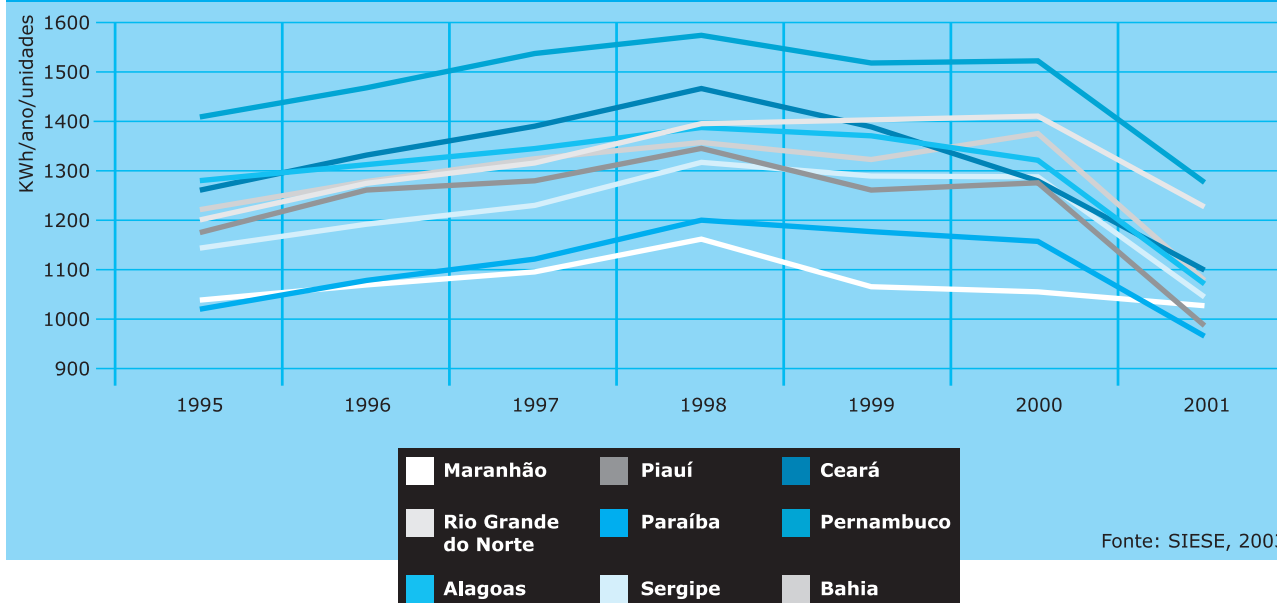


Gráfico 5
Consumo residencial de eletricidade na região Nordeste, 1995-2001

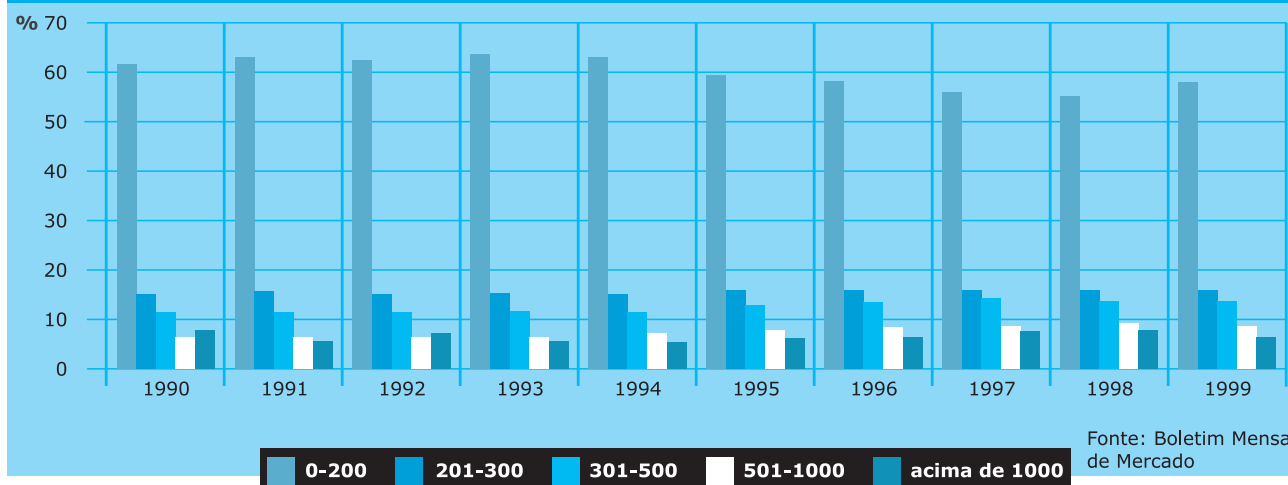


Quando se considera o consumo agregado de eletricidade no segmento residencial, supõe-se uma homogeneização de comportamentos. Ou seja, as famílias de diferentes classes de rendimento, e situando-se em faixas de consumo distintas, possuem hábitos de demanda semelhantes. Do ponto de vista lógico, isso não parece adequado. Nesse sentido, foi realizada uma análise do consumo residencial de energia elétrica no estado da Bahia por blocos de consumo, objetivando verificar qual o bloco de consumo que demanda mais energia elétrica e sua evolução ao longo do tempo (Gráfico 6).

Pode-se constatar, no Gráfico 6, que aproximadamente 60% dos consumidores residenciais de energia elétrica

situam-se na faixa de consumo de até 200 kWh/mês. Durante a década de 90, os blocos de consumo de maior representação no segmento residencial são aqueles que vão de 51 a 100 kWh/mês e de 101 a 150 kWh/mês (COELBA). No gráfico 6, esses blocos de consumo estão agrupados na faixa de categoria de 0 a 200 kWh/mês para efeito comparativo com os demais blocos. A primeira faixa de consumo agrupa grande parte dos consumidores de menor renda, enquanto que, nos demais blocos, o nível de rendimento deva ser mais elevado. No período 90-99, a faixa de consumo 501-1.000 kWh/mês foi a que obteve um maior taxa de participação no total consumido, 39%, seguido do bloco de consumo 301-500 kWh/mês,

Gráfico 6
Participação dos blocos de consumo na demanda residencial de eletricidade Bahia, 1990-1999



com 19,8% de acréscimo. As maiores quedas foram as das faixas acima de 1.000 kWh/mês, com 16,2% e o bloco de consumo de 0 a 200 kWh/mês, com 6,1% de declínio de participação.

Em termos de crescimento do consumo residencial de eletricidade por faixa de consumo, o bloco 0 a 200 kWh/mês obteve 55,3% de aumento, enquanto que a faixa de 501-1.000 kWh/mês mais que dobrou o seu nível de consumo, atingindo 129,9%. Uma maior concentração de renda poderia elevar o consumo de energia elétrica nas “faixas de consumo superiores”, mantendo a hipótese de que o nível de consumo residencial de energia elétrica esteja associado ao rendimento. Supõe-se, portanto, que os indivíduos que se situam dentro das “faixas de consumo inferiores” possuem um rendimento mensal menor do que aqueles indivíduos que pertencem aos blocos de consumo de eletricidade superiores. Segundo a literatura econômica, a renda é o principal parâmetro que possibilita o aumento ou a diminuição da demanda de energia elétrica. A relação entre o rendimento e o consumo residencial de energia elétrica pode ser visualizada mais claramente a partir dos dados de acesso à energia elétrica da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Um maior nível de saturação está associado ao aumento da renda: quanto maior a classe de renda, maior o estoque de eletrodomésticos na residência.

Observa-se, no Gráfico 7, que um maior nível de saturação está associado ao aumento da renda, de maneira que, quanto maior a classe de renda, maior o estoque de eletrodomésticos na residência. Na faixa acima de 20 salários mínimos, o nível de saturação é quase máximo para rádio, TV e geladeira, estando no nível aproximado de saturação, de 65%, o freezer e a máquina de lavar roupa. A substituição do freezer pela geladeira e a utilização de serviços de lavagem de roupas podem estar associados ao baixo nível de saturação para a maior faixa de rendimento. A classe de rendimento de até 1 SM possuía, em 2002, um nível de saturação de televisão e geladeira de aproximadamente 60% e 40%, respectivamente. Praticamente inexistente freezer e máquina de lavar roupa para a classe de rendimento de até 1 salário mínimo, em torno de

Tabela 1
Acesso à iluminação elétrica no estado da Bahia, 2002

%

Classe de rendimentos mensal domiciliar (salário mínimo) / 2002						
Situação	Total	Até 1	> 1 a 2	> 2 a 3	> 3 a 5	> 5
Total - com acesso	86,0	77,7	81,8	85,3	92,1	98,2
Total - sem acesso	14,0	22,3	18,2	14,7	7,9	1,8
Urbana - com acesso	98,1	95,0	96,7	98,6	100,0	99,8
Urbana - sem acesso	1,9	5,0	3,3	1,4	0,0	0,2
Rural - com acesso	62,2	57,7	61,8	61,6	68,0	79,8
Rural - sem acesso	37,8	42,3	38,2	38,4	32,0	20,2

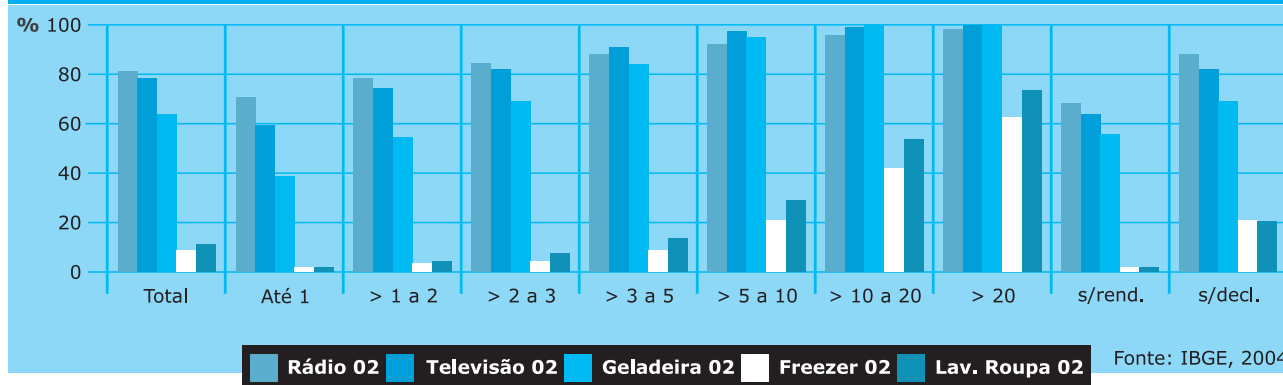
Fonte: IBGE, 2004

O processo de universalização do acesso se intensificou entre os anos de 1992 e 2002. O total de acesso à iluminação elétrica subiu de 71,2%, em 1992, para 86%, em 2002. Na Tabela 1, verifica-se que grande parte das residências no meio urbano está ligada à rede elétrica, atingindo 98,1% de acesso em 2002. Pode-se afirmar que, para residentes com rendas de até um salário mínimo, o acesso total aumentou de 56,3%, em 1992, para 77,7%, em 2002 (IBGE, 2004). Além da relação entre renda e consumo residencial de energia elétrica, existe uma associação entre o estoque de eletrodomésticos e o nível de rendimento.

10%. Torna-se evidente o contraste entre os extremos nas classes de rendimento no que se refere à posse de máquina de lavar roupa. Enquanto a maior faixa de rendimento mantém um nível de saturação de 70%, a menor faixa de rendimento praticamente não possui o eletrodoméstico, sugerindo-se uma possível lavagem manual de roupa (Gráfico 7).

O nível de saturação de máquina de lavar roupa e freezer foi o que mais cresceu entre 1992 a 2002, atingindo 161,6% e 122,3%, respectivamente. Entretanto, a saturação desses eletrodomésticos é baixa, com

Gráfico 7
Nível de saturação de eletrodomésticos por faixa de rendimento - Bahia, 2002



10,9% para máquina de lavar e 8,3% para o estoque de freezer. Em 2002, 77,5% dos domicílios particulares permanentes possuíam aparelhos de tv, enquanto que 63,5% tinham geladeira. A partir dos dados analisados até aqui, infere-se que o consumo de energia elétrica no espaço residencial varia de acordo com o estoque de eletrodomésticos e o nível de rendimento.

Considerações finais

Nota-se, portanto, que o consumo de energia elétrica no estado da Bahia é influenciado pelo estoque de eletrodomésticos e pelo nível de rendimento. Verifica-se, também, que os primeiros blocos de consumo de energia são os maiores demandantes. O típico consumidor residencial de eletricidade pode ser caracterizado da seguinte forma: ainda não dispõe de muitos equipamentos elétricos, possui um baixo nível de rendimento e seu nível de dispêndio por energia elétrica é inferior a média nacional. Quanto à sensibilidade do consumo em virtude do racionamento de energia, em 2001, o consumidor residencial da Bahia não se demonstrou diferente das demais regiões do Brasil, reduzindo a quantidade demandada por eletricidade.

A evolução do acesso à energia elétrica no estado da Bahia, durante a década de 90, se intensificou mais na área rural do que na área urbana, em parte devido ao programa de eletrificação no campo, desenvolvido pela Companhia de Energia Elétrica da Bahia. Com isso, o acesso total por eletricidade, em 2002, conseguiu alcançar 86%. Apesar do aumento do número de consumidores residenciais, a taxa de consumo médio de eletricidade não vem se alterando significativamente ao longo do tempo. Uma possível razão para esta

estabilidade da demanda *per capita* de energia elétrica é a diminuição do poder aquisitivo dos consumidores, que favorece a baixa aquisição de eletrodomésticos e, conseqüentemente, seu uso.

Nesse sentido, esse artigo demonstra alguns fatores que influenciam o consumo de eletricidade no espaço residencial, evidenciando-se diferenciações regionais do nível de demanda e propondo possíveis causas dessas disparidades, como o fator renda. Sugere-se que uma observação do consumo intertemporal da energia elétrica poderá enriquecer ainda mais a análise do perfil do consumidor residencial do estado da Bahia, buscando-se compreender as principais variáveis que restringem o nível de demanda de eletricidade e a heterogeneidade do consumo para esse bem.

Referências

- BOLETIM MENSAL DE MERCADO. Salvador: Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia, jan. 1995-dez. 2002.
- IBGE. *Pesquisa nacional de amostra por domicílios*. Disponível em: <ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/>. Acesso em: 12 abr. 2004.
- PINHEIRO, A. F. Mercado estadual de energia elétrica: uma radiografia de duas décadas 1980-2000. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Dez anos de economia baiana*. Salvador: SEI, 2002. 280 p. (Série estudos e pesquisas, 57).
- SISTEMA DE INFORMAÇÕES EMPRESARIAIS DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA. *Informe de Mercado* – 2002. Disponível em: <http://www.elektrobras.gov.br/IN_Informe_SIES/siese.asp>. Acesso em: 24 abr. 2003. ■



Micro e Pequenas Empresas na Bahia: uma análise da sobrevivência e geração de empregos*

Marcos Luis Cerqueira da Silva**

O tema da sobrevivência ou, inversamente, da mortalidade das empresas tem se mostrado relevante para a compreensão da dinâmica e da renovação do mercado empresarial, vindo somar às análises de caráter transversal que enfocam a distribuição das firmas no mercado, segundo aspectos diversos. Nesse sentido, o papel das micro e pequenas empresas tem sido o de transformação, seja social, com a geração de emprego e renda, seja empresarial, inovando e difundindo tecnologia.

Recentemente, um estudo do BNDES, elaborado por Sheila Najberg, Fernando Puga e Paulo André de Oliveira (2000) investigou a sobrevivência das firmas no mercado formal brasileiro e sua relação com a oferta de emprego. Uma vez que os resultados encontrados nessa pesquisa revelaram-se bastante interessantes, o presente trabalho, aplicando a mesma metodologia, realiza uma investigação similar, especificamente, para o estado da Bahia.

Além de apresentar dados agregados para a Bahia, o estudo faz um corte espacial desagregando a Região Metropolitana do Interior do estado. Vale notar que os números apresentam um comportamento diferente para as duas regiões.

Metodologia

Como foi citado anteriormente, o presente artigo tomou por base estudos realizados por técnicos do BNDES sobre o Brasil. Ambos os trabalhos utilizam a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego.

Foi definido como empresas “nascidas” ou criadas em 1996 aquelas que não declararam a RAIS em 1995 e declararam-na em 1996. A partir daí foi identificado o ano de “morte” das empresas segundo a declaração à RAIS nos anos seguintes (1997-2000). São consideradas empresas sobreviventes após 4 anos aquelas que, nascidas em 1996, declararam a RAIS no ano de 2000.

O estoque de empregados foi apurado a cada ano. No caso do total das firmas criadas em 1996 e do total das firmas vivas em 2000, o estoque de empregados é àquele constante da declaração no respectivo ano. No caso do conjunto das firmas que “morreram” nos anos de 1997 a 2000, considerou-se como perda de postos de trabalho correspondente o estoque de empregados declarado no ano anterior. Assim, por exemplo, no caso das empresas que se considerou terem morrido em 1998, isto é, aquelas que declararam a RAIS em 1997, mas não a declararam em 1998, tomou-se por “postos de trabalho fechados” relativos a tais empresas o estoque de empregados constante na declaração à RAIS que as mesmas fizeram em 1997.

O estudo classificou as firmas por porte, de acordo com o critério “número de empregados”, em micro (0 a 19 empregados), pequenas (20 a 99 empregados), médias (100 a 499 empregados) e grandes (500 empregados ou mais). Em virtude de ser muito elevado o contingente de microempresas, essa faixa foi subdividida em duas: 0-4 e 5-19.

Sobrevivência e geração de emprego

A mortalidade empresarial é menor no interior da Bahia do que na Região Metropolitana, fato que se torna ainda mais relevante quando consideramos que, no interior, é maior a proporção das microempresas, justamente aquelas que apresentam maior taxa de mortalidade. Esse diferencial certamente é explicado pela maior dinamicidade do mercado empresarial na Região Metropolitana.

* Este artigo é um desdobramento do estudo realizado pela Coordenação de Políticas Industriais da SEPLAN intitulado “Taxa de Sobrevivência e Geração de Emprego das Firms na Bahia”, do qual Márcio Ferreira Barbosa é co-autor.

** Técnico da Coordenação de Políticas Industriais da Superintendência de Planejamento Estratégico SEPLAN – Bahia (mlsilva@seplan.ba.gov.br).

Na Bahia, as microempresas com até 4 empregados, apresentam um índice de mortalidade de 48,9%. Quando desagregamos os dados entre RMS e interior do estado, estes percentuais são respectivamente 52,3% e 46,2%. A outra faixa, micro (5-19), apresenta um índice de mortalidade para a Bahia de 42,2% e para as sub-regiões geográficas do estado, respectivos 42,6% e 41,8%. Já as pequenas empresas apresentam uma taxa de mortalidade ainda menor 40,1%, 43,% e 36% para Bahia, RMS e Interior respectivamente (Tabelas 1, 2 e 3). Somando-se os índices e tirando-se a média, é possível inferir que, na Bahia, 45,5% das microempresas fecham suas portas antes de quatro anos. Embora a taxa seja significativamente alta, esta fica abaixo de índices veiculados pela mídia, algo em torno de 80%.

Já a observação do emprego ao longo dos anos subsequentes demonstra que, quatro anos depois, as empresas que continuavam em atividade respondiam no mercado por 73.674 empregos – a redução de 47,5% no número de estabelecimentos correspondeu a uma redução de apenas 10,5% na oferta de emprego. Se analisarmos o desempenho das empresas na oferta de trabalho levando em conta o porte das mesmas, mais uma vez se revela o peso que as microempresas têm nesse processo (Tabela 1).

A mortalidade empresarial é menor no interior da Bahia do que na Região Metropolitana de Salvador.

suas atividades. Isso mostra o imenso potencial que têm as pequenas firmas na geração de emprego.

Nas demais faixas, observa-se uma variação negativa no estoque de emprego com níveis diferenciados segundo o porte. Nas micro (5-19) e pequenas empresas, a redução do estoque é inferior à verificada nas médias e grandes. Assim, as microempresas (5-19) tiveram uma mortalidade de 42,2% e uma redução do emprego de apenas 15,8%, enquanto que as grandes empresas tiveram uma mortalidade de 33,3% e uma redução do emprego de 26,9%.

As tabelas 2 e 3 comparam a mortalidade e a variação do emprego entre a Região Metropolitana de Salvador e o interior do estado. Há, como se pode ver, uma acentuada disparidade no comportamento dos índices para essas duas áreas geográficas. Em primeiro lugar, enquanto a RMS apresenta uma redução do

Tabela 1
Estabelecimentos criados na Bahia em 1996, por porte
Mortalidade após 4 anos e variação do emprego

Porte	Taxa de mortalidade (%)	Estoque de emprego 1996	Estoque de emprego 2000	Variação percentual (%)
Micro (0-4)	48,9	18.465	22.451	21,6
Micro (5-19)	42,2	19.484	16.400	-15,8
Pequenas	40,1	19.981	17.350	-13,1
Médias	39,7	10.984	7.659	-30,3
Grandes	33,3	13.429	9.814	-26,9
Total	47,5	82.343	73.674	-10,5

Fonte: RAIS/MTE.

Enquanto todas as outras faixas de estoque apresentam redução na oferta de emprego, as microempresas (0-4) trabalhadores, mesmo apresentando a maior taxa de mortalidade, aumentaram em 21,6% a quantidade de postos de trabalho em relação ao estoque original. Isso significa que as empresas sobreviventes (51,1% do contingente original) geraram, ao longo dos quatro anos, empregos que mais do que compensaram os postos de trabalho eliminados com as empresas que, no mesmo período, encerraram

emprego de 17,6% para uma mortalidade de 50,2%, o interior apresenta um aumento do emprego de 1,0% para uma mortalidade de 45,3%. No interior, as firmas criadas em 1996, praticamente, mantiveram a mesma oferta de emprego após quatro anos, apesar de quase a metade das mesmas terem encerrado suas atividades no mesmo período.

A disparidade entre RMS e interior parece derivar ainda do desempenho das pequenas e médias empresas no interior do estado, conforme a tabela 3: as pequenas apre-

Tabela 2
Estabelecimentos criados na RMS em 1996, por porte
Mortalidade após 4 anos e variação do emprego

Porte	Taxa de mortalidade (%)	Estoque de emprego 1996	Estoque de emprego 2000	Variação percentual (%)
Micro (0-4)	52,3	8.255	9.994	21,1
Micro (5-19)	42,6	10.338	9.454	-8,60
Pequenas	43,0	11.532	9.398	-18,50
Médias	48,8	7.431	3.338	-55,10
Grandes	33,3	13.429	9.814	-26,90
Total	50,2	50.985	41.998	-17,60

Fonte: RAIS/MTE.

Tabela 3
Estabelecimentos criados no interior da Bahia em 1996, por porte
Mortalidade após 4 anos e variação do emprego

Porte	Taxa de mortalidade (%)	Estoque de emprego 1996	Estoque de emprego 2000	Variação percentual (%)
Micro (0-4)	46,2	10.210	12.457	22,0
Micro (5-19)	41,8	9.146	6.946	-24,1
Pequenas	36,0	8.449	7.952	-5,9
Médias	20,0	3.553	4.321	21,6
Grandes	-	-	-	-
Total	45,3	31.358	31.676	1,0

Fonte: RAIS/MTE.

sentaram uma redução do emprego de apenas 5,9% e as médias tiveram um comportamento atípico, apresentando uma variação positiva do emprego de 21,6%.

Considerações finais

A elaboração deste trabalho teve como objetivo principal desenvolver uma análise sobre o grau de mortalidade das firmas com foco nas micro e pequenas empresas, considerando o porte. Procurou-se também relacionar o nível de sobrevivência com o estoque de emprego ofertado pelas (Micro e Pequenas Empresas) MPEs na Bahia, desagregando a Região Metropolitana do interior.

A pesquisa revelou que os índices de mortalidade das firmas de pequeno porte na Bahia são elevados, porém estão muito abaixo de 80%, um mito das MPEs.

A análise do emprego tornou evidente a força das microempresas com até 04 empregados na geração de postos de trabalho.

No estado da Bahia, no período 1996 - 2000 foram gerados pelas microempresas (0-4) sobreviventes algo

em torno de 21,6% empregos a mais em relação ao estoque original. Todas as outras categorias apresentaram uma variação negativa em relação aos seus estoques originais. Ainda assim, as pequenas empresas possuem a menor variação negativa (-13,7%) para um índice de mortalidade de 40,1%. As micro (5-19) apresentaram uma redução de apenas 15,8%, para um índice de mortalidade de 42,2%.

Essas mesmas variáveis apresentaram um comportamento diferente, ainda mais relevante, quando comparado o interior do estado com a Bahia. As microempresas (0-4) sobreviventes geraram 22% de empregos a mais do que os postos extintos com as empresas que fecharam e apresentam um índice de mortalidade de 46,2%. Na RMS, foram gerados 21% de empregos

A pesquisa revelou que os índices de mortalidade das firmas de pequeno porte na Bahia são elevados, porém estão muito abaixo de 80%, um mito das MPEs.

a mais pelas micro (0-4) e uma taxa de mortalidade maior 52,3%. As empresas (5-19) apresentam um grau de mortalidade menor 41,8%, mas a variação nos postos de trabalho é negativa (-24,1%).

Os resultados da presente pesquisa revelam que há no estado da Bahia um ambiente econômico favorável ao desenvolvimento de um programa capaz de induzir a criação e o fortalecimento das micro e pequenas empresas, principalmente no interior do estado, onde elas representam 98,8% das empresas existentes. Um programa consistente nesse sentido, como sugerem os dados acima, pode contribuir muito para as metas de geração de emprego e renda e, por essa via, tornar-se uma poderosa ferramenta no combate à desigualdade regional e à pobreza.

Referências

ALMEIDA, Paulo Henrique de. Passado e futuro dos serviços: o Caso da RMS. Salvador: Bahia Análise e Dados, SEI, v.10, n.1, p.68-86, Jul.2000.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO. Análise da Sobrevivência das Firms Brasileiras. Informe-se. Nº 46, Ago. 2002. Disponível em: <www.bndes.gov.br>. Acesso em 20 Ago. 2002.

FILHO, Jair do Amaral. É Negócio ser Pequeno, mas em Grupo. Disponível em: <www.ced.ce.gov.br>. Acesso em 15 Ago. 2002.

FINAME/DEREM. Apoio do Sistema BNDES às Micro, Pequenas e Médias Empresas. Disponível em: <www.bndes.gov.br>. Acesso em 25 Out. 2002.

O PODER das Microempresas na Geração de Empregos no Brasil. Carta IEDI. Texto Nº 20. 23 Set.2002. Disponível em: <www.iedi.org.br>. Acesso em: 23 Set. 2002.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia – Secretaria de Política Tecnológica Empresarial – SEPTe. Instrumentos e Programas de Apoio a Inovação nas MPEs. Disponível em: <www.google.com.br>. Acesso em 19 Mar. 2003

NAJBERG, S; PUGA P. F; OLIVEIRA P. Análise da Sobrevivência das Firms Brasileiras. Informe-se, n.º 46, ago/2002. Disponível em: < www.bndes.org.br> Acesso em: 25 Jul. 2002.

NAJBERG, S; PUGA P. F; OLIVEIRA P. Criação e Fechamento de Firms no Brasil: DEZ.1995/ DEZ.1997. Texto para Discussão 79, maio/2000) Disponível em: <www.bndes.gov.br>. Acesso em 25 Jul. 2002.

PUGA, P. F. O Apoio Financeiro às Micro, Pequenas e Médias Empresas na Espanha, no Japão e no México. Texto para Discussão 96. Rio de Janeiro: P05-35, Ago/2002. Disponível em: <www.bndes.gov.br>. Acesso em 25 Jul. 2002. ■

Chamada para publicação de artigos

BAHIA ANÁLISE & DADOS

Desenvolvimento Regional é o tema em destaque na edição de dezembro da revista Bahia Análise & Dados - Retrospectiva 2004 e Perspectivas.

A publicação aborda os seguintes sub-temas:

- ▶ O novo modelo de desenvolvimento regional,
- ▶ A importância do planejamento para o desenvolvimento regional,
- ▶ Uma nova política industrial para o desenvolvimento regional,
- ▶ O papel das agências e dos organismos de fomento ao desenvolvimento regional,
- ▶ Parceria Público Privada (PPP) e desenvolvimento regional,
- ▶ Desenvolvimento regional, guerra fiscal e reforma tributária.

Se você é um pesquisador ou especialista na área, participe da seleção de autores para a publicação.

Envie seu artigo para a revista até o dia 05/10

Bahia Análise & Dados – Retrospectiva 2004 e Perspectivas –
Desenvolvimento Regional

Mais informações:

www.sei.ba.gov.br

e-mail: aeddezembro2004@sei.ba.gov.br

Tel: (71) 3115-4771

Investimentos industriais previstos totalizam R\$ 25,5 bilhões

Os investimentos industriais anunciados para o Estado da Bahia, a serem realizados no período referente a 2004-2008, totalizaram um volume da ordem de R\$ 25,4 bilhões, agregando 458 projetos, segundo os dados coletados até o dia 30 de julho de 2004. Os investimentos estão subdivididos em treze eixos de desenvolvimento e em nove complexos de atividade econômica.

Analisando os investimentos quanto ao complexo de atividade econômica, verifica-se que 66% encontram-se alocados nos complexos Madeireiro (48%) e Químico e Petroquímico (18%) agregando um volume de recursos da ordem de R\$ 16,8 bilhões. Tais complexos totalizam 95 projetos de empresas, representando 20% do total de projetos anunciados. A partir desses resultados, confirma-se a tendência de alocação dos maiores volumes de investimentos em grandes empreendimentos industriais e, em especial, no setor madeireiro. Os demais complexos agregam um volume da ordem de R\$ 8,6 bilhões, em 363 projetos.

Em relação à localização, indicada pelos eixos de desenvolvimento, grande parte dos investimentos está concentrada no Extremo Sul (48%) e no Metropolitano (39%), com 87% do total, o que corresponde a um volume da ordem de R\$ 22 bilhões. Tais eixos agregam cerca de 267 projetos de investimentos, o que representa 58% do número de projetos. Os demais eixos têm um volume de investimentos superior a R\$ 3,4 bilhões, representando 13% do total de investimentos e 42% dos projetos.

No que tange à situação desses investimentos, 58,9% estão alocados em implantações de novas unidades industriais, representando um volume na ordem de R\$ 14,9 bilhões e 393 projetos; 40,5% estão alocados em ampliações e 0,6% em reativações, somando recursos na ordem de R\$ 10,5 bilhões e 65 projetos.

Os empreendimentos industriais irão gerar mais de 109 mil postos de trabalho, sendo que os eixos Metropolitano, Grande Recôncavo e Mata Atlântica concentram cerca de 69% do total dos empregos diretos, totalizando 76.316 novos postos de trabalho. Os demais eixos são responsáveis por cerca de 31% dos empregos, destacando-se os eixos Planalto Sudoeste, com cerca de 9% dos empregos, e o Extremo Sul, com 8% do total.

A política de atração de investimentos industriais, promovida pelo governo do Estado da Bahia, tem contribuído significativamente para a diversificação do parque industrial. Esse fato vem ocorrendo desde 1991, com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Esses programas se intensificaram, destacando-se, em 1995, os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998, o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica; além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o programa Desenvolve substituiu os demais programas implantados anteriormente. Dentre as principais indústrias que estão se instalando e ampliando a sua capacidade em 2004, encontra-se a Cromitec Resinas do Nordeste, Braskov Indústria e Comércio de Bebidas, J. Macêdo Alimentos do Nordeste, Trifil e a Braskem.

Tabela 1
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade 2004-2008

Complexo	Volume (R\$1.000,00)	Nº de Projetos
Agroalimentar	1.162.667	65
Atividade mineral e beneficiamento	3.320.434	28
Calçados/Têxtil/Confecções	1.012.022	46
Complexo madeireiro	12.204.381	20
Eletroeletrônico	618.716	62
Metal-mecânico	965.641	67
Químico-petroquímico	4.653.788	75
Reciclagem	2.647	1
Transformação petroquímica	1.093.889	88
Outros	404.061	6
Total	25.438.247	458

Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/07/04

Tabela 2
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por eixo de desenvolvimento 2004-2008

Eixo	Volume (R\$1.000,00)	Nº de Projetos
Baixo Médio São Francisco	97.093	6
Chapada Norte	75.356	12
Chapada Sul	7.230	4
Extremo Sul	12.146.923	14
Grande Recôncavo	1.475.526	64
Mata Atlântica	635.840	52
Médio São Francisco	31.500	2
Metropolitano	9.840.870	253
Nordeste	22.817	5
Oeste do São Francisco	678.979	15
Planalto Central	110.340	1
Planalto Sudoeste	222.500	19
A Definir	93.275	11
Total	25.438.247	458

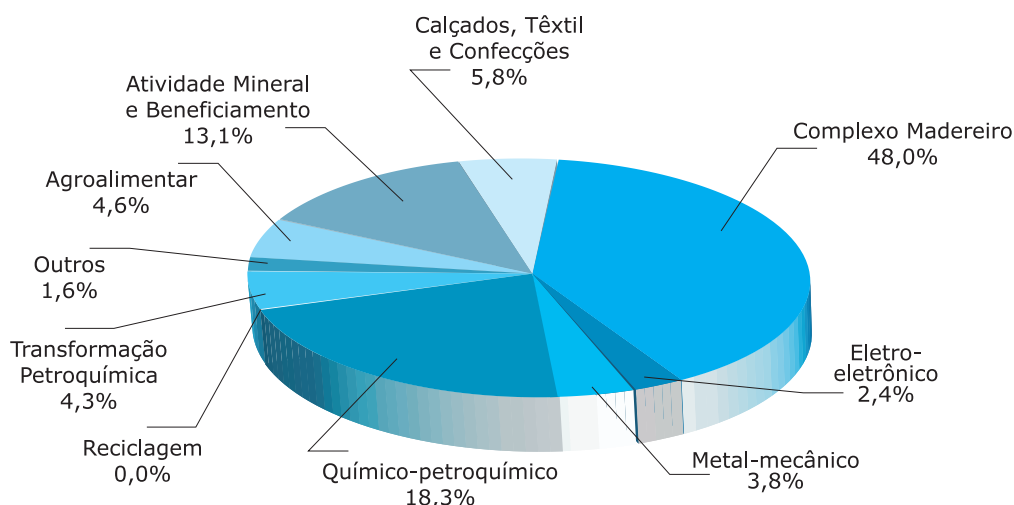
Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/07/04

Investimentos industriais previstos para a Bahia - 2004-2008

Participação por Complexo de Atividade



Fonte: SICM / Jornais Diversos
Elaboração: GEAC/SEI

Metodologia da pesquisa de investimentos industriais previstos no Estado da Bahia

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no Estado, e desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN, consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM, através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no Estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos, contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no site desta instituição, com dados a partir de 1997, apresentando valores acumulados.

ESPAÇO RESERVADO

Você também pode aparecer nestas páginas. Envie um artigo para o conselho editorial da C&P e mostre o que você tem a dizer sobre a conjuntura e o planejamento na Bahia e no Brasil.

Informações: www.sei.ba.gov.br



Notícias

Negócios

Tidelli amplia unidade baiana

De olho no mercado exterior e no crescimento das vendas internas, a Tidelli está aportando investimento de R\$ 2 milhões na expansão da fábrica, o que representa a geração de 300 empregos diretos. Pioneira, no Brasil, na utilização do alumínio com pintura eletrostática a pó e tiras de PVC na fabricação de móveis para áreas externas, a empresa inaugura a nova unidade de produção no mês de setembro, no bairro de Valéria, numa área de 20 mil metros quadrados, alavancando o Projeto Morada da Lagoa.

A expectativa é que o faturamento aumente em 25% em relação ao exercício de 2003. Na prática significa que as exportações passarão dos atuais um container/mês para três containers/mês em 2005, chegando a 10 containers/mês até 2008. Assim a capacidade de produção da empresa será incrementada em cerca de 50%, passando de 2.300 peças para até 5.000 peças de acordo com o aumento da demanda de mercado.

Para ampliar o quadro de funcionários já estão sendo treinados 120 profissionais em dois turnos de seis horas, supervisionados pelo Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) com o apoio também da Fieb (Federação das Indústrias do Estado da Bahia). No total serão gerados 300 empregos diretos. Mas numa primeira etapa serão contratados 200 novos funcionários para turnos de 36 horas semanais. Atualmente a Tidelli tem 114 profissionais no seu quadro de funcionários e funciona em uma área de 2,5 mil metros no Centro Industrial de Aratu.

Fábrica de móveis amplia e faz investimento de R\$ 2 mi. Tribuna da Bahia, 26/07/2004.

Investimento de R\$ 10 milhões no município de Pojuca

O governador Paulo Souto assinou dia 29/07, em Pojuca, um protocolo de intenções com a Cortiana Plásticos, visando a instalação de uma unidade industrial no município, localizado no Recôncavo, a 68 quilômetros de Salvador. O projeto, orçado em R\$ 10 milhões, deve gerar 400 postos de trabalho nos próximos três anos.

A Cortiana trabalha com a industrialização de plásticos para o setor de bebidas, bem como mesas, cadeiras, banners, faixas publicitárias e outros produtos, utilizando como matéria-prima resinas plásticas produzidas em Camaçari - como PEAD, PEBD e PP - e tintas de serigrafia.

A empresa anunciou que pretende adquirir boa parte da matéria prima no próprio estado, à medida que os preços se mostrarem competitivos. Os demais insumos deverão ser produzidos na própria unidade. Segundo balanço da Cortiana, cuja matriz fica situada em Farroupilha (RS), a nova unidade irá ampliar em 50% os seus negócios, expandindo ainda as exportações.

Para montar sua nova linha de produção na Bahia, a Cortiana irá utilizar uma área construída de 8 mil metros quadrados, em um terreno de cerca de 100 mil metros quadrados.

Governador assina protocolo de intenções com a Cortiana. Diário Oficial, 29/07/2004.

Indústria de válvulas inicia operação no CIA

O governador Paulo Souto inaugurou no dia 30/07, no Centro Industrial de Aratu (CIA), a indústria Válvulas Nadvic do Brasil, fruto de um investimento de R\$ 34,5 milhões. A empresa já emprega 156 funcionários e desde junho ativou o seu complexo industrial para a fabricação mensal de 1,2 mil válvulas industriais na Bahia, com fundição e usinagem integradas. Até a metade do próximo ano o número de postos de trabalho será ampliado para 250 e produção passará para 2,5 mil peças/mês.

A unidade utiliza tecnologia genuinamente brasileira para fabricar válvulas dos tipos gaveta, globo, retenção, esfera, especial e angular. "Nossos produtos são destinados para os setores de petróleo, gás, papel, celulose, mineração, químico e petroquímico, entre

outros”, informou o diretor administrativo e financeiro e um dos sócios da empresa, Jorge Reimer.

A Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial (Sudic) deu apoio logístico para a instalação da unidade num terreno de 101 mil metros quadrados no CIA, com quase 50 mil metros quadrados de área construída.

CIA ganha fábrica de válvulas industriais. Diário Oficial. 29/07/2004.

Mais uma fábrica de calçados entre em operação na Bahia

Seiscentos novos empregos estão sendo gerados no município de Ruy Barbosa, situado a 307 quilômetros de Salvador, na Chapada Diamantina, com a implantação da unidade industrial da Calçados Pegada Nordeste Ltda, um empreendimento de R\$ 5 milhões.

Instalada numa área de 50 mil metros quadrados, a Calçados Pegada tem capacidade de produção de 1 milhão de pares de calçados por ano. O Governo do Estado apoiou a implantação do empreendimento com a construção e cessão de uso do prédio de 10 mil metros quadrados onde a fábrica está instalada, além de construir acesso às áreas e disponibilizar fornecimento de água, luz e energia elétrica.

Fábrica de calçados gera 600 novos empregos em Ruy Barbosa. Diário Oficial, 30/07/2004.

Ribeira do Pombal terá unidade beneficiadora de caju

Reconhecendo o potencial da cajucultura, a fertilidade do clima, solo e a mão-de-obra sem qualificação na região de Ribeira do Pombal, fez com que a empresa Brasil Cacheve Muts Agro-industrial, do grupo Consulting de São Paulo, viesse investir cerca de R\$ 12 milhões, na implantação de uma unidade fabril de beneficiamento de castanha e polpa de caju no município de Pombal.

A indústria a ser instalada nos próximos dias, às margens da BR 110 nas imediações do bairro Pombalzinho, em uma área de dezesseis tarefas de terra, terá 9 mil m² de construção e deverá oferecer no primeiro ano de atividade cerca de 250 a 350 empregos diretos.

Para se instalar em Pombal, a Cacheve está investindo cerca de R\$ 12 milhões. Desse montante R\$ 6 milhões são destinados à construção de um galpão

e à aquisição de máquinas. O restante do dinheiro será direcionado na aplicação de fomentação junto aos produtores rurais. No primeiro ano de atividade os empresários esperam beneficiar mais de 20 toneladas de castanhas, além do aproveitamento da popa do fruto. O governo do estado, está entrando com incentivo fiscal e a concessão de uso de um imóvel que pertencia a EBDA, o que representa 10% de área construída da indústria.

Indústria vai beneficiar caju em Pombal. Tribuna da Bahia, 22/07/2004.

Indicadores

Cresce fluxo de turistas na Bahia em 2004

O primeiro semestre de 2004 mostrou-se promissor para o turismo baiano. É o que aponta o aumento do fluxo de turistas nos aeroportos e hotéis baianos. No setor hoteleiro, a taxa média de ocupação nos primeiros seis meses de 2004 foi de 54,38%, superior em 4,31% à taxa de 2003. Deveremos fechar com uma taxa de ocupação média dos hotéis de 73,89%. Em janeiro, ela chegou a 84,08%, o melhor desempenho dos últimos quatro anos, declarou o secretário da Cultura e Turismo, Paulo Gaudenzi.

No Aeroporto Internacional de Salvador, nos seis primeiros meses deste ano, o movimento foi de 1.692.317 passageiros, contra 1.410.179 em igual período de 2003, representando um crescimento de 20,01%. Já o número de passageiros internacionais em vôos regulares - 109.957, em 2004 - foi 109% acima do registrado no primeiro semestre ano passado.

Contudo o número mais expressivo foi o do crescimento de passageiros de vôos charters internacionais, que neste primeiro semestre registrou 33.062 passageiros, contra 4.316 em igual período de 2003. É um crescimento de 666,21% e a melhor marca do turismo baiano desde o ano 2000, quando 25.143 turistas de vôos fretados movimentaram o aeroporto da capital baiana.

O turismo hoje representa 6,8% do PIB da Bahia, que é o segundo mais importante pólo receptor do turismo internacional de lazer e de longa distância do Brasil. Segundo dados da Embratur, entre os dez estados brasileiros que mais recebem turistas estrangeiros, a Bahia ocupa a terceira colocação, com 21,16%,

brigando número a número com São Paulo, que recebe 21,44% do fluxo. Entre as capitais, Salvador, com 15,76%, é superada apenas pelo Rio de Janeiro (36,90%) e São Paulo (18,53%), vindo em quarto lugar Fortaleza, que recebe 8,46% do fluxo.

2004 já é o melhor ano para o turismo da Bahia. Diário Oficial, 21/07/2004.

Ação governamental

Governo lança novo modelo de complexo industrial

Complexos industriais associados a loteamentos populares. O modelo, lançado pelo governo da Bahia, que até já chamou a atenção do Banco Mundial, começa a dar os primeiros resultados, atraindo novos empreendimentos industriais. No dia 28/07, o governador Paulo Souto visitou os projetos de Cajazeiras e do Loteamento Moradas da Lagoa, conversando com a população beneficiada. Ele ainda assinou protocolos de intenção para a ampliação das ações em galpões estaduais, bem como para a instalação de novas indústrias, a exemplo da fábrica de móveis Tidelli. Juntos, esses empreendimentos vão gerar mil novos empregos diretos.

A idéia é implantar nas comunidades fábricas ligadas a atividades como marcenaria, serralheria e produção de confecções e calçados. No Loteamento Moradas da Lagoa, além da Tidelli, foram atraídas a Majzub Indústria de Tapetes e Almofadas, a Venor Indústria de Vestuário Nordeste, a Pano Brasileiro e a CMT Indústria e Comércio de Móveis, que devem transformar o local num verdadeiro pólo industrial.

Situado entre os bairros de Coutos e Valéria, o Loteamento Moradas da Lagoa foi inaugurado no ano passado, oferecendo 750 casas para famílias que moravam na rua ou em situação de risco. Além das unidades habitacionais, os moradores dispõem de atendimento médico, além de escola, creche, cozinha e equipamentos de lazer comunitários, que foram visitados por Souto. A Conder, órgão da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, realizou as obras.

Governo do Estado incrementa complexos industriais em Cajazeiras e Coutos para gerar mil empregos. Diário Oficial, 29/07/2004

Condomínio Digital de Salvador terá investimento inicial de R\$ 12 milhões

O Condomínio Digital de Salvador vai resultar de investimentos iniciais da ordem de R\$ 12 milhões, em uma iniciativa da Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti) que conta com apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Sebrae e prefeitura municipal. O lançamento oficial aconteceu no auditório da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb).

O secretário de Ciência e Tecnologia do estado, Rafael Lucchesi, informou que 60 empresas da área de tecnologia de informação, de pequeno a grande porte, estão interessadas em participar do condomínio, que funcionará no edifício do Instituto do Cacau da Bahia, no bairro do Comércio. Entre elas estão algumas companhias, como GCR, Netra, Unitech, Open School e Telematic.

Nesta fase inicial, pelo menos dois mil empregos serão gerados pelas empresas, que vão compartilhar uma infra-estrutura avançada de telecomunicações e serviços de suporte, apoiadas por uma organização civil que vai articular projetos de pesquisa e desenvolvimento, novos negócios e programas de capacitação.

Complexo vai gerar dois mil empregos. Correio da Bahia, 30/07/2004.



Atos do poder executivo

Decretos

Decreto nº 5.123, de 01 de julho de 2004 – Regulamenta a lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM e define crimes.

Decreto nº 5.128, de 06 de julho de 2004 – Promulga o Acorde de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a cultura (OEI), celebrado em Brasília, em 30 de janeiro de 2002.

Decreto nº 5.138, de 12 de julho de 2004 – Dá nova redação ao inciso I do art. 328 do decreto nº 4.543, de 26 de dezembro de 2002, que regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior.

Decreto nº 5.140, de 13 de julho de 2004 – Regula o art. 31 da lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, que trata da subvenção ao prêmio do seguro-garantia modalidade executante construtor para construção de embarcações e dá outras providências.

Decreto nº 5.144, de 16 de julho de 2004 – Regula o art. 303 da lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, no que concerne às aeronaves hostis ou suspeitas de tráfico de substâncias entorpecentes e drogas afins.

Decreto nº 5.150, de 22 de julho de 2004 – Fixa os preços mínimos para aveia, canola, cevada, trigo, triticale, sementes de cevada, de trigo e de triticale, sagra de inverno 2004.

Decreto nº 5.153, de 23 de julho de 2004 – Aprova o regulamento da lei nº 10.711, de 05 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças – SNSM, e dá outras providências.

Medidas Provisórias

Medida provisória nº 197, de 07 de julho de 2004 – Cria o Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional – Modernaq, e dá outras providências.

Medida provisória nº 201, de 23 de julho de 2004 – Autoriza a revisão dos benefícios previdenciários concedidos, com data de início posterior a fevereiro de 1994, e o pagamento dos valores atrasados nas condições que especifica.

Medida provisória nº 202, de 23 de julho de 2004 – Altera a legislação tributária federal.

Atos do Poder Legislativo

Leis

Lei nº 10.892, de 13 de julho de 2004 – Altera os arts. 8º e 16º da lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências.

Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004 – Reduz as alíquotas do Pis/Pasep e da Cofins incidentes na importação e na comercialização do mercado interno de fertilizantes e defensivos agropecuários e dá outras providências.

Gabinete do Ministro da Fazenda

Portaria nº 202, de 21 de julho de 2004 – Estabelece procedimentos para a cobrança e inscrição em Dívida Ativa de créditos com risco para a União ou fundos públicos federais, ou adquiridos ou desonerados de risco pela União, cuja administração caiba a instituição financeira federal.

Secretaria da Receita Federal

Atos declaratórios

Ato declaratório executivo nº 51, de 16 de julho de 2004 (Coordenação-Geral de Administração Tributária) – Divulga códigos de arrecadação de valores retidos a título de contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de contribuição para o financiamento da Seguridade Social (Cofins) e de contribuição para o Pis/Pasep, nos termos dos arts. 30 e 31 da lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e de valores retidos a título de Contribuição para o financiamento da Seguridade Social (Cofins) e de contribuição para o Pis/Pasep, nos termos do art. 3º, da lei nº 10.485, de 03 de julho de 2002, com redação dada pelo art. 36 da lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004.

Instruções normativas

Instrução normativa nº 432, de 22 de julho de 2004 – Aprova o Programa Pedido Eletrônico de Ressarci-

mento ou Restituição ou Declaração de compensação, versão 1.4 (PER/DCOMP 1.4), estabelece as hipóteses em que o sujeito passivo deverá utilizar o Programa PER/DCOMP 1.4 para declarar compensação ou formular pedido de restituição ou de ressarcimento à Secretaria da Receita Federal e dá outras providências.

Instrução normativa nº 434, de 27 de julho de 2004 – Aprova o Programa Gerador da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, relativo ao exercício de 2004.

Portarias

Portaria nº 761, de 23 de julho de 2003 – Estabelece normas gerais a serem aplicadas no desenvolvimento de programas que tenham como finalidade a captação de informações prestadas pelos sujeitos passivos de obrigações tributárias.

Banco Central do Brasil

Circulares

Circular nº 3.246, de 14 de julho de 2004 – Dispõe sobre o prazo de adequação das instituições financeiras às disposições da Circular nº 3.226, de 2004.

Circular nº 3.247, de 14 de julho de 2004 – Dispõe sobre a manutenção de depósitos judiciais em instituições financeiras submetidas a processo de privatização.

Comissão de Valores Mobiliários

Deliberação nº 471, de 23 de julho de 2004 – Dispõe sobre o empréstimo do PIBBs – Papéis de Índice Brasil Bovespa, registrados para negociação em bolsa de valores, mediante sua equiparação a ações, para esse efeito.

ESTADO

Atos do Poder Executivo

Decretos

Decreto Nº 9.131 de 05 de julho de 2004 – Altera a redação de dispositivos do Regulamento do Fun-

do de Desenvolvimento Social e Econômico – FUNDESE, aprovado pelo Decreto nº 7.798, de 05 de maio de 2000.

Decreto Nº 9.132 de 05 de julho de 2004 – Prorroga o prazo para entrega dos Planos de Aplicação ou de Trabalho referentes a 3ª etapa da 2ª fase da Campanha “SUA NOTA É UM SHOW DE SOLIDARIEDADE”, criada pelo Decreto nº 8.497, de 25 de abril de 2003, integrante do Programa de Educação Tributária do Estado da Bahia - PET BAHIA, e dá outras providências.

Decreto Nº 9.133 de 05 julho de 2004 – Dispõe sobre prazo especial para recolhimento do ICMS devido pelos contribuintes vinculados à campanha de promoção de vendas denominada “Liquida Interior-2004”.

Secretaria da Fazenda

Portarias

Portaria Nº 322 de 30 de junho de 2004 – Altera a Portaria 427/2001 que dispõe sobre o levantamento de dados da produção agrícola baiana, para fins de cálculo do índice de valor Adicionado dos Municípios (IVA) e dá outras providências.

Portaria Nº 373 de 20 de julho de 2004 – Altera para o exercício de 2004, o Orçamento Analítico do Fundo de Custeio da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia - FUNPREV, na forma que indica e dá outras providências.

Portaria nº 380 de 26 julho de 2004 – O secretário da Fazenda do Estado da Bahia, publica Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Estado da Bahia, realizada e registrada no Sistema de Informações Contábeis e Financeiras - SICOF pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, referente ao bimestre MAIO / JUNHO de 2004, composto pelo Balanço Orçamentário e demais demonstrativos e notas explicativas relativos ao período de janeiro a junho de 2004. ■

www.sei.ba.gov.br

Informação a um só **clic**



Através do site da SEI você fica por dentro
das mais relevantes informações
socioeconômicas e geoambientais dos Estado.
Pesquisas, publicações, indicadores - PIB, PED
IPC entre outros - limites municipais, cartogramas e
o banco de dados da SEI estão ao seu alcance.
Navegue e conheça a Bahia de perto.
Um canal de comunicação aberto para você.

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos

Índices de Preços

Índice de Preços ao Consumidor - IPC ¹ - Salvador: Jul/2004						
Grandes grupos	Variações do mês %		Variações acumuladas%		Índice acumulado	
	Jul/03	Jul/04	No ano ²	Últimos 12 meses ³	Abr/92=100	Jun/94=100
Alimentos e bebidas	0,02	0,17	2,63	4,69	330686,9	221,67
Habituação e encargos	0,10	0,55	7,28	9,08	565748,1	452,41
Artigos de residência	5,42	1,28	2,96	6,87	275556,4	230,32
Vestuário	-1,76	0,73	3,47	8,73	294260,1	172,69
Transporte e comunicação	0,37	1,46	6,69	10,63	526096,5	569,36
Saúde e cuidados pessoais	0,29	0,43	7,18	9,86	542860,5	289,22
Despesas pessoais	0,73	0,52	5,78	7,03	605854,2	347,41
Geral	0,42	0,66	4,63	7,56	419535,7	292,34

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI

¹ O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta de consumo de 308 bens e serviços pesquisados em 270 estabelecimentos e 600 domicílios, para famílias com rendimento de 1 a 40 salários mínimos

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Pesquisa Nacional da Cesta Básica Custo e variação da cesta básica - capitais brasileiras - Jul/2004					
Capitais	Valor da Cesta (R\$)	Variação no mês ¹ (%)	Variações Acumuladas %		Porcentagem do Salário Mínimo
			No ano ²	Últimos 12 meses ³	
Aracaju	138,36	-0,05	0,20	1,33	57,62
Belém	153,53	1,73	9,20	9,09	63,94
Belo Horizonte	169,59	2,10	12,62	17,40	70,63
Brasília	165,02	-0,26	6,27	6,46	68,73
Curitiba	165,47	-2,05	3,94	11,01	68,91
Florianópolis	162,52	0,67	10,00	8,47	67,69
Fortaleza	144,19	4,08	12,88	9,41	60,05
Goiânia	147,12	-0,90	6,59	6,59	61,27
João Pessoa	140,74	5,74	9,89	3,02	58,61
Natal	140,46	0,40	9,13	4,28	58,50
Porto Alegre	181,83	-0,68	7,53	9,38	75,73
Recife	141,58	7,01	9,16	3,02	58,96
Rio de Janeiro	168,53	-1,40	7,99	10,62	70,19
Salvador	135,99	-0,07	4,22	-0,94	56,64
São Paulo	173,95	-0,54	5,56	7,28	72,45
Vitória	153,40	-3,03	10,14	8,93	63,89

Fonte: DIEESE

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Agricultura

Área plantada, área colhida e área perdida dos principais produtos - Bahia: 2003/2004								
Produtos do LSPA ¹	Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Área perdida (ha) ⁴	
	2003 ²	2004 ³	Variação (%)	2003 ²	2004 ³	Variação (%)	2003 ²	2004 ³
Lavouras Temporárias								
Abacaxi	4.658	4.946	6,2	4.658	4.946	6,2	0	0
Algodão Herbáceo	86.303	202.887	135,1	85.744	202.887	136,6	559	0
Alho	1.666	1.447	-13,1	1.666	1.447	-13,1	0	0
Amendoim	5.869	6.731	14,7	5.869	6.731	14,7	0	0
Arroz Total	18.018	28.712	59,4	18.018	28.712	59,4	0	0
Arroz Sequeiro	nd	25.632	-	nd	25.632	-	-	0
Arroz Irrigado	nd	3.080	-	nd	3.080	-	-	0
Batata-inglesa	3.134	4.100	30,8	3.134	4.100	30,8	0	0
Cana-de-açúcar	82.887	85.810	3,5	82.887	85.810	3,5	0	0
Cebola	6.516	6.983	7,2	6.516	6.983	7,2	0	0
Feijão Total	803.835	845.100	5,1	728.667	752.228	3,2	75.168	92.872
Feijão 1ª Safra	409.723	423.850	3,4	336.865	330.978	-1,7	72.858	92.872
Sequeiro	nd	292.962	-	nd	215.630	-	-	77.332
Irrigado	nd	1.440	-	nd	1.440	-	-	0
Caupi	nd	129.448	-	nd	113.908	-	-	15.540
Feijão 2ª Safra	394.112	421.250	6,9	391.802	421.250	7,5	2.310	0
Sequeiro	nd	396.022	-	nd	396.022	-	-	0
Irrigado	nd	10.237	-	nd	10.237	-	-	0
Caupi	nd	14.991	-	nd	14.991	-	-	0
Fumo	12.498	12.653	1,2	12.498	12.653	1,2	0	0
Mamona	125.188	149.464	19,4	125.188	149.464	19,4	0	0
Mandioca	335.414	345.057	2,9	330.614	345.057	4,4	4.800	0
Milho Total	797.806	796.986	-0,1	675.925	781.186	15,6	121.881	15.800
Milho 1ª Safra	471.704	447.430	-5,1	351.428	431.630	22,8	120.276	15.800
Sequeiro	nd	431.390	-	nd	415.590	-	-	15.800
Irrigado	nd	16.040	-	nd	16.040	-	-	0
Milho 2ª Safra	326.102	349.556	7,2	324.497	349.556	7,7	1.605	0
Sequeiro	nd	348.856	-	nd	348.856	-	-	0
Irrigado	nd	700	-	nd	700	-	-	0
Soja	850.000	821.000	-3,4	850.000	821.000	-3,4	0	0
Sorgo Granífero	58.991	61.460	4,2	49.241	61.298	24,5	9.750	162
Tomate	5.194	4.126	-20,6	5.194	4.126	-20,6	0	0
Tomate de Mesa	nd	4.126	-	nd	4.126	-	0	0
Tomate para Indústria	nd	nd	-	nd	nd	-	-	-
Lavouras Permanentes								
Banana	51.541	53.276	3,4	51.136	53.276	4,2	405	0
Cacau	495.123	487.546	-1,5	486.285	487.546	0,3	8.838	0
Café	142.600	148.526	4,2	142.290	148.526	4,4	310	0
Castanha-de-cajú	19.544	19.870	1,7	19.544	19.870	1,7	0	0
Coco-da-baía	96.246	96.421	0,2	96.246	96.279	0,0	0	142
Dendê	41.466	nd	-	41.365	nd	-	101	-
Guaraná	5.938	5.936	0,0	5.938	5.936	0,0	0	0
Laranja	48.332	48.686	0,7	48.332	48.686	0,7	0	0
Mamão	15.968	15.473	-3,1	15.863	15.473	-2,5	105	0
Maracujá	9.106	nd	-	9.106	nd	-	0	-
Pimenta-do-reino	1.138	1.134	-0,4	1.138	1.134	-0,4	0	0
Sisal	207.274	210.951	1,8	207.274	210.951	1,8	0	0
Uva	2.911	2.903	-0,3	2.911	2.903	-0,3	0	0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2003 (dados sujeitos a retificação)³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), julho/2004 (dados sujeitos a retificação)⁴ Equivale à área plantada menos a área colhida

Produção física e rendimento médio dos principais produtos - Bahia: 2003/2004						
Produtos do LSPA ¹	Produção física (t)			Rendimento médio (Kg/ha)		
	2003 ²	2004 ³	Variação (%)	2003 ²	2004 ³	Variação (%)
Lavouras Temporárias						
Abacaxi ⁴	115.149	117.460	2,0	24.721	23.748	-3,9
Algodão Herbáceo	276.337	692.622	150,6	3.223	3.414	5,9
Alho	13.903	11.516	-17,2	8.345	7.959	-4,6
Amendoim	7.576	11.146	47,1	1.291	1.656	28,3
Arroz Total	31.120	62.586	101,1	1.727	2.180	26,2
Arroz Sequeiro	nd	49.836	-	nd	1.944	-
Arroz Irrigado	nd	12.750	-	nd	4.140	-
Batata-inglesa	91.020	132.000	45,0	29.043	32.195	10,9
Cana-de-açúcar	4.566.742	4.966.198	8,7	55.096	57.874	5,0
Cebola	147.522	153.476	4,0	22.640	21.979	-2,9
Feijão Total	354.582	452.777	27,7	485	602	24,1
Feijão 1ª Safra	119.686	134.261	12,2	355	406	14,4
Sequeiro	nd	82.616	-	nd	383	-
Irrigado	nd	3.961	-	nd	2.751	-
Caupi	nd	47.684	-	nd	419	-
Feijão 2ª Safra	234.896	318.516	35,6	600	756	26,0
Sequeiro	nd	289.820	-	nd	732	-
Irrigado	nd	19.312	-	nd	1.886	-
Caupi	nd	9.384	-	nd	626	-
Fumo	11.229	11.325	0,9	898	895	-0,3
Mamona	73.656	134.875	83,1	588	902	53,4
Mandioca	3.908.276	4.373.888	11,9	11.821	12.676	7,2
Milho Total	1.219.318	1.738.631	42,6	1.804	2.226	23,4
Milho 1ª Safra	970.498	1.403.515	44,6	2.762	3.252	17,7
Sequeiro	nd	1.305.040	-	nd	3.140	-
Irrigado	nd	98.475	-	nd	6.139	-
Milho 2ª Safra	248.820	335.116	34,7	767	959	25,0
Sequeiro	nd	331.400	-	nd	950	-
Irrigado	nd	3.716	-	nd	5.309	-
Soja	1.555.500	2.364.480	52,0	1.830	2.880	57,4
Sorgo Granífero	74.055	99.444	34,3	1.504	1.622	7,8
Tomate	211.750	155.471	-26,6	40.768	37.681	-7,6
Tomate de Mesa	nd	155.471	-	nd	37.681	-
Tomate para Indústria	nd	nd	-	nd	nd	-
Lavouras Permanentes						
Banana ⁵	749.945	783.971	4,5	14.666	14.715	0,3
Cacau	110.392	110.653	0,2	227	227	0,0
Café	110.450	143.497	29,9	776	967	24,6
Castanha-de-cajú	5.444	5.581	2,5	279	281	0,7
Coco-da-baía ⁴	705.311	702.125	-0,5	7.328	7.293	-0,5
Dendê	167.111	nd	-	4.039	nd	-
Guaraná	2.320	2.383	2,7	391	401	2,6
Laranja ⁵	770.275	786.948	2,2	15.937	16.164	1,4
Mamão ⁵	782.450	782.760	0,0	49.325	50.589	2,6
Maracujá ⁴	119.016	nd	-	13.070	nd	-
Pimenta-do-reino	2.715	2.742	1,0	2.386	2.418	1,3
Sisal	176.728	180.964	2,4	853	858	0,6
Uva	87.434	83.241	-4,8	30.036	28.674	-4,5

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2003 (dados sujeitos a retificação)³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), julho/2004 (dados sujeitos a retificação)⁴ Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare⁵ Produção física em toneladas e rendimento médio em quilo por hectare, a partir de setembro (Desconsidera variação percentual)

Indústria

Produção física da indústria e dos principais gêneros - Bahia: Maio/2004				%
Classes e Gêneros	No Mês ¹	Mensal ²	Acumulado no Ano ³	Acumulado 12 meses ⁴
Indústria Geral	0,9	11,0	7,6	0,7
Extrativa mineral	-5,9	-2,5	1,1	1,6
Indústria de transformação	0,9	11,9	8,0	0,6
Minerais não-metálicos	1,8	23,3	4,7	-10,4
Metalurgica básica	-9,1	5,0	16,1	14,1
Papel, celulose e produtos de papel	29,6	0,8	2,1	3,5
Borracha e plásticos	nd	13,7	4,9	-6,1
Produtos químicos	6,9	13,7	6,0	2,1
Veículos automotores	nd	48,9	89,9	77,0
Alimentos e Bebidas	1,8	7,0	-3,2	-4,9
Refino de petróleo e álcool	13,0	15,8	13,2	-5,7

Fonte: IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível.

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Variação mensal do índice da indústria de transformação - Bahia: Maio/2003 - Maio/2004				%
Períodos	No Mês ¹	Mensal ²	Acumulado no Ano ³	Acumulado 12 meses ⁴
Maio 2003	-4,8	12,2	4,7	4,2
Junho	0,8	0,7	4,0	4,4
Julho	1,9	-5,2	2,5	3,3
Agosto	-1,5	-8,4	1,0	1,0
Setembro	7,4	10,8	2,0	2,5
Outubro	-6,2	0,2	1,8	2,6
Novembro	-14,4	-18,9	-0,2	0,5
Dezembro	15,9	-7,1	-0,8	-0,8
Janeiro 2004	3,1	-1,3	-1,3	-1,1
Fevereiro	3,7	12,6	5,2	0,1
Março	5,4	12,0	7,5	0,8
Abril	-2,1	5,6	7,0	0,6
Maio	0,9	11,9	8,0	0,6

Fonte: IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Energia

Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe - Bahia: Maio/2004				%
Classes	No mês ³	Mensal ⁴	Acumulado no ano ⁵	Acumulado 12 meses ⁶
Rural/Irrigação	41,6	35,6	0,0	8,8
Residencial	-2,9	5,7	4,6	6,1
Industrial ¹	4,9	4,7	3,7	-0,5
Comercial	-8,3	6,7	4,0	4,7
Utilidades Públicas ²	-1,5	2,4	1,8	4,4
Setor Público	-5,4	9,8	4,6	7,4
Concessionária	-4,0	10,3	-0,7	2,7
Total	2,4	6,5	3,6	2,3

Fonte: COELBA/CO - CGM

Elaboração: GEAC/SEI

¹ Consumo industrial corresponde à COELBA, CHESF e COPENE

² Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e tração elétrica

³ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

⁴ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁶ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Serviços

Pesquisa Mensal de Comércio - PMC Variação mensal no volume de vendas no varejo ¹ - Bahia: Maio/2004				%
Classes e Gêneros	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no ano ⁴	Acumulado 12 meses ⁵
Comércio Varejista	6,1	8,9	5,9	0,2
Combustíveis e Lubrificantes	7,7	0,2	-0,6	-0,7
Hipermercados, Supermercados, produtos alimentícios, Bebidas e Fumo	2,2	6,4	2,4	-3,6
Hipermercados e Supermercados	0,8	5,7	4,6	-3,9
Tecidos, Vestuário e Calçados	21,5	22,2	3,6	-4,5
Móveis e Eletrodomésticos	17,6	41,0	37,0	15,3
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	6,4	nd	nd	nd
Livros, jornais, revistas e papelaria	-18,1	nd	nd	nd
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-18,2	nd	nd	nd
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	0,9	nd	nd	nd
Veículos, Motos e Peças	14,5	29,9	25,3	22,2

Fonte: IBGE/ Diretoria de Pesquisas / Departamento de Comércio e Serviços

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

¹ Dados deflacionados pelo IPCA

² Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

³ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Consultas e inadimplências junto ao Serviço de Proteção ao Crédito Salvador: Set/2002 - Set/2003						%
Períodos	Consultas			Inadimplências ¹		
	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no Ano ⁴	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no Ano ⁴
Setembro 2002	-25,5	-45	4,2	48,5	-94,8	-51,4
Outubro	3,6	-62,1	-7,4	-8,1	-88,3	-55,8
Novembro	-4,9	-62,9	-15,5	-7,4	-83,7	-57,8
Dezembro	11,8	-62,8	-22,1	-6,3	-95,2	-64,9
Janeiro 2003	-10,5	-46,3	-46,3	-25,2	-89,0	-89,0
Fevereiro	-12,5	-40,3	-43,6	-6,3	-90,5	-89,7
Março	-6,2	-49,4	-45,5	13,1	-89,2	-89,6
Abril	10,0	-50,5	-46,9	47,2	-80,7	-87,6
Maio	2,0	-54,2	-48,5	-22,1	-60,1	-85,5
Junho	-12,3	-28,4	-46,3	56,7	-38,4	-82,1
Julho	11,7	-28,4	-44,2	-33,9	-32,6	-80,1
Agosto	-3,7	-36,3	-43,4	-24,7	-16,0	-78,5
Setembro	3,3	-11,7	-41,0	214,2	77,7	-73,0

Fonte: Dados Primários SPC. Elaboração: SEI

¹ Novos Registros

² Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

³ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

Total de cheques compensados - Bahia: Jun/2003 - Jun/2004						%
Períodos	Quantidade			Valor		
	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no Ano ³	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no Ano ³
Junho 2003	-0,5	0,5	-7,6	-3,7	-10,7	-16,5
Julho	5,4	-10,8	-8,1	6,0	-20,9	-17,2
Agosto	-8,8	-11,2	-8,4	-7,4	-21,3	-17,7
Setembro	12,1	-2,1	-7,8	15,9	-7,7	-16,6
Outubro	-3,7	-7,4	-7,7	1,2	-15,3	-16,5
Novembro	-9,8	-10,4	-7,9	-16,9	-17,3	-16,6
Dezembro	24,7	-3,2	-7,5	28,9	0,9	-15,1
Janeiro 2004	-11,0	-10,4	-10,4	-3,2	0,8	0,8
Fevereiro	-15,1	-12,8	-11,5	-17,6	-6,9	-2,8
Março	22,8	4,4	-6,4	33,1	32,3	7,9
Abril	-11,6	-4,4	-5,9	-11,3	11,2	8,7
Maio	2,5	-2,2	-5,2	4,7	17,1	10,4
Junho	-1,9	-3,6	-4,9	-1,9	19,3	11,8

Fonte: Banco Central do Brasil

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano interior

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano interior

Indicadores Sociais

Emprego

Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED Taxas de desemprego e de participação Região Metropolitana de Salvador - Jun/2004				%
Taxas	RMS	Salvador	Demais Municípios	
Desemprego Total	25,5	24,6	29,5	
Desemprego Aberto	15,0	14,0	19,3	
Desemprego Oculto	10,5	10,5	10,2	
Participação (PEA/PIA)	62,2	62,9	59,4	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Taxa de desemprego aberto e taxa de participação Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Jun/2004					%
Períodos	Taxa de desemprego aberto		Taxa de participação		
	RMS	Salvador	RMS	Salvador	
Janeiro 2003	15,9	15,3	62,4	63,0	
Fevereiro	16,3	15,7	62,0	62,5	
Março	17,2	16,7	62,4	63,0	
Abril	18,6	18,0	62,2	63,1	
Maio	18,9	18,3	62,7	63,5	
Junho	18,9	18,4	62,4	63,0	
Julho	17,8	16,9	62,2	62,4	
Agosto	17,3	16,2	62,5	62,6	
Setembro	16,7	15,4	63,4	63,5	
Outubro	16,2	15,1	63,7	64,2	
Novembro	16,0	15,0	63,5	64,1	
Dezembro	15,1	14,6	62,9	63,9	
Janeiro 2004	62,4	63,3	14,9	14,3	
Fevereiro	14,9	14,1	62,0	63,1	
Março	15,4	14,5	62,0	63,1	
Abril	15,9	14,8	62,2	63,0	
Maio	15,5	14,5	62,3	63,0	
Junho	15,0	14,0	62,2	62,9	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

**Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais e de participação e taxa de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Jun/2004**

%

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		Popula- ção total
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números absolutos¹	Índice²	Números absolutos¹	Índice²	Números absolutos¹	Índice²	Números absolutos¹	Índice²	Partici- pação (PEA/PIA)	Desemp. total (PEA/PIA)	
Janeiro 2003	1.639	124,9	1.198	114,5	441	165,6	988	108,0	62,4	26,9	3.152
Fevereiro	1.633	124,5	1.189	113,7	444	166,8	1.000	109,3	62,0	27,2	3.158
Março	1.647	125,5	1.179	112,7	468	175,8	992	108,4	62,4	28,4	3.164
Abril	1.645	125,4	1.161	111,0	484	181,8	1.001	109,4	62,2	29,4	3.169
Maio	1.662	126,7	1.168	111,7	494	185,5	989	108,1	62,7	29,7	3.175
Junho	1.658	126,4	1.161	111,0	497	186,7	1.000	109,3	62,4	30,0	3.180
Julho	1.656	126,2	1.177	112,5	479	179,9	1.007	110,1	62,2	28,9	3.186
Agosto	1.668	127,1	1.188	113,6	480	180,3	1.001	109,4	62,5	28,8	3.191
Setembro	1.696	129,3	1.223	116,9	473	177,6	979	107,0	63,4	27,9	3.197
Outubro	1.708	130,2	1.240	118,5	468	175,8	973	106,3	63,7	27,4	3.202
Novembro	1.706	130,0	1.249	119,4	457	171,6	981	107,2	63,5	26,8	3.208
Dezembro	1.694	129,1	1.254	119,9	440	165,3	998	109,1	62,9	26,0	3.213
Janeiro 2004	1.684	128,4	1.246	119,1	438	164,5	1.015	110,9	62,4	26,0	3.219
Fevereiro	1.677	127,8	1.231	117,7	446	167,5	1.029	112,4	62,0	26,6	3.225
Março	1.681	128,1	1.232	117,8	449	168,6	1.031	112,6	62,0	26,7	3.230
Abril	1.691	128,9	1.240	118,5	451	169,4	1.027	112,2	62,2	26,7	3.236
Maio	1.697	129,3	1.261	120,6	436	163,8	1.030	112,5	62,3	25,7	3.242
Junho	1.699	129,5	1.266	121,0	433	162,6	1.032	112,7	62,2	25,5	3.247

Variação Mensal

Jun04/Mai04	0,1	0,4	-0,7	0,2	-0,2	-0,8
--------------------	------------	------------	-------------	------------	-------------	-------------

Variação no Ano

Jun04/Dez03	0,3	1,0	-1,6	3,3	-1,1	-1,9
--------------------	------------	------------	-------------	------------	-------------	-------------

Variação Anual

Jun04/Jun03	2,5	9,0	-12,9	3,2	-0,3	-15,0
--------------------	------------	------------	--------------	------------	-------------	--------------

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000² Base: Dezembro 1996 = 100

Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica no trimestre Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Jun/2004							
Períodos	Setores de atividade econômica						
	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços produção ¹	Serviços pessoais ²	Serviços domésticos	Outros
Janeiro 2003	8,8	5,5	16,8	30,5	27,5	9,7	1,2
Fevereiro	8,5	5,3	17,1	30,6	27,4	9,9	1,2
Março	8,4	4,8	16,4	31,8	27,2	10,4	1,0
Abril	8,8	4,9	16,1	31,7	26,7	10,5	1,3
Maio	9,3	5,1	15,5	31,5	26,8	10,5	1,3
Junho	9,2	5,0	16,0	31,5	27,1	9,9	1,3
Julho	8,6	5,2	16,2	31,8	27,0	10,0	1,2
Agosto	8,9	5,1	15,6	32,5	27,0	9,8	1,1
Setembro	9,0	5,0	15,5	32,3	27,4	9,8	1,0
Outubro	9,1	4,6	15,6	32,5	27,7	9,5	1,0
Novembro	8,4	4,6	16,2	32,3	27,6	9,9	1,0
Dezembro	8,6	4,9	16,3	32	26,9	10,2	1,1
Janeiro 2004	8,5	5,1	16,7	31,9	26,7	10,0	1,1
Fevereiro	8,5	4,9	16,5	32,3	26,8	9,7	1,3
Março	8,4	4,5	16,6	32,8	26,8	9,7	1,2
Abril	8,5	4,4	15,9	33,0	26,6	10,2	1,4
Maio	8,2	4,3	16,4	32,5	26,7	10,6	1,3
Junho	8,4	4,6	16,3	32,6	27,0	10,0	1,1

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem Transporte e Armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Administração Pública, Forças Armadas e Polícia; Creditícios e Financeiros; Comunicação; Diversão, Radiodifusão e Teledifusão; Comércio, Administração de Valores Imobiliários e de Imóveis; Serviços Auxiliares; Outros serviços de reparação e limpeza

² Incluem Serviços Pessoais diversos, Alimentação, Educação, Saúde, Serviços Comunitários, Oficinas de reparação mecânica e outros serviços

Distribuição dos ocupados por posição na ocupação no trimestre										
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Jun/2004										%
Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros¹
	Total	Ass. priv. c/ carteira	Ass. priv. S/ carteira	Ass. público	Total	Aut. trab. p/ público	Aut. trab. P/ empresa			
Janeiro 2003	60,4	34,3	12,1	14,0	23,0	19,1	3,9	3,9	9,7	2,9
Fevereiro	60,6	34,6	12,3	13,7	23,0	19,1	3,9	3,7	9,9	2,8
Março	61,5	35,4	12,1	13,9	22,1	18,3	3,8	3,9	10,4	2,1
Abril	61,0	35,2	12,5	13,3	22,7	18,8	3,9	3,7	10,5	2,1
Maio	61,2	35,8	11,9	13,5	22,4	18,5	3,9	3,8	10,5	2,0
Junho	61,8	36,2	11,8	13,7	22,5	18,6	3,9	3,4	9,9	2,3
Julho	61,2	35,3	11,4	14,5	22,6	18,6	3,9	3,7	10,0	2,5
Agosto	60,8	35,1	11,6	14,0	22,7	18,5	4,2	4,0	9,8	2,7
Setembro	59,7	34,4	11,0	14,3	23,4	18,8	4,6	4,4	9,8	2,7
Outubro	59,6	34,9	11,1	13,6	24,1	19,4	4,7	4,3	9,5	2,5
Novembro	59,3	34,5	11,3	13,5	24,5	19,9	4,6	3,7	9,9	2,5
Dezembro	59,9	34,7	11,8	13,3	23,9	19,6	4,3	3,5	10,2	2,5
Janeiro 2004	60,4	34,2	12,3	13,9	23,1	19,0	4,1	3,7	10,0	2,8
Fevereiro	60,8	34,5	12,1	14,2	22,9	18,8	4,1	3,9	9,7	2,7
Março	60,8	34,9	11,7	14,2	22,5	18,7	3,8	3,9	9,7	3,0
Abril	60,1	34,4	11,8	13,9	22,8	18,7	4,1	4,0	10,2	2,9
Maio	59,3	33,9	11,7	13,7	23,0	19,3	3,7	4,1	10,6	3,0
Junho	59,1	33,8	11,7	13,6	23,9	20,0	3,9	4,2	10,0	2,9

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem Trabalhadores Familiares e Donos de Negócios Familiares

Rendimento

Rendimento real trimestral dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal ¹ Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Maio/2004							R\$
Períodos	Rendimento médio real						
	Ocupados ¹			Assalariados ²			
	Valor absoluto ³		Índice	Valor absoluto ³		Índice	
	Média	Mediana		Média	Mediana		
Janeiro 2003	647	340	79,4	730	423	78,1	
Fevereiro	649	332	79,6	731	428	78,2	
Março	621	328	76,2	710	416	75,9	
Abril	622	325	76,3	696	413	74,4	
Maio	612	324	75,1	685	393	73,2	
Junho	648	339	79,4	727	418	77,8	
Julho	671	339	82,3	760	421	81,3	
Agosto	683	349	83,8	772	422	82,5	
Setembro	650	350	79,7	738	421	78,9	
Outubro	631	341	77,4	725	419	77,6	
Novembro	619	341	75,9	724	414	77,4	
Dezembro	641	350	78,7	741	431	79,2	
Janeiro 2004	666	359	81,6	766	447	81,9	
Fevereiro	678	356	83,1	776	440	82,9	
Março	688	354	84,3	787	437	84,1	
Abril	659	344	80,8	762	429	81,4	
Maio	669	350	81,5	777	436	82,5	
Variação Mensal							
Maio04/Abr04	0,8	1,1	0,8	1,2	0,9	1,2	
Variação no Ano							
Maio04/Dez03	3,6	-0,6	3,6	4,1	0,6	4,1	
Variação Anual							
Maio04/Mai03	8,6	7,3	8,6	12,6	10,2	12,6	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício

² Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês

³ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Maio 2004

Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução¹**Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Maio/2004****R\$**

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução				
	Analfabetos	1º Grau incompleto	1º Grau completo/ 2º incompleto	2º Grau completo/ 3º incompleto	3º Grau completo
Janeiro 2003	214	309	441	708	2.132
Fevereiro	215	309	415	697	2.173
Março	203	294	397	673	2.101
Abril	213	304	399	669	2.051
Maio	202	310	400	656	1.926
Junho	223	315	416	663	2.009
Julho	234	323	416	687	2.009
Agosto	261	332	408	706	2.041
Setembro	260	337	388	703	1.949
Outubro	255	325	381	694	1.960
Novembro	250	317	394	677	1.899
Dezembro	248	317	416	690	1.965
Janeiro 2004	249	332	433	691	1.980
Fevereiro	233	320	420	716	1.998
Março	221	311	410	731	2.000
Abril	205	307	389	711	1.967
Maio	216	305	394	687	2.105

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Maio 2004**Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador¹****Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Maio/2004****R\$**

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado					
	Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-Assinada
Janeiro 2003	605	756	527	603	674	403
Fevereiro	621	753	538	630	685	427
Março	606	824	496	594	683	377
Abril	599	768	469	598	668	384
Maio	583	775	473	567	656	356
Junho	604	844	467	595	678	374
Julho	633	933	475	613	719	375
Agosto	634	901	468	621	719	375
Setembro	614	806	483	606	690	374
Outubro	601	792	486	590	675	371
Novembro	598	780	478	588	672	372
Dezembro	608	862	476	586	684	381
Janeiro 2004	620	869	469	605	701	384
Fevereiro	636	965	474	604	720	376
Março	635	936	483	603	724	365
Abril	620	907	471	598	703	370
Maio	620	877	476	606	701	380

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Maio 2004

Distribuição do rendimento real trimestral entre os ocupados e os assalariados no trabalho principal¹

Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Maio/2004

R\$

Períodos	Rendimento real trimestral									
	Ocupados ²					Assalariados ³				
	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até
Janeiro 2003	111	227	340	667	1.360	227	278	423	778	1.473
Fevereiro	111	222	332	666	1.367	222	274	428	778	1.536
Março	109	219	328	652	1.316	219	266	416	751	1.474
Abril	108	217	325	652	1.316	217	261	413	751	1.503
Maio	107	217	324	644	1.304	217	260	393	742	1.413
Junho	107	253	339	645	1.480	253	268	418	794	1.587
Julho	105	253	339	690	1.581	253	276	421	843	1.634
Agosto	105	252	349	716	1.580	252	293	422	842	1.677
Setembro	105	249	350	663	1.555	249	284	421	818	1.580
Outubro	103	248	341	628	1.362	248	284	419	754	1.550
Novembro	103	247	341	622	1.343	247	287	414	775	1.544
Dezembro	103	246	350	668	1.439	246	288	431	820	1.544
Janeiro 2004	103	246	359	717	1.524	244	288	447	823	1.626
Fevereiro	122	243	356	717	1.530	243	284	440	845	1.691
Março	102	242	354	711	1.546	241	284	437	863	1.810
Abril	101	240	344	700	1.508	240	281	429	807	1.620
Maio	100	241	350	700	1.510	241	283	436	809	1.654

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Maio 2004

² Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício

³ Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês

Emprego Formal

Flutuação Mensal do Emprego Bahia: Jan/2003 - Jun/2004

Períodos	Saldo líquido (Admissões - desligamentos)				
	Total ¹	Ind. Trans.	Const. Civil	Comércio	Serviços
2003	26.502	6.877	3.067	7.486	8.658
Janeiro	128	554	-77	547	-2.128
Fevereiro	2.544	160	-374	620	1.037
Março	-938	126	-747	-1.074	-680
Abril	5.554	1.412	-924	193	1.269
Maio	5.029	612	-263	1.073	976
Junho	1.907	358	-451	1.467	827
Julho	2.276	394	-363	-559	988
Agosto	2.161	1.467	596	811	-506
Setembro	6.809	2.010	798	1.254	3.895
Outubro	4.099	1.388	-132	1.455	2.006
Novembro	4.824	1.213	200	2.057	2.146
Dezembro	-7.891	-2.817	-1.330	-358	-1.172
2004	33.016	7.738	-251	5.817	8.295
Janeiro	9.206	1.804	2.198	1.092	2.166
Fevereiro	2.628	458	-1.544	913	1.544
Março	-133	-744	-848	-309	2.112
Abril	5.184	2.525	67	801	-526
Maio	11.115	2.521	506	1.875	2.458
Junho	5.016	1.174	-630	1.445	541
Jul03-Jun04	45.294	11.393	-482	10.477	15.652

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4 923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores (Dados Preliminares)

Flutuação Mensal do Emprego

Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Jun/2004

Períodos	Saldo líquido (Admissões - desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transf.	Const. civil	Comércio	Serviços
2003	5.746	317	-2.845	2.300	5.891
Janeiro	-1.205	26	448	43	-1.723
Fevereiro	1.399	-29	45	434	1009
Março	-1.609	-150	-405	-604	-454
Abril	-524	-480	-569	-71	559
Maio	464	155	-215	258	270
Junho	-302	1	-888	572	45
Julho	145	26	-352	-491	965
Agosto	321	373	-90	393	-408
Setembro	3.853	219	155	243	3.226
Outubro	2.135	405	-270	595	1.315
Novembro	3.062	293	191	1.076	1.523
Dezembro	-1.993	-522	-895	-148	-436
2004	6.900	2.187	-566	1.786	4.161
Janeiro	4.607	737	2.078	448	1.349
Fevereiro	-1.413	-467	-2.114	428	789
Março	1.117	190	-297	-314	1.686
Abril	-718	312	47	151	-1.096
Maio	2.802	619	164	607	1.503
Junho	505	796	-444	466	-70
Jul03-Jun04	14.423	2.981	-1.827	3.454	10.346

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores (Dados Preliminares)

Finanças Públicas

União

Demonstrativo das Receitas da União							R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social - Jan-Maio/2004							
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Abr-Maio 2004 (b)	% (b/a)	Jan-Maio 2004 (c)	% (c/a)	
Receitas Correntes	441.602.316	441.602.317	72.096.746	16,3	176.410.938	39,9	265.191.379
Receita Tributária	124.300.612	124.300.612	21.538.426	17,3	55.190.370	44,4	69.110.242
Receita de Contribuições	266.499.301	266.499.301	42.182.611	15,8	102.129.822	38,3	164.369.479
Receita Patrimonial	12.402.960	12.402.960	2.851.678	23,0	5.772.308	46,5	6.630.652
Receita Agropecuária	23.580	23.581	3.275	13,9	7.181	30,5	16.400
Receita Industrial	527.566	527.566	59.685	11,3	134.299	25,5	393.267
Receita de Serviços	23.084.863	23.084.863	3.697.041	16,0	8.781.628	38,0	14.303.235
Transferências Correntes	243.477	243.477	25.148	10,3	71.244	29,3	172.233
Outras Receitas Correntes	14.519.957	14.519.957	1.738.881	12,0	4.324.086	29,8	10.195.871
Receitas de Capital	167.443.676	167.443.675	18.383.314	11,0	42.157.931	25,2	125.285.744
Operações de Crédito ¹	118.192.044	118.192.044	8.793.216	7,4	19.147.406	16,2	99.044.638
Alienação de Bens	2.942.765	2.942.765	(24.423)	(0,8)	77.393	2,6	2.865.372
Amortizações de Empréstimos	23.228.585	23.228.585	4.184.601	18,0	7.747.376	33,4	15.481.209
Transferências de Capital	44.219	44.219	15.419	34,9	19.754	44,7	24.465
Outras Receitas de Capital	23.036.063	23.036.062	5.414.502	23,5	15.166.002	65,8	7.870.060
Subtotal das Receitas (I)	609.045.992	609.045.992	90.480.060	14,9	218.568.869	35,9	390.477.123
Déficit (II)	-	-	-	-	-	-	-
Total (I+II)	609.045.992	609.045.992	90.480.060	14,9	218.568.869	35,9	390.477.123

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

¹ Excetuados os valores referentes ao refinanciamento da Dívida Pública

Demonstrativo das Despesas da União							R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social - Jan-Maio/2004							
Despesas	Dotação inicial	Dotação atualizada (a)	Despesas realizadas				Saldo (a-c)
			Abr-Maio 2004 (b)	% (b/a)	Jan-Maio 2004 (c)	% (c/a)	
Despesas Correntes	475.515.103	476.605.601	67.687.834	14,2	160.890.812	33,8	315.714.789
Pessoal e Encargos Sociais	84.120.039	84.778.744	13.012.232	15,3	32.307.519	38,1	52.471.225
Juros e Encargos da Dívida	117.769.754	117.769.754	14.287.614	12,1	31.241.214	26,5	86.528.540
Outras Despesas Correntes	273.625.310	274.057.103	40.387.988	14,7	97.342.079	35,5	176.715.024
Transf.a Estados, DF e Municípios	91.774.586	91.637.324	13.909.543	15,2	35.200.014	38,4	56.437.310
Benefícios Previdenciários ²	121.429.619	121.428.619	18.028.318	14,8	44.501.811	36,6	76.926.808
Demais Despesas Correntes	60.421.105	60.991.160	8.450.127	13,9	17.640.254	28,9	43.350.906
Despesas de Capital	111.519.514	115.435.745	9.974.006	8,6	39.630.466	34,3	75.805.279
Investimentos	12.368.454	12.502.566	234.486	1,9	377.566	3,0	12.125.000
Inversões Financeiras	33.249.350	34.662.234	2.627.791	7,6	6.029.141	17,4	28.633.093
Amortização da Dívida ¹	65.901.710	68.270.945	7.111.729	10,4	33.223.759	48,7	35.047.186
Reserva de Contingência	21.964.621	20.951.137	-	-	-	-	20.951.137
Subtotal das Despesas (I)	608.999.238	612.992.483	77.661.840	12,7	200.521.278	32,7	412.471.205
Superávit (II)	-	-	-	-	18.047.591	-	-
Total (I+II)	608.999.238	612.992.483	77.661.840	12,7	218.568.869	35,7	412.471.205

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

¹ Excetuados os valores referentes ao refinanciamento da Dívida Pública

² Os Benefícios Previdenciários referem-se ao pagamento de inativos, pensões e outros benefícios previdenciários

Estado

Balanço Orçamentário - Receita
Orçamentos fiscal e da seguridade social, Bahia: Jan-Abr/2004

R\$ 1.000

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a-c)
			Mar/ Abr	%	Até o Bimestre	%	
			(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	
Receitas Correntes	12.469.805	12.522.104	2.059.755	16,45	3.955.714	31,59	8.566.390
Receita Tributária	6.988.059	6.886.980	1.262.447	18,33	2.268.060	32,93	4.618.920
Impostos	6.793.395	6.692.316	1.231.296	18,40	2.209.242	33,01	4.483.074
Taxas	194.664	194.664	31.151	16,00	58.818	30,22	135.846
Receita de Contribuições	1.059.286	1.059.286	162.629	15,35	323.145	30,51	736.141
Contribuições Sociais	1.059.286	1.059.286	162.629	15,35	323.145	30,51	736.141
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	257.970	299.402	32.433	10,83	50.382	16,83	249.020
Receitas Imobiliárias	22.140	22.140	579	2,62	985	4,45	21.155
Receitas de Valores Mobiliários	234.280	275.713	30.984	11,24	48.480	17,58	227.233
Receitas de Concessões e Permissões	1.515	1.515	870	57,40	914	60,34	601
Outras Receitas Patrimoniais	35	35	1	3,09	2	6,46	33
Receita Agropecuária	1.123	1.123	-	-	-	-	1.123
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Prod. Animal e Deriv.	965	965	-	-	-	-	965
Outras Receitas Agropecuárias	158	158	-	-	-	-	158
Receita Industrial	90	90	-	-	-	-	90
Receita da Ind. de Transf.	90	90	-	-	-	-	90
Receita de Serviços	719.399	720.469	119.574	16,60	245.780	34,11	474.689
Receita de Serviços	719.399	720.469	119.574	16,60	245.780	34,11	474.689
Transferências Correntes	3.719.956	3.629.719	561.608	15,47	1.125.305	31,00	2.504.414
Transferências Intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	3.583.945	3.487.036	549.512	15,76	1.083.434	31,07	2.403.602
Transferências de Inst. Priv.	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	2.085	4.976	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	133.926	137.707	12.095	8,78	41.871	30,41	95.836
Outras Receitas Correntes	815.118	1.016.232	110.723	10,90	299.746	29,50	716.486
Multas e Juros de Mora	120.470	120.475	(25.293)	(20,99)	22.843	18,96	97.632
Indenizações e Restituições	55.058	55.058	6.268	11,38	9.491	17,24	45.567
Receita da Dívida Ativa	6.660	6.660	900	13,52	1.753	26,32	4.907
Receitas Correntes Diversas	632.930	834.039	128.847	15,45	265.660	31,85	568.379
Conta Retif. da Rec. Orçamentária	(1.091.196)	(1.091.196)	(189.659)	17,38	(356.703)	32,69	(734.493)
Receitas de Capital	1.522.353	1.572.788	122.349	7,78	170.811	10,86	1.401.977
Operações de Crédito	583.863	583.863	70.749	12,12	90.321	15,47	493.542
Operações de Crédito Internas	223.706	223.706	8.513	3,81	19.047	8,51	204.659
Operações de Crédito Internas	223.706	223.706	8.513	3,81	19.047	8,51	204.659
Outras Op. de Cred. Internas	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	360.157	360.157	62.236	17,28	71.274	19,79	288.883
Alienação de Bens	282.040	282.081	592	0,21	948	0,34	281.133
Alienação de Bens Móveis	281.065	281.065	185	0,07	388	0,14	280.677
Alienação de Bens Imóveis	975	1.016	407	40,06	560	55,12	456
Amortização de Empréstimos	3.470	3.470	33	0,95	194	5,58	3.276
Amortiz. de Emp. Imobiliários	3.470	3.470	33	0,95	194	5,58	3.276
Transferências de Capital	652.975	703.369	50.975	7,25	79.348	11,28	624.021
Transferências Intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	423.088	472.209	27.468	5,86	28.210	5,97	443.999
Transferências de Inst. Privadas	97	97	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	1.300	1.462	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	228.490	229.600	23.327	10,16	51.138	22,27	178.462
Outras Receitas de Capital	5	5	-	-	-	-	5
Outras Receitas	5	5	-	-	-	-	5
Subtotal das Receitas (I)	13.992.157	14.094.892	2.182.104	15,48	4.126.526	29,28	9.968.365
Operações de Crédito Refinanciamento (II)	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamentos (III=(I+II))	13.992.157	14.094.892	2.182.104	15,48	4.126.526	29,28	9.968.365
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Total (V)= (III+IV)	13.992.157	14.094.892	2.182.104	15,48	4.126.526	29,28	9.968.365
Saldos de Exercícios Anteriores					94.589		

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Balanco Orçamentário - Despesa Orçamentos fiscal e da seguridade social, Bahia: Jan-Abr/2004								R\$ 1.000
Despesas	Dotação inicial	Créditos adicionais	Dotação atualizada	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Saldo
				Bim. Mar/Abr	No Exercício	Bim. Mar/Abr	No Exercício	
Despesas Correntes	11.449.382	59.239	11.508.620	1.683.541	3.237.956	1.764.095	3.093.358	8.415.262
Pessoal e Encargos	5.892.325	(3.314)	5.889.011	847.451	1.744.477	882.528	1.733.962	4.155.049
Juros e Encargos da Dívida	776.020	-	776.020	81.681	155.079	81.681	154.829	621.191
Outras Despesas Correntes	4.781.037	62.553	4.843.590	754.409	1.338.400	799.885	1.204.567	3.639.023
Despesas de Capital	2.530.253	43.496	2.573.749	318.346	511.966	303.899	490.153	2.083.596
Investimentos	1.342.012	54.022	1.396.034	124.913	142.219	110.467	120.407	1.275.627
Inversões Financeiras	369.604	(10.526)	359.078	21.682	49.259	21.681	49.258	309.820
Amortização da Dívida	818.637	-	818.637	171.751	320.488	171.751	320.488	498.149
Outras Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência	12.522	-	12.522	-	-	-	-	12.522
Subtotal das Despesas (VIII)	13.992.157	102.734	14.094.892	2.001.887	3.749.921	2.067.995	3.583.511	10.511.380
Amortização da Dívida Refinanciamento (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (X)=(VIII+IX)	13.992.157	102.734	14.094.892	2.001.887	3.749.921	2.067.995	3.583.511	10.511.380
Superávit (XI)	-	-	-	-	-	-	543.015	-
Total (XII)=X+XI	13.992.157	102.734	14.094.892	2.001.887	3.749.921	2.067.995	4.126.526	10.511.380

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Receita Tributária Mensal - Bahia: Jan/2003 - Maio/2004						R\$ 1.000
Períodos	ICMS		Outras		Total	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Janeiro	491.240	484.463	45.269	37.074	536.509	521.538
Fevereiro	494.620	438.218	37.624	45.857	532.244	484.075
Março	442.068	468.157	40.292	46.489	482.360	514.646
Abril	483.606	699.160	35.434	48.642	519.040	747.802
Maio	447.830	532.332	47.985	54.677	495.815	587.009
Junho	454.843		47.430		502.273	
Julho	463.914		57.400		521.314	
Agosto	465.528		55.112		520.640	
Setembro	491.119		63.031		554.150	
Outubro	497.479		31.450		528.929	
Novembro	488.485		36.125		524.609	
Dezembro	491.635		53.554		545.190	
Total	5.712.367		432.583		6.263.074	

Fonte: SEFAZ - Balancetes mensais

Elaboração: SEI

Arrecadação mensal da Receita Tributária¹ - Bahia: Jan/2003 - Maio/2004						R\$ 1.000
Períodos	ICMS		Outras		Total	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Janeiro	546.367	507.257	50.350	38.819	596.717	546.076
Fevereiro	541.501	453.918	41.191	47.500	582.691	501.418
Março	476.079	480.449	43.392	47.710	519.471	528.158
Abril	518.679	709.380	38.004	49.353	556.683	758.734
Maio	483.537	532.332	51.811	54.677	535.348	587.009
Junho	494.558		51.571		546.129	
Julho	505.429		62.537		567.965	
Agosto	504.053		59.672		563.726	
Setembro	526.249		67.540		593.789	
Outubro	530.742		33.553		564.295	
Novembro	518.662		38.356		557.018	
Dezembro	518.884		56.523		575.406	
Total	6.164.739		594.499		6.759.238	

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Elaboração:SEI

¹ Valores atualizados a preços de maio 2004 pelo IGP-DI/FGV

Transferências constitucionais da União para a Bahia: Jan/2003 - Maio/2004										R\$ 1.000
Períodos	Receitas									
	FPE¹		IPI-EXP		FUNDEF UNIÃO²		Outras³		Total	
	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês
Janeiro 2003	155.457	155.457	7.109	7.109	22.358	22.358	20.271	20.271	205.195	205.195
Fevereiro	163.689	319.146	7.063	14.172	23.298	45.655	19.933	40.204	213.983	419.178
Março	141.978	461.124	6.542	20.714	19.481	65.136	6.301	46.506	174.301	593.479
Abril	135.181	596.305	7.293	28.007	18.713	83.849	6.301	52.807	167.488	760.967
Maio	189.608	785.912	5.643	33.650	25.012	108.861	6.301	59.108	226.564	987.530
Junho	133.154	919.066	6.307	39.957	18.434	127.294	6.301	65.409	164.195	1.151.726
Julho	111.643	1.030.709	5.960	45.917	19.828	147.123	6.301	71.710	143.732	1.295.458
Agosto	146.466	1.177.175	6.357	52.273	19.997	167.119	6.301	78.011	179.121	1.474.579
Setembro	127.086	1.304.261	5.744	58.018	17.690	184.809	6.301	84.312	156.821	1.631.400
Outubro	131.300	1.435.561	6.984	65.002	16.311	201.120	6.301	90.613	160.896	1.792.296
Novembro	146.264	1.581.825	7.147	72.148	21.987	223.107	6.301	96.914	181.699	1.973.995
Dezembro	152.498	1.734.323	7.688	79.836	26.691	249.798	6.301	103.215	193.178	2.167.173
Janeiro 2004	167.381	167.381	8.168	8.168	16.493	16.493	6.713	6.713	198.756	198.756
Fevereiro	182.797	350.177	8.958	17.126	17.831	34.324	6.713	13.426	216.298	415.054
Março	147.937	498.114	8.358	25.483	14.736	49.060	6.713	20.140	177.744	592.797
Abril	144.749	642.863	8.815	34.298	13.545	62.605	25.825	45.965	192.933	785.731
Maio	189.788	832.651	10.070	44.368	18.614	81.219	6.713	52.678	225.186	1.010.917

Fonte: MINFAZ/STN

Elaboração:SEI

¹ Deduzidos 15% para o FUNDEF

² Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP/LC 87/96 e complementação

³ Refere-se à desoneração do ICMS/Exportação - LC 87/96 - MP 1579

Município

Balanco Orçamentário¹ Orçamentos fiscal e da seguridade social, Salvador: Jan-Abr/2004 R\$ 1.000							
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (A)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (B-C)
			Mar-Abr 2004 (B)	% B/A	Jan-Abr 2004 (C)	% C/A	
Receitas Correntes	1.503.322	1.503.392	204.779	13,6	427.505	28,4	1.075.887
Receita Tributária	527.569	527.569	73.867	14,0	175.461	33,3	352.108
Impostos	451.500	451.500	60.718	13,4	143.822	31,9	307.678
Taxas	76.069	76.069	12.975	17,1	31.296	41,1	44.773
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Tributárias	-	-	174	-	343	-	(343)
Receita de Contribuições	67.700	67.700	12.995	19,2	24.163	35,7	43.537
Contribuições Sociais	31.500	31.500	6.032	19,4	12.136	38,5	19.364
Contribuições Econômicas	36.200	36.200	6.963	14,0	12.027	33,2	24.173
Receita Patrimonial	98.289	98.289	7.375	7,5	14.517	14,8	83.772
Receitas Imobiliárias	2.842	2.842	456	16,0	659	23,2	2.183
Receitas de Valores Mobiliários	56.620	56.620	2.568	4,5	4.749	8,4	51.871
Receitas de Concessões e Permissões	36.827	36.827	4.290	11,6	9.038	24,5	27.789
Outras Receitas Patrimoniais	2.000	2.000	61	3,1	71	3,6	1.929
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	13.153	13.153	2.205	16,8	4.470	34,0	8.683
Receita de Serviços	13.153	13.153	2.205	16,8	4.470	34,0	8.683
Transferências Correntes	722.799	722.869	98.089	13,6	190.091	26,3	532.778
Transf. Intergovernamentais	672.773	672.773	93.941	14,0	184.381	27,4	488.392
Transf. de Instituições Privadas	452	452	64	-	64	14,2	388
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	26	26	-	-	-	-	26
Transferências de Convênios	49.548	49.618	4.084	8,2	5.646	11,4	43.972
Outras Receitas Correntes	73.812	73.812	10.248	13,9	18.803	25,5	55.009
Multas e Juros de Mora	29.104	29.104	4.900	16,8	9.145	31,4	19.959
Indenizações e Restituições	4.740	4.740	957	20,2	1.259	26,6	3.481
Receita da Dívida Ativa	32.000	32.000	3.714	11,6	6.747	21,1	25.253
Receitas Correntes Diversas	7.968	7.968	677	8,5	1.652	20,7	6.316
Receitas de Capital	114.044	114.044	11.202	9,8	20.330	17,8	93.714
Operações de Crédito	26.939	26.939	-	-	-	-	26.939
Operações de Crédito Internas	26.939	26.939	-	-	-	-	26.939
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	3.500	3.500	-	-	2	-	3.498
Alienação de Bens Móveis	3.500	3.500	-	-	2	0,1	3.498
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos Imobiliários	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	83.505	83.505	11.202	13,4	20.327	24,3	63.178
Transf. Intergovernamentais	3.045	3.045	-	-	-	-	3.045
Transf. de Instituições Privadas	20	20	-	-	-	-	20
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	80.440	80.440	11.202	13,9	20.327	25,3	60.113
Outras Receitas de Capital	100	100	-	-	1	-	99
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-	-	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	100	100	-	-	1	1,0	99
Subtotal das Receitas (I)	1.617.366	1.617.436	215.981	13,4	447.835	27,7	1.169.601
Déficit (II)			12.280				
Total (III)=(I+II)	1.617.366	1.617.436	228.261	14,1	447.835	27,7	1.169.601

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

¹ Administração Direta e Indireta da PMS

Balço Orçamentário¹ Orçamentos fiscal e da seguridade social, Salvador: Jan-Abr/2004									R\$ 1.000
Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)	Despesas					Saldo (c-g)
				Empenhadas		Liquidadas			
				Mar-Abr (d)	Jan-Abr (e)	Mar-Abr (f)	Jan-Abr (g)	% (g/c)	
Despesas Correntes	1.327.272	1.146	1.328.418	174.246	665.367	199.009	363.975	27,4	964.443
Pessoal e Encargos Sociais	516.158	75	516.233	36.138	287.510	70.978	140.344	27,2	375.889
Juros e Encargos da Dívida Interna	74.693	-	74.693	18.019	32.301	11.515	22.751	30,5	51.942
Outras Despesas Correntes	736.421	1.071	737.492	120.089	345.556	116.516	200.880	27,2	536.612
Despesas de Capital	281.094	3.224	284.318	26.856	96.725	29.252	62.079	21,8	222.239
Investimentos	203.715	3.184	206.899	24.722	69.778	20.966	45.647	22,1	161.252
Inversões Financeiras	4.075	40	4.115	346	582	-	236	5,7	3.879
Amortização da Dívida	73.304	-	73.304	1.788	26.365	8.286	16.196	22,1	57.108
Reserva de Contingência	9.000	-	9.000	-	-	-	-	-	9.000
Subtotal das Despesas (I)	1.617.366	4.370	1.621.736	201.102	762.092	228.261	426.054	26,3	1.195.682
Superávit (II)	-	-	-	-	-	-	21.781	-	-
Total (I+II)	1.617.366	4.370	1.621.736	201.102	762.092	228.261	447.835	27,6	1.195.682

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

¹ Administração Direta e Indireta da PMS

Normas para Publicação de Artigos

A revista Conjuntura & Planejamento, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), aceita colaborações originais, em português, seja sob a forma de artigos versando sobre a conjuntura e planejamento do ponto de vista da economia, seja sob a de resenhas de livros inéditos que se enquadrem nesses mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- formato A4, espaço 1,5, com margens de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, máximo de 10 e mínimo de 5 páginas, incluindo notas, referências bibliográficas e referências;
- identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, além de endereço para contato, e-mail e telefone;
- cópia impressa e arquivos magnéticos editados em Word, que devem ser entregues à Gerência de Análise Conjuntura (GEAC), na SEI, ou cópia magnética enviada para o e-mail: geac@sei.ba.gov.br;
- tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentados no corpo do texto;
- notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem seqüencial;
- citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR. 10.520 da ABNT);
- referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

As resenhas devem conter, no máximo, cinco páginas.

O autor terá direito a dois exemplares da publicação em que foi publicado seu artigo.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da Instituição.

É permitida a reprodução e/ou citação, desde que citada a fonte.

Todos os números da Conjuntura & Planejamento podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu "publicações".

